



**Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução (Ramo Profissionalizante)**

Trabalho de Projeto

## **Traduzir é ser duplo**

---

*“Simone Veil: femme granit / femme cristal” – uma coerência  
(meta)política, uma moral da beleza.*

Maria Júlia Tanganho Palma

**Orientadora:**

Prof. Doutora Margarida Gouveia Esperança Pina Saraiva Reffóios

**Março de 2012**

**Mestrado em Línguas Aplicadas e Tradução (Ramo Profissionalizante)**

Trabalho de Projeto

## **Traduzir é ser duplo**

---

*“Simone Veil: femme granit / femme cristal”* – uma coerência  
(meta)política, uma moral da beleza.

Maria Júlia Tanganho Palma

**Orientadora:**

Prof. Doutora Margarida Gouveia Esperança Pina Saraiva Reffóios



## AGRADECIMENTOS

---

Agradeço, em primeiro lugar, à Professora Doutora Margarida Gouveia Esperança Pina Saraiva Reffóios, orientadora deste projeto, pela confiança que depositou no mesmo, pela sua disponibilidade e pelo apoio prestado;

à Professora Doutora Ana Clara Birrento, pelas portas que ajudou a abrir;

à Madalena e à Diamantina, sem as quais não teria trilhado este caminho;

ao Gil, pela inestimável ajuda na resolução dos problemas informáticos;

ao Zé Maria, colega e amigo, pela amabilidade e pelas preciosas sugestões;

e, finalmente, a todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para a realização deste projeto.

Título: *Traduzir é ser duplo.*

Sub-título: “*Simone Veil: femme granit / femme cristal*” – *uma coerência (meta)política, uma moral da beleza.*

---

## RESUMO

Com este trabalho pretendo refletir sobre a duplicidade/dualidade inerente à atividade do tradutor. Paralelamente, procuro levantar questões sobre a importância dessa atividade: o tradutor não como mero “mediador”, mas também como “autor”; a responsabilidade decorrente dessa importância; o tradutor como agente de “abertura” e de “enriquecimento” culturais. Sendo o texto tratado uma biografia, faço o levantamento de algumas abordagens que são formas de transmitir a memória, recorrendo a fontes primárias e secundárias. Para definir uma metodologia de abordagem do texto, recorro sobretudo à classificação em estratos (fonológico, lexical, morfossintático, semântico, cultural, pragmático) feita por João Barrento, que correspondem aos «vários níveis de competência translatória». Apresento um brevíssimo apontamento do percurso sociopolítico da biografada, tentando não perder de vista a ligação estabelecida entre a forma dual como o biógrafo a apresenta (*femme granit/ femme cristal*) e as características do próprio trabalho de tradução, referidas acima. No registo das dificuldades encontradas, assim como das soluções propostas, procurei exemplos representativos de várias categorias ou seja, recursos diversificados para a resolução de problemas específicos. Apresento um glossário com itens que constituem referentes culturais e históricos ou que foram mantidos na língua de partida.

Palavras-chave: duplicidade/dualidade, tradutor/autor, abertura, enriquecimento, responsabilidade, competência translatória.

**Title:** *The duality of translation*

**Subtitle:** “*Simone Veil: femme granit / femme cristal*” – a (meta)political coherence, an ethic of beauty.

---

## ABSTRACT

With this paper I intend to reflect on the inherent duplicity/duality in the translator's activity. Simultaneously, I seek to raise questions about the importance of said activity: the translator not as a simple “mediator”, but also as an “author”; the responsibility derived from its importance; the translator as an agent of cultural “overture” and “enrichment”. Since this text is a biography, I will cover some approaches which are way of transmitting memory, resorting to primary and secondary sources. To define a text approach methodology, I mostly resort to João Barrento's strata classification (phonologist, lexical, morphosyntactic, semantic, cultural, pragmatic), which correspond to the «several levels of translational competence». I present a very brief note on the biographee's socio-politic journey, always trying to keep in mind the established connection between the two ways the biographer presents her as (*femme granit/femme cristal*) and the above mentioned characteristics of the translation itself. While taking note of the faced difficulties and proposed solutions, I searched for representative examples of several categories which means, diverse resources for solving specific problems. I present a glossary containing items that constitute cultural and historic reference points or were kept in their original language.

**Keywords:** duplicity/duality, translator/author, overture, enrichment, responsibility, translational competence.

# ÍNDICE

Introdução.....	6
1 – Metodologia.....	12
I – Estrato fonológico .....	14
II – Estrato lexical .....	15
III – Estrato morfossintático .....	16
IV – Estrato semântico .....	17
V – Estrato cultural.....	18
VI – Estrato pragmático.....	20
2 - Temática (Percurso sociopolítico de Simone Veil).....	22
3 - Tradução do corpus .....	24
3.1 – Tradução.....	24
3.2 – Registo de dificuldades encontradas.....	113
I – Efeito de estranheza.....	114
II – Transferências .....	116
III – Equivalentes culturais.....	118
IV – Equivalentes políticos e administrativos.....	120
V – Expansões.....	121
VI – Omissões .....	123
VII – Neologismos.....	125
VIII – Palavras marginais.....	127
IX – Referências históricas.....	129
3.3 – Glossário .....	130
Conclusão .....	134
Bibliografia.....	138

Anexo : *Simone Veil : Destin* (cópia do texto original)

## **Introdução**

Ao iniciar a presente reflexão sobre o ato tradutório em geral e sobre a tradução apresentada neste trabalho, ocorrem-me palavras de Roland Barthes (1983: 40), embora num contexto diferente daquele em que foram escritas: «São traçadas duas margens: uma margem obediente, conforme, plagiária [...], e uma outra margem, móvel, vazia [...]: o ponto em que se entrevê a morte da linguagem.» O trabalho de tradução situa-se entre estas duas margens: o rigor e o respeito pelas regras (a conformidade) andam a par com a inovação e o risco, onde por vezes se encontra a “morte”. Por morte entende-se toda a perda (de sentido, de sonoridade, de ironia...) ocorrida na passagem de um código linguístico para outro.

A minha forma de encarar a importância do trabalho do tradutor sofreu uma significativa alteração (diria mesmo evolução) ao longo dos tempos e, sobretudo, no último ano, graças às leituras realizadas no âmbito do mestrado. Recordo a minha arrogância juvenil, ao considerar com algum menosprezo o facto de ser “forçada” a ler os textos traduzidos. Tratava-se de uma cedência, de um mal menor: entre ler um Dostoievski traduzido ou não o ler de todo; de igual modo, a determinação em aprender alemão para ler Kafka no original estava imbuída de uma certa *hubris*. A referência a estes factos anedóticos e anódinos tem como objetivo realçar a consciência que fui tomando da relevância do papel do tradutor: não um simples facilitador, um auxiliar que, “à falta de melhor”, nos permite conhecer autores cuja língua não dominamos, mas um autor (*auctor*, aquele que faz avançar, crescer), detentor de uma verdadeira



autoridade (*auctoritas*, exemplo, direito de iniciativa, prestígio), de um texto outro. As palavras da tradutora Rita Almeida Simões revelaram-me o livro *Vieram como andorinhas* (*They came like swallows*)<sup>1</sup> do escritor norte-americano William Maxwell, que me causou uma impressão profunda e comovente. Mas que texto me comoveu? O de William Maxwell ou o de Rita Almeida Simões? Sem o primeiro, o segundo não teria existido. E, sem o segundo, muitos leitores nunca teriam tido acesso ao primeiro. Portanto, presentemente, não considero uma cedência ter lido Dostoievski através das palavras de Carlos Loures ou Armando Luiz (o autor foi recentemente reeditado, com novas traduções, de Nina Guerra e Filipe Guerra), mas um privilégio pois, sem o tradutor (o mediador, o “traidor”, o negociador), o autor teria para sempre permanecido na esfera dos desejos por cumprir.

O título deste trabalho (*Traduzir é ser duplo*) remete para uma ideia recorrente nas reflexões sobre tradução: a duplicidade do tradutor. Paul Ricœur (2004:9) parafraseia Franz Rosenzweig: «Traduire, dit-il, c’est servir deux maîtres: l’étranger dans son œuvre, le lecteur dans son désir d’appropriation.» O tradutor deverá então fazer «un vœu de fidélité», marcado para sempre por «un soupçon de trahison». Ao iniciar a leitura da obra a traduzir (*Simone Veil: Destin*), não pude deixar de relacionar a ideia de duplicidade com o carácter da personagem biografada. Esta é uma mulher forte mas transparente. Szafran (1996:264) utiliza as palavras seguintes para a caracterizar: *Femme granit, elle est aussi femme cristal* [...]. No entanto, essa duplicidade, ou talvez seja mais correto dizer dualidade, não impede que o seu percurso esteja marcado pela coerência, no que diz respeito à atividade política *strictu sensu* e à vida (pública) em geral. Ser duplo (dual) não é impeditivo de possuir uma consciência ética e estética. Philippe Sollers, num texto publicado no *Nouvel Observateur*, coloca a questão

---

<sup>1</sup> William Maxwell, *Vieram como andorinhas*, Sextante Editora, 2011, Porto

(Szafran, 267) : *Une morale de la beauté, pourquoi pas?* Szafran (p. 364) reporta as palavras do filósofo Alain Finkielkraut sobre Simone : [...] *cette volonté de jouer sur tous les tableaux, en étant à la fois le Puissant et l'Exclu, le Souverain et la Victime – et même, machiavélisme suprême, l'un pour l'autre.*

Retomando a ideia da duplicidade do tradutor, evoco as palavras de George Steiner (2002: 75), segundo o qual, «[a] duplicidade [está] inscrita na própria textura do mundo.» E as de João Barrento (2002: 20) que magistralmente caracteriza a relação entre o original e a tradução:

«O tradutor imita ou encena o original de tal modo que a tradução é e não é esse original: a peculiaridade deste modo específico de representação num outro material, código e contexto é a de nele sermos confrontados com um tipo de relação que não é, nem o da identidade (ser “o mesmo” do outro), nem o da alteridade (ser o outro de si), mas o da ipseidade (ser o mesmo, sendo outro [...]).»

Aprofundando o princípio da ipseidade, João Barrento (2002: 107) considera que o tradutor («o sujeito de escrita na tradução») é «um sujeito híbrido e condicionado.» Deste modo, a célebre fórmula *traduttore traditore* que remete o trabalho da tradução para uma área maculada (sendo a traição conotada pela negatividade) é, de certo modo, reabilitada pelo facto de se aceitar que o tradutor não é (não pode ser) uma entidade unívoca. O sujeito que traduz não “traí”, antes persegue «[uma] estratégia de reconstituição [...] da globalidade de uma nova forma, que permitirá que o texto segundo *continue*, no seu heteromorfismo, *a ser* o texto primeiro, sendo outro.» (Barrento, 2002: 63, 64)

O texto traduzido (*Simone Veil: Destin*, 3ª parte), sendo uma biografia, pertence a um género literário referencial o que, de acordo com Lindjane dos Santos Pereira (2008: 2), implica «um compromisso com a verdade ou pelo menos com a verosimilhança». A autora salienta que «no processo de transposição do real para o

textual, há uma série de condicionantes e não se pode entender o textual como o real propriamente, mas como uma versão deste.» (2008: 4)

O biógrafo recorre a entrevistas (fontes secundárias) e a documentos (fontes primárias). O exercício da memória deverá ser “completado” e, de certo modo, sancionado pelos documentos, ou seja, pelo registo do que foi vivido num determinado tempo e lugar. A recuperação do passado através da memória das testemunhas deve ter em conta a forma como essas testemunhas selecionam os factos que viveram ou presenciaram. Logo, existe um investimento emocional, uma interpretação – «We see most past work through our own experience». (Williams, 1998: 55) No caso do texto presente, o biógrafo, Maurice Szafran, utiliza maioritariamente os testemunhos pessoais (da biografada, das pessoas que com ela conviveram e dele próprio, como testemunha de uma parte da sua vida – a vertente pública/política). Eis alguns exemplos do texto :

*Décidément Simone ne supporte pas ce Mitterrand **qu'elle trouve** «ambigu» et «hypocrite». «Il sonne faux», **juge-t-elle**, catégorique. (p.218)* Aqui são reportadas as opiniões da própria biografada, filtradas no entanto pela interpretação do biógrafo.

*Les Veil ne cachaiet pas leur engagement, **se souvient Jean Sérisé**, alors influent conseiller politique de Giscard. Au cours d'un dîner auquel **j'assistais**, ils ont pris fait et cause en faveur de Chaban. **Antoine affirmait** qu'en tout état de cause, il ne soutiendrait pas Giscard au second tour. (p. 219)* Temos assim uma testemunha (Jean Sérisé) que transmite as suas impressões, assim como as palavras de um interveniente (Antoine, o marido da biografada).

*Pendant près d'une heure, Simone **n'a pas été étincelante**. [...] Elle s'est donc **contentée** d'être elle-même, **authentique**, forces et faiblesses exposées au grand jour [...]. (p. 254)* Este excerto, que se refere ao início do debate sobre a legalização da I.V.G. (Interrupção Voluntária da Gravidez), é-nos dado como tendo sido testemunhado

pelo autor, que tinha então vinte anos. Naturalmente, existem traços de subjetividade que se prendem com a forma como o biógrafo vê a biografada, influenciado pelas suas próprias simpatias e opiniões.

*Il y a le risque accepté; notre vie est faite d'un certain nombre de risques et je le comprends très bien. Les gens qui ne font plus rien, et qui n'acceptent pas de prendre de risques, c'est une catastrophe ! Mais je crois que la liberté, c'est de savoir ce que l'on risque.* (p. 278) Esta declaração (publicada em *Le Nouvel Observateur*, a 17 de janeiro de 1977) ocorreu no contexto de uma campanha antitabaco, quando Simone Veil, enquanto ministra da Saúde, exigiu que os cinzeiros fossem retirados da sala do Conselho de Ministros. Este testemunho (fonte primária) é um documento, na medida em que foi registado por escrito numa publicação contemporânea do acontecimento. O autor utiliza este tipo de fontes (imprensa, livros, discursos da biografada...), embora não com muita frequência. A sua escrita, um tecido citacional, reflexo dos inúmeros testemunhos recolhidos, é por vezes emotiva, refletindo a profunda admiração que nutre pela figura da biografada, com a qual partilha uma história de deportação – a da sua mãe que, tal como aquela, sobreviveu ao inferno do campo de concentração:

*J'ai écrit ce livre, il y a seize ans déjà. Il fut pour moi un moment essentiel me permettant, en un sens, de devenir adulte : j'avais pu parler longuement d'Auschwitz, du camp, de la déportation, de la condition de la femme au camp, avec une déportée qui, à l'inverse de ma mère, elle aussi revenue du camp, racontait, expliquait, ne se retranchait jamais derrière le sempiternel: «vous ne pouvez pas comprendre.»* (p. 368)

Roland Barthes inspirou o início desta minha reflexão introdutória. É com palavras deste autor que me encaminho para o seu término. Para a tarefa que me propus, espero possuir um pouco da experiência que Barthes (1979: 42) estima ser «[...] um nome ilustre e fora de moda que [ousou] arrebatá-lo, sem complexos, à própria encruzilhada da sua etimologia: *Sapientia*: nenhum poder, um pouco de *saber*, um

pouco de *sabedoria* e o máximo de *sabor* possível.»

Ao traduzir, há inevitavelmente uma projeção da experiência pessoal do tradutor sobre o texto que este vai construindo. O sujeito que traduz faz o seu trabalho com o que sabe mas também com o que é. Este trabalho de projeto, embora seja indubitavelmente um trabalho individual, reflete todo o percurso feito em conjunto com as duas mestrandas que tiveram a seu cargo a tradução das primeira e segunda partes. Tendo em conta esse percurso, houve sem dúvida escolhas que beneficiaram das trocas (sempre positivas) de opinião, das (por vezes aceras) discussões que nem sempre deram origem à luz mas que, pelo menos, conduziram à reflexão e à tomada de consciência das dificuldades. Nesta perspectiva, a utilização da primeira pessoa do plural remeterá para situações em que considero pertinente a menção do trabalho em grupo.

As citações do corpus (TP) e do texto traduzido (TC) serão indicadas em itálico, ao passo que todas as outras referências (obras de fundamentação teórica) surgirão entre aspas francesas («...»). As aspas simples (“...”)

indicam as minhas chamadas de atenção ou marcam uma citação dentro de outra. As citações do TP serão acompanhadas apenas da indicação da página, destacando a negrito as expressões que pretendo evidenciar, por serem o foco da reflexão.

Sobre o autor, Maurice Szafran, nada sabíamos quando escolhemos o livro. Sabemos, de acordo com a informação recolhida na Internet, que é jornalista, tendo sido cofundador, com Jean-François Kahn, do semanário *Marianne*, de que é atualmente diretor de publicação. Como escritor, é autor de obras de cariz político, estando a temática do judaísmo presente em muitas delas. O texto transmite-nos, sem equívoco, a sua admiração pela biografada.

# 1 – Metodologia

*No quadro da minha reflexão, é uma necessidade repetir o que outros, sem dúvida, já disseram, e disseram melhor, antes de mim.*

George Steiner

A citação em epígrafe de George Steiner (2002: 92) sanciona, de certo modo, o que poderia ser considerado como uma utilização hiperbólica das palavras de outros. O próprio Steiner (2002: 26) refere o gosto que Walter Benjamin nutria pela citação: «Walter Benjamin sonhava publicar um livro inteiramente composto de citações. Pelo meu lado, falta-me a originalidade necessária para tanto.» Susan Sontag (1986: 159) homenageia Walter Benjamin com uma «Breve Antologia de Citações», em *Ensaio Sobre Fotografia*. Citar, do latim *citare*, é chamar, convocar, entoar em voz alta. Pode também ser provocar, suscitar (um movimento de alma, uma paixão). Ao citar um autor, estamos a convocá-lo para que ilumine as nossas próprias palavras, para que “diga”, melhor que nós, o que queremos comunicar. Estamos também, por vezes, a suscitar uma emoção (um movimento de alma). Com este primeiro “enquadramento teórico”, inicio a reflexão sobre a metodologia utilizada na tradução de *Simone Veil: Destin*. João Barrento é o meu principal guia e mestre, neste percurso sinuoso e pleno de escolhos, entre os textos de **partida** e de **chegada**. (Esta designação dos textos – original e tradução – é particularmente sugestiva, pois evoca a ideia de viagem.)

Antes de iniciar a presente viagem, retomo palavras de João Barrento (2002:80): «O espelho gera [...], necessariamente, um duplo do texto primeiro [...]». Assim, o TC seria considerado uma imagem especular (*speculum*, reprodução fiel) do TP. A questão do espelho, presente em inúmeras mitologias e ficções, não é linear e nem sempre respeitadora do sentido etimológico. A imagem refletida pode surgir distorcida ou obliterada, pode não ser uma reprodução fiel e inquestionável do sujeito (texto). As

variáveis prendem-se com o próprio espelho, com o sujeito (texto) refletido ou com a perspectiva (ponto de vista) tomada por este. Espelho de Hoffmann, que escamoteia a imagem ou espelho de Alice, que abre para um mundo outro? O vazio ou esse mundo especular, onde corremos o risco de perder a razão (no sentido de bom senso, plano racional, ordem). Para evitar esses perigos, tentarei ancorar-me em princípios claros e definidos, procurando evitar o apelo dos espelhos que obnubilam o pensamento.

«O primeiro movimento em direção ao texto a traduzir deverá ser então o do reconhecimento do terreno linguístico-gramatical, cultural e literário, da sua topografia própria e dos obstáculos que oferece. Este reconhecimento [...] pressupõe, por sua vez, vários níveis de competência translatória [...].» (Barrento, 2002: 22)

As palavras do autor abrem o caminho para uma reflexão sobre a metodologia utilizada neste trabalho, ou seja para o modo como procurei fazer o «reconhecimento do terreno» e de como tomei consciência da necessidade de adquirir/aperfeiçoar os «vários níveis de competência translatória». Parafraseando o autor (2002:23), procurei, através da intuição (linguístico-literária) e do trabalho minucioso (oficinal), chegar a uma estrutura textual caracterizada pela coerência e pela coesão. Este trabalho é um processo global, em que cada elemento é “tecido” em função do conjunto em que se integra. Nesse processo de leitura-escrita, há que ter em conta que estamos a desconstruir uma estrutura para a seguir a reconstruir num outro código. Numa primeira fase (a leitura), procurei analisar os diferentes níveis do texto, seguindo a classificação de João Barrento (2002: 24-43). «A tradução é [...] um processo único de leitura-escrita em que um texto é lido e reconstituído num outro código [...]. Nessa reconstituição (a reescrita), a capacidade mais importante «será a de saber usar [...] a língua materna.» (Barrento, 2002: 22) O autor precisa que a língua deve ser usada «correctamente», ou seja de forma «adequada e livre»; deverá também possuir a capacidade de «orquestrar um

texto-outro na língua de chegada.» (Barrento, 2002: 23) Aqui intervêm a «intuição linguístico-literária» e o «trabalho oficial» já mencionados antes.

Seguidamente apresento exemplos que ilustram os diferentes níveis de análise, baseados nos estratos considerados por João Barrento.

### ***I – Estrato fonológico***

As preocupações neste nível de análise são de extrema relevância na tradução de poesia mas também de todos os textos em que a associação significante/significado adquire um papel fundamental, sendo imprescindível ter em conta rimas, ritmo, aliterações, medidas, em suma, todo o universo da sonoridade. Embora o corpus aqui apresentado não se inclua nesses parâmetros, tentei, sempre que me pareceu exequível, respeitar essa relação. Durante o debate sobre a legalização da I.V.G., um deputado opositor ao projeto afirma: *Déjà des capitaux sont impatients de s'investir dans ces avortoirs qui seront des abattoirs.* (p. 255) Ao traduzir (*Já há capitais impacientes pelo investimento nesses abortadouros que serão uns matadouros.*), o vínculo entre os vocábulos *abortadouros* e *matadouros* mantém o efeito de sonoridade presente no TP. Por vezes, a passagem entre os códigos implica uma perda a esse nível. Numa frase que compara as atitudes de Valéry Giscard d'Estaing e Simone Veil, temos: *Il pose; elle explose.* (p. 283) No TC (*Ele faz pose; ela explode*) não se consegue o efeito de rima nos verbos utilizados. Não se poderá considerar uma perda muito significativa uma vez que, tratando-se de um documento, esse efeito sonoro não é de grande relevância, sendo mais importante a informação aí contida. Se fosse possível encontrar verbos, na LC, com os quais se obtivesse essa sonoridade, seria um ponto positivo; no entanto, não consegui encontrar equivalentes linguísticos que permitissem conservar o aspeto fonético, sem desvirtuar o sentido, tendo de aceitar que «[...] por vezes é mesmo



necessário reconhecer a intraduzibilidade [...] de determinados efeitos rítmico-semânticos [...]. (Barrento, 2002: 24)

## **II – Estrato lexical**

Para João Barrento (2002: 29), o «léxico será provavelmente o mais óbvio nível de língua, aquele que menos intervenção subjectiva e imaginativa exige do tradutor [...]». No entanto, a dificuldade real reside na escolha do elemento lexical adequado e, sobretudo, na capacidade de «fazer passar para [a LC] todos os ingredientes de sentido, pragmáticos e culturais de termos [...] corriqueiros [...]». Tomo aqui um exemplo de um elemento lexical (aparentemente) «corriqueiro»: *Simone s'est assise au **banc** du gouvernement.* (p. 252) Esta frase dá início à narração de um episódio marcante na carreira política de Simone Veil e na sociedade francesa. Enquanto ministra da Saúde, sob a presidência de Giscard d'Estaing, inicia o debate sobre a legalização da I.V.G.. Imaginemos um leitor desprevenido que comece a sua leitura neste ponto, sem qualquer informação prévia. O que lê é uma frase aparentemente inócua, pacífica, que não suscita questões, nem ao nível da compreensão, nem da tradução: Uma mulher, chamada Simone, sentou-se na **bancada** do governo. Mas porquê traduzir *banc* por bancada e não por banco? Fiz esta escolha, intuitivamente, porque sei que, num contexto em que se refira o governo, o mais provável é que esse *banc* se refira à bancada do Parlamento. Conceição Lima (2010: 57) refere que «uma estratégia particular pode ser escolhida de forma consciente [...] ou intuitivamente.» Essa intuição é afinal a capacidade que o tradutor tem de tomar decisões imediatas, uma vez que possui elementos de uma determinada cultura já interiorizados, ou seja esses elementos fazem parte do seu «mapa do mundo» (Katan, 1999: 413). Ao classificar os problemas do tradutor, Conceição Lima (2010: 58) alerta para o facto de que «um texto existe numa determinada situação

sociocultural, em que os objectos, símbolos e conceitos abstractos funcionam de uma forma que nunca é igual à de outra sociedade ou cultura.» Voltando à frase em questão: Quem é Simone? Porque se senta na bancada do governo? Mesmo sem ter lido os parágrafos anteriores, o leitor desprevenido concluiria que essa mulher certamente exerce funções que lhe permitem ocupar essa posição. Mas, se espreitar um pouco para trás, saberá que a ação decorre em 1974, podendo ficar alertado para o facto de que não é comum uma mulher estar nesta posição, mesmo em França. Estará esta frase esgotada em termos de pressupostos culturais? A ideia de uma mulher sentada na bancada do governo poderia transmitir a ideia de uma certa tranquilidade, de estabilidade. No entanto, é necessário conhecer o contexto em que a frase se insere para se saber que vai ter lugar um episódio bastante tumultuoso, tanto na vida dessa mulher, como na sociedade em que ela se insere. Claro que o leitor desprevenido, se for curioso, lerá um pouco mais, para saber “o fim da história”. Mas o que considero relevante e, mais uma vez, usando as palavras de George Steiner (1998 : 619), é que «aucun énoncé ne part jamais de rien, il n’est pas de signification qui jaillisse du vide.» Poderá então concluir-se, de novo parafraseando João Barrento (2002: 29), que a facilidade ao nível lexical é frequentemente ilusória, devendo o tradutor possuir/adquirir competências que lhe permitam fazer a escolha adequada e, sobretudo, permanecer atento a todas as possibilidades e nuances presentes no TP.

### ***III – Estrato morfossintático***

João Barrento (2002: 33) afirma que existe uma «tendência [...], bem típica de um complexo língua-mentalidade-visão do mundo como é o da língua portuguesa, que foge ao enunciado claro ou prefere usar enredadas construções barrocas.» Os seus exemplos são retirados de traduções do alemão, de uma obra de Wittgenstein. No texto

abordado neste trabalho, embora com características muito diferentes dos exemplos fornecidos por João Barrento, deparei-me frequentemente com dificuldades na transposição da estrutura sintática francesa para a língua portuguesa. Apresento alguns exemplos: *Passe encore que la «protégée» de Chirac ait apporté son écot à Chaban au premier tour ; mais elle aurait choisi Mitterrand au second !* (p. 230) Tradução : *Que a «protegida» de Chirac tenha dado o seu apoio a Chaban na primeira volta, vá que não vá; mas ela teria escolhido Mitterrand na segunda!* A estrutura concessiva que inicia a frase, na LP, é transposta, na LC, para o fim da oração, permitindo assim que a sintaxe, em português, se apresente mais “viva” e mais fluida. No exemplo seguinte, a oração *je le crains* surge intercalada entre o verbo auxiliar e o verbo principal : *Le film – c’est un comble – a, je le crains, réveillé un anti-sémitisme assez bien assoupi.* (p. 297) Ao traduzir, considere que essa proposição deveria iniciar a frase: «**Receio que** o filme – isto é o cúmulo – tenha acordado um antissemitismo bastante adormecido. Um outro exemplo: *Simone a d’autant moins de scrupules que le président de la République l’insupporte.* (p. 350) Tradução: *Uma vez que o Presidente da República não a suporta, Simone tem, por essa razão, menos escrúpulos.* Na transposição do código linguístico da LP para o da LC, a proposição comparativa deu lugar a uma oração causal. A redundância conectiva (*uma vez que / por essa razão*) é intencional pois, com o segundo elemento, a frase adquire um maior equilíbrio e torna-se mais enfática.

#### ***IV – Estrato semântico***

Segundo João Barrento (2002: 36-37), este estrato corresponde «[ao] reino flutuante do sentido», não esquecendo que «aquilo que se traduz é sempre uma *forma* particular do sentido, indissociável da língua que se usa [...]» Para este, a tradução não deve «resolver» os problemas resultantes dos fenómenos de conotação, alusão,

polissemia, ambiguidade, tornando o texto mais pobre, mas procurar que funcione «de forma homóloga à do original.» Tomo como exemplo a frase seguinte : *Qui a engrossé les 343 salopes?* (p. 225) Ao traduzir por *Quem emprenhou as 343 cabras?*, a preocupação foi de facto a de encontrar os equivalentes lexicais que transmitam o sentido do TP e que respeitem, neste caso, uma certa conotação pejorativa e redutora. A frase citada corresponde a um título surgido no periódico *Charlie-Hebdo*, referindo-se ao grupo de mulheres que, em 1971, através de um manifesto (*Manifeste des 343*) redigido por Simone de Beauvoir, admitiu já ter recorrido ao aborto. No exemplo seguinte, quando é dito que *Simone Veil a la réputation d'être «bordélique»* (p. 238), optei por traduzir: *Simone Veil tem a reputação de ser «confusa»*. Aqui há uma clara perda de alusão ao *bordel*, com a sua ambiguidade. Aliás, a palavra surge logo na frase seguinte: *Dans ce «bordel», elle reste pourtant l'une des rares à savoir où elle va, comment et pourquoi.* (p. 238) Não existe qualquer dúvida de que o vocábulo *bordel* remete para a ideia de confusão ou «*barafunda*», o que confirma o sentido do adjetivo *bordélique*: *Nesta «barafunda», ela continua contudo a ser uma das poucas a saber para onde vai, como e porquê.*

## **V – Estrato cultural**

«Aqui, a língua apresenta-se como um discurso histórica e localmente sedimentado [...]». João Barrento (2002: 37) refere igualmente as «idiossincrasias culturais para as quais não há correspondência na língua de chegada», assim como os «hábitos, usos ou experiências desconhecidos.» Nos dois exemplos apresentados a seguir, referentes a situações experienciadas na cultura a que pertence o TP, as opções tomadas foram diferentes.

Simone Veil é acusada de estar a fazer o jogo dos opositores à legalização da

I.V.G. quando tenta, através de algumas cedências, apaziguar a Igreja Católica: *Madame, vous collaborez!* (p. 263). Ao traduzir por *A senhora está a colaborar!*, transmite-se perfeitamente o sentido da frase mas podemos questionar se o leitor português capta a alusão à *collaboration*, com as suas conotações histórico-políticas. Esta acusação reveste-se de uma maior gravidade pelo facto de ser dirigida a alguém que foi vítima dessa mesma colaboração. Uma solução seria a de inserir uma nota de rodapé, com uma chamada de atenção para o facto histórico. Neste contexto, tendo em conta que o leitor alvo conheceria as duas primeiras partes da obra, assumi que essa referência estaria presente. Além disso, esse leitor possuiria certamente uma informação histórica suficiente para compreender determinadas alusões e certos sentidos ocultos ou menos evidentes. Se o tradutor optar por fornecer explicações para todas estas situações, corre o risco de tornar a leitura morosa. Há, pois, que confiar na capacidade de leitura do recetor, dando margem igualmente para uma eventual pesquisa, por parte dos mais curiosos.

Referindo-se ao Presidente da Assembleia, um dos participantes no debate recorda, mais tarde, que *[il] était impérial*. (p. 259) Decidi traduzir por *Ele era majestoso*, fazendo, assim, a sua assimilação à cultura de chegada, com o recurso a uma equivalência dinâmica: historicamente, a figura do imperador não é relevante na sociedade portuguesa ao passo que, em França, corresponde a uma realidade histórica relativamente recente. O qualificativo *majestoso* evoca a magnificência da realeza, uma vez que o título de majestade era atribuído aos reis e às rainhas, figuras que constituem referências conhecidas na cultura da LC. Além disso, a palavra *imperial* remete para uma área lexical bastante diferente da que nos ocupa nesta tradução, com conotações gastronómicas e “libatórias” bastante marcadas na cultura portuguesa.

## **VI – Estrato pragmático**

João Barrento (2002: 38) alerta para «a não observância da vertente pragmática [que] pode levar a perigos de vária ordem [...]». Entre os inúmeros «perigos», o autor destaca as «incongruências», o «fracasso da comunicação», os «falsos registos», os «anacronismos» e a «estranheza do receptor». Este estrato está intimamente ligado ao anterior (estrato cultural), pois as idiosincrasias culturais manifestam-se com «o uso e a situação de comunicação». Para Conceição Lima (2010: 63), a tradução «[...] é o resultado da apropriação específica do texto original, no quadro da sua relação particular com a língua de chegada.» A autora admite que «[...] essa apropriação nunca chega a compatibilizar-se com o espírito mais intenso do texto original.» E acrescenta: «Esta falta de compatibilidade semântica põe-se, em geral, para os aspectos pragmáticos [...]» Concluindo este ponto da reflexão, a autora (2010: 65) salienta a importância de «uma *apropriação* particular e idiosincrática do texto. A expressão visível dessa apropriação é uma tradução cujas opções linguísticas, metafóricas, simbólicas, etc., interagem com o texto original de um modo profundo.»

Tomemos os seguintes exemplos do corpus (pp. 236, 237), fragmentos de discursos de dois intervenientes no debate sobre a legalização da I.V.G.. O deputado gaullista Émile Bizet declara: *Si nous légalisons aujourd'hui l'avortement, on nous demanderait demain de légaliser les mariages d'homosexuels. (Se legalizássemos hoje o aborto, pedir-nos-iam amanhã para legalizar os casamentos homossexuais.)* Jean Bertaud, senador, também gaullista: *Un tel texte ne peut que favoriser la dissolution des mœurs, voire, chez les esprits faibles, la prostitution. (Um texto assim só pode favorecer a dissolução dos costumes, até mesmo, nos espíritos fracos, a prostituição.)* A hipótese colocada por Émile Bizet como algo de improvável (a estrutura frásica implica essa improbabilidade) far-nos-ia sorrir, hoje, tendo em conta o conhecimento que temos

do mundo. A linguagem utilizada por Jean Bertaud, em 1974, seria, na atualidade, considerada politicamente incorreta: expressões como *dissolução dos costumes* e *espíritos fracos* são inaceitáveis, sobretudo num discurso político. No entanto, neste caso, o tradutor deverá conservar esses “anacronismos”, porque o texto é um documento que relata acontecimentos datados no tempo. Manter o vocabulário do TP é fundamental para transmitir o “tom” de discursos que correspondiam, não a posições extremistas, mas a uma mentalidade dominante nos setores mais conservadores da sociedade francesa. Ainda no âmbito do tema em debate (I.V.G.), deparamo-nos com a afirmação do Primeiro-Ministro da altura (Jacques Chirac, ao contrário do Presidente da República, Valéry Giscard d’Estaing, mostra-se inicialmente pouco favorável à discussão sobre esta lei), um testemunho fornecido por Simone Veil ao biógrafo: «*Il m’a dit d’abord: “L’I.V.G., c’est une **histoire de bonnes femmes**. Elles n’ont qu’à se débrouiller”. [...]» (p. 238) Tradução: «*Disse-me em primeiro lugar: “A I.V.G. é **coisa de comadres**. Elas que se desenrasquem.” [...]» A opção tomada pretende manter o tom depreciativo e misógino da declaração. Parafraseando Conceição Lima (2010: 65), procurei preencher os espaços de indeterminação, em função da minha experiência do mundo e da minha subjetividade.**

## 2 - Temática (Percurso sociopolítico de Simone Veil)

*Cette Europe réconciliée, il fallait lui donner une assise durable, et pour cela, la fonder sur deux exigences: transmission de la mémoire et démocratie. Deux exigences complémentaires au service d'un avenir libre.*

Simone Veil

A duplicidade/dualidade de Simone Veil, como já foi referido na introdução, é perfeitamente sintetizada por Maurice Szafran (p. 264) ao reportar palavras publicadas no jornal *France Soir*, em 1974, no momento do debate sobre a I.V.G.: «[...] *Femme granit, elle est aussi femme cristal, transparente d'honnêteté, de compassion.*». Philippe Sollers, num texto publicado em *Le Nouvel Observateur*, refere «[...] *la cohérence métapolitique de sa démarche.*» (p. 266) Essa coerência revela-se, no início da sua carreira na magistratura, ao empreender a reforma do sistema prisional (1957-1972), preocupada sobretudo com as condições de indignidade suportadas pelas detidas; manifesta-se na defesa dos direitos das combatentes argelinas do F.L.N. (*Front de Libération National*), durante a guerra da Argélia (1954-1962); está presente na luta da Ministra da Saúde que defende a legalização da I.V.G. (1974); afirma-se na crença da Presidente do Parlamento Europeu (1977-1982) numa Europa unida, tendo sempre em vista a melhoria das condições sociais dos cidadãos. Primeira mulher Ministra de Estado (1993), primeira mulher Presidente do Parlamento Europeu, não a primeira a ser convidada a integrar a conservadora *Académie Française* ([...] *cette vieille maison [...] à la réputation antisémite, toujours machiste, viscéralement hostile aux femmes [...]*), mas uma das poucas a ter essa honra (2009). As palavras citadas são da autoria de Maurice Szafran (pp. 370, 371), para quem Marguerite Yourcenar, Jacqueline de Romilly, Hélène Carrière d'Encausse, Florence Delay, Assia Djebar são *des académiciennes alibi, des académiciennes potiches*. Também, segundo o autor, Simone



Veil entraria nesta categoria, a das “mulheres de serviço”, as que servem para mostrar que o género feminino não é excluído desse círculo tradicionalmente reservado aos homens. A coerência (meta)política de Simone Veil está presente em todas as suas tomadas de posição, enquanto mulher política de carreira ou simplesmente como cidadã consciente e participativa: luta pela preservação da memória da *Shoah* mas critica implacavelmente alguns filmes surgidos no pós-guerra e aclamados pela *intelligentsia*, como *Le Chagrin et la Pitié*, *Lacombe Lucien*, *Portier de Nuit*, *Le Choix de Sophie* (pp. 300-303); julga inútil e degradante o processo conduzido contra o criminoso de guerra Klaus Barbie: *Le procès d'un vieillard malade, fonctionnaire zélé de la Gestapo, ne va-t-il pas se transformer en machine à enrayer la mémoire?* (p. 316); recusa sentimentos revanchistas contra a Alemanha, aceitando acompanhar o marido a Wiesbaden, onde este exerce funções junto do Comissário Geral Francês para os Assuntos Alemães e Austríacos (1950); manifesta-se na rua contra o atentado à sinagoga da rue Copernic (1980), lamentando a indiferença do Presidente Valéry Giscard d'Estaing em relação ao facto, a incorreção política (gafe?) do Primeiro-Ministro Raymond Barre que se refere às vítimas não judias, como *des Français innocents* (p. 312); por outro lado, não sente o apelo de Israel, considera-se [...] *française d'abord, patriote ensuite, juive enfin*. (p. 320). Aceitou ser Presidente da *Fondation pour la mémoire de la Shoah* (de que é atualmente Presidente de Honra), pois possui a convicção de que «[il] n'y a pas de conscience éthique sans mémoire [...]» (Veil, 2007: 96)

Não pretendi fazer aqui uma lista completa dos cargos e funções de Simone Veil, mas somente realçar alguns aspetos relevantes da sua coerência (meta)política. A citação em epígrafe (Veil, 2007: 139), no início deste ponto, sintetiza as preocupações sociais e políticas desta mulher tão multifacetada, tão polémica e, no entanto, tão coerente.

### 3 - Tradução do corpus

#### 3.1 - Tradução

#### TERCEIRA PARTE

#### A LIBERTADORA

*Na condição do Judeu e na da mulher, há algo de semelhante.*

*Esta convicção remonta à minha infância, à minha mãe.*

Simone Veil

14

#### Para as Mulheres

217 Valéry Giscard d'Estaing, terceiro Presidente, depois de Charles de Gaulle e Georges Pompidou, da V República? Esta hipótese, na primavera de 1974, deixa Simone Veil indiferente. Hostil ao princípio da eleição do Chefe do Estado por sufrágio universal direto, cheia-lhe ao mofo do Antigo Regime, acredita encontrar aí o gosto dos Franceses pelo plesbicitto e a confiança cega num chefe, tudo o que ela detesta. A campanha do jovem candidato – Giscard tem nessa altura quarenta e oito anos, alguns meses mais do que ela – parece-lhe contudo sagaz, inteligente, de acordo com as exigências do momento. Retém a incontestável vontade de modernidade e não sorri quando Giscard anuncia que gostaria de entrar no Eliseu «de casaco e não de fraque», um sinal de renovação, entre outros; aprecia as promessas de isenção ética e moral que ele formula. É tempo de um responsável político de direita se preocupar com a sorte dos excluídos, anunciar que visitará os prisioneiros nos estabelecimentos prisionais e deixar de fechar os olhos à sorte dos imigrantes; regista a vontade expressa de transformar a França num «vasto estaleiro de reformas», maneira de levar em linha de

218 conta, *a posteriori*, as exigências dos revoltosos de maio de 68; não dissimula o seu júbilo quando Giscard, tão senhor do seu talento, lança a François Mitterrand, seu adversário da segunda volta, esta réplica, mortífera e doravante célebre: «O senhor não tem o monopólio do coração!» Decididamente, Simone não suporta este Mitterrand que acha «ambíguo» e «hipócrito». «Soa a falso», diz ela, categórica. Mas que importam os bons e os maus atos, esta convicção de que o candidato de Auvergne

se preocupa com o futuro: a direita giscardiana, para além de Giscard, desagradava-lhe soberanamente, essa direita nobiliária e da alta burguesia, essa direita dos castelos convencida, antes e depois da Revolução, de que o poder lhe advém por direito (divino?), de que a França em dívida – de quê exatamente? – lhe pertence para sempre. Para Simone, essa gente, os giscardianos, são demasiado seguros de si mesmos, demasiado bem nascidos, demasiado ricos, demasiado belos, demasiado mimados. A vida deles é fácil, um caminho de rosas; o oposto do seu destino. A dúvida é-lhes desconhecida; o contrário do seu temperamento. Não é pois por acaso que Simone Veil e Valéry Giscard d'Estaing, um e outro frequentadores dos belos salões, nunca se cruzaram; não frequentam os mesmos meios, não circulam pelo mesmo *XVI<sup>e</sup> arrondissement*. Giscard teve sempre o maior cuidado em evitar esta burguesia parisiense político-industrial à volta da qual os Veil construíram o seu universo: ele despreza-a, acha-a vulgar, «novos-ricos». Na realidade, os dois, Giscard e Simone, não têm nada em comum, não foram feitos para se entenderem. Ela lembra-se que Emmanuel d'Astier de La Vigerie, esse dândi jornalista, herói do gaullismo resistente, tinha definido assim Giscard: «Não sendo desumano, é talvez demasiado egotista, de uma delicadeza demasiado indiferente, à maneira do século XVII<sup>1</sup>.» A caracterização, cruel, modela a personagem na perfeição. Concorda, pois, com Antoine que, a 19 abril de 1974, a alguns dias do escrutínio, publica em *Le Monde* um artigo de opinião onde se pronuncia a favor de Jacques Chaban-Delmas, «o autêntico candidato do centro», último e vão pontapé a Giscard, o reformador. Simone também vota em Chaban na primeira volta. «Os Veil não escondiam a sua simpatia, recorda Jean Serisé, então influente conselheiro político de Giscard. No decorrer de um jantar ao qual eu assistia, eles apoiaram Chaban. Antoine afirmava que, fosse como fosse, não apoiaria Giscard na segunda volta.» Simone não desconfia, ainda não, que aquele homem em breve será capaz de a surpreender.

Nestes tempos de mudança, neste período em que o «Estado gaullista» vai desaparecendo, a Senhora Secretária do Conselho Superior da Magistratura aborrece-se. É evidente que ela trabalha com a sua meticulosidade habitual: os dossiers de promoção ou de mudança dos magistrados do tribunal são estudados, preparados nos menores detalhes; como não levar a sério a instrução dos dossiers apresentados pelos advogados dos condenados à morte que submete em seguida ao Presidente da República para que ele utilize – ou não – o seu direito de indulto? É um cargo de prestígio, «e Simone insistiu para o obter, o ministro da Justiça René Pleven tinha intervindo em seu favor», esclarece o seu amigo Paul-André Sadon, um dos barões do Ministério. Georges Pompidou não se tinha aliás enganado, nem sobre o perfil psicológico, nem sobre as convicções da sua interlocutora dos momentos crepusculares, aqueles em que é preciso escolher entre conceder a vida ou

---

1 Citado por Jean Bothorel, *La République mondaine*, Grasset, 1979.

infligir a morte. Até aos últimos momentos do seu calvário, o Presidente da República tem em conta a opinião da Senhora Secretária por quem ele tem «tanta estima». Pompidou aprecia «o seu espírito de justiça agressivo», «a sua maneira pouco ortodoxa de apresentar os verdadeiros problemas». Contudo, não são feitos da mesma massa: a pena de morte revolta-a; a ele também, mas não hesita em ordenar a sua aplicação. «Em pouco tempo, Simone reforçou a influência do Conselho Superior, afirma Sadon. A sua aura contribuía muito para isso.» Por uma vez, Pierre Arpaillange aprova Sadon, o seu inimigo declarado no universo judiciário: «Sob a sua autoridade, o C.S.M. alargou o seu papel. Não a podíamos menosprezar. Ela conhecia tanta gente.» Não obstante, ela tem hesitações. Eis um cargo de influência onde está em condições de desmascarar as intrigas do poder, de se aproveitar disso também. Testemunho, em 1972, do escritor-jornalista Arthur Conte, então presidente da O.R.T.F.: «Estabeleci com Philippe Malaud [o ministro da Informação], Pierre Juillet e Marie-France Garaud [os dois principais conselheiros do Presidente Pompidou] a lista dos administradores [...]. Finalmente, são escolhidos Jean Autin, inspetor-geral das Finanças; Simone Veil; o coronel Marceau Crespín, diretor dos Desportos; Daniel Lesur, compositor, antigo diretor da Ópera; François Lhermitte, professor na Faculdade de Medicina de Paris, e Raymond Polin, professor, o qual, por causa da preocupação que temos de simbolizar a presença da Universidade no Conselho, é finalmente preferido ao escritor Jean d'Ormesson e à atriz Michèle Morgan<sup>1</sup>.» A elite da nossa burguesia de influência: doravante, Simone Veil ocupa aí um lugar de destaque. René Pleven, o amigo ministro, envia-a também para Estrasburgo, como perita no Conselho da Europa, mas todas estas funções, todas estas honrarias não são suficientes para preencher plenamente a sua vida. Primeira mulher secretária do Conselho Superior da Magistratura? «Mulher álibi» objeta ela, furiosa com a lembrança destes convocados do contingente posto ao serviço do C.S.M., dos quais exigiu o afastamento rigoroso, de tal modo eles davam prova de familiaridade, roçando a grosseria relativamente a si. «Isso acalmou-os», resmunga ela, ainda hoje chocada pela impudência, a vaidade masculinas. Comenta às vezes com Marie-France Garaud, um dos “homens fortes” do Eliseu no tempo de Pompidou». «Dava-me bem com Marie-France, reconhece Simone. É evidente, quando eu a visitava, nós falávamos do trabalho, do poder, da política, mas tínhamos também conversas de mulheres, falávamos do pormenor dos nossos brincos.» O binómio pode parecer estranho. De que podem elas falar, Marie-France, «a» Marie-France, dizem com receio e desdém os seus muito numerosos detratores, essa grande burguesa calcorreando a cavalo as suas terras da região de Poitou, Marie-France, essa esplêndida *matadora* criada, amestrada mesmo, no catolicismo de província, e Simone, a pequena Judia «desterrada» de Nice, estrangeira nessa França do *terroir* que a outra encarna maravilhosamente, Simone tão sedutora como a sua cúmplice, tão

---

<sup>1</sup> Arthur Conte, *Hommes libres*, Plon, 1973.

222 atraente, mas incapaz de tirar partido disso com tanta mestria para conquistar as honras, o poder, únicas coisas que contam aos olhos de Marie-France... Sim, que têm elas em comum, estas duas divas que atraem os olhares dos homens, exceto um gosto idêntico pelos *chignons* bem apertados e os *tailleurs Chanel bon chic bon genre*. Uma, Marie-France, que mostra divertida um cinismo radical, e a outra, Simone, que insiste muitíssimo no respeito imperativo pelos «princípios»? Uma mesma ligação visceral à literatura, à pintura e sobretudo um desejo de desforra. Na alta sociedade de Poitiers, as meninas deviam calar-se e Marie-France recusou sempre esta regra. Ela dar-se-á a si própria os meios para contornar o proibido. Mme Garaud esmera-se.

Mais extrovertida que Marie-France, Simone é contudo menos rancorosa e pouco retorcida. Simone e Marie-France, capazes uma e outra de palavras mortíferas, de risotas e de bisbilhotices, exercendo as duas o seu trabalho com um profissionalismo sem falha, conscientes de que uma «simples mulher» naqueles meios não tem o direito de errar. Algum tempo depois das eleições presidenciais de 1974, Marie-France Garaud prepara-se para desempenhar um papel essencial no destino de Simone Veil, prestes a estiolar nas suas funções...

223 A 19 de maio de 1974, Valéry Giscard d'Estaing é então eleito Presidente da República. O novo Chefe do Estado é uma personagem complexa, atormentada. Surpreendente também: ao mesmo tempo que decide conduzir reformas a um ritmo desenfreado, escolhe para as impulsionar um Primeiro-Ministro, Jacques Chirac, que, por sua vez, as abomina. «Segundo Chirac, explica o ex-ministro da Educação Nacional René Haby, os problemas de sociedade só existem se forem colocados<sup>1</sup>.» Giscard tem a intenção de os levar à praça pública. Em duas frases, resume o seu estado de espírito: «Este dia [o da sua eleição] marca uma nova era da política francesa. Ficarão surpreendidos pela amplitude e a rapidez da mudança.» Tanto pior para Chirac e os seus, Garaud e Juillet, os ultra-conservadores. Eles que se adaptem – ou que partam – uma vez que, na V República, o Presidente edita e ordena, sozinho, todo-poderoso. À «França das profundezas», que Chirac quer preservar – ele herda esta preocupação do seu «mestre» Pompidou – Giscard replica com a «França da inteligência e das evoluções». Ele impõe, por exemplo, a maioria aos dezoito anos. O interesse desta medida escapa a Chirac.

O Primeiro-Ministro fica aliás atordoado, petrificado, quando Giscard lhe confessa uma convicção «ancorada no mais profundo de si mesmo», uma certeza estranha, no limite do barroco: o governo deve, com prioridade, apoiar-se nas Francesas para arrastar todo o país para a mudança. «Giscard tinha ficado extraordinariamente sensibilizado com a explosão feminista, precisa a jornalista Françoise Giroud, a quem ele oferece uma Secretaria de Estado para a Condição Feminina. Tinha compreendido que o fenómeno não tinha nada de anedótico, que não se limitava exclusivamente a

---

1 Catherine Nay, *La Double Méprise*, Grasset, 1981.

Paris – segundo as absurdas palavras de Chirac – e que se tratava com efeito de um movimento de fundo. Sabem, Giscard tem em conta as mulheres, as suas opiniões, a sua compreensão.» É assim desde a infância. «A sua mãe, May Giscard d'Estaing, era uma mulher liberta, afirma a ex-deputada socialista Françoise Gaspard, figura do movimento feminista. Ela criou o filho fazendo-lhe compreender que as mulheres contam. Giscard não é, seja o que for que diga a lenda, um homem de mulheres. É um homem de mãe.»

224 Esse homem, eleito Chefe de Estado, não pode, já não quer ignorar que, todos os anos, pelo menos meio milhão de Francesas abortam clandestinamente, no estrangeiro as burguesas, na miséria e no perigo de morte as outras. O aborto, «crime contra o Estado e contra a raça», clamava Pétain, apoiando-se numa lei pérfida de 31 julho de 1920, que castigava a «tentativa» tão severamente quanto o facto, instaurava o dever de delação, impedindo toda a informação sobre a contraceção assimilada ao aborto. A França de Vichy tinha mandado executar a 30 de julho de 1943, «para exemplo», uma lavadeira-abortadora. A lei, desde então, não evoluiu quase nada. Já não é aplicada mas não deixa de ser a lei. «A nossa legislação é simultaneamente arcaica, inadaptada, ineficaz, desumana, injusta», admite em 1973 o gaullista Jean Taittinger, então ministro da Justiça. Uma tomada de posição corajosa, mas sem efeito: a maioria do Presidente Pompidou recusa toda a evolução. As leis Neuwirth sobre a contraceção, votadas pelo Parlamento há já alguns anos, nem sempre são aplicadas, ou são mal aplicadas. O ex-Primeiro-Ministro Michel Debré também se opõe em nome da «natalidade». A Igreja de França, igualmente, em nome do «respeito pela vida». Os comandos da associação «*Laissez-les vivre*» recusam-nas, em nome da luta «contra o assassínio institucionalizado». Quanto mais a interrupção voluntária de gravidez... Último ministro da Saúde no governo de Pompidou e o principal homem de confiança de Giscard, Michel Poniatowski advertiu sem desvios o Chefe de Estado, que é um dos raros a tratá-lo por “tu”: «Se não resolves este problema logo no início do septenato, teremos direito a um aborto selvagem diante do Eliseu ou na entrada de um ministério.» Giscard concorda, estava aliás disposto a anunciar, durante a campanha eleitoral, a sua determinação em liberalizar a lei.

225 Neste ponto, pelo menos, ele concorda com François Mitterrand. Mas o seu círculo dissuadiu-o: a França direita, a França dos beatos, poderia tomar como pretexto este «abandono dos valores» para se afastar dele.

«Muitas vezes, insisti para que tivesse calma relativamente ao assunto da I.V.G. [Interrupção Voluntária da Gravidez], admite o ponderado Jean Serisé, outrora próximo de Pierre Mendès France. O seu eleitorado não o teria tolerado. Tive as maiores dificuldades em consegui-lo. Perguntava-me se eu me lembrava do Manifesto das 343, publicado em *Le Nouvel Observateur*.» Seria certamente difícil apagar um tal episódio da memória coletiva. *Charlie-Hebdo*, «jornal parvo e mau», tinha

inventado para a ocasião um título, doravante famoso: «Quem emprenhou as 343 *cabras?*» Giscard tinha sorrido. Mas nem por isso tinha deixado de levar o assunto muito a sério. A 5 de abril de 1971, Delphine Seyrig, Françoise Fabian, Simone de Beauvoir, Christiane Rochefort e 339 outras mulheres, célebres ou desconhecidas, reconheciam: «Eu fiz um aborto... Um milhão de mulheres fazem um aborto todos os anos em França. Fazem-no em condições perigosas, por causa da clandestinidade à qual estão condenadas, ao passo que esta operação, praticada sob controlo médico, é das mais simples. Faz-se silêncio sobre estes milhões de mulheres...» Giscard, ministro de Pompidou de 1969 a 1974, sabe que esta situação não pode continuar, que abafar este assunto é uma infâmia, a prova irrefutável de que os responsáveis políticos, se não agirem muito depressa, mostrarão uma degradante cobardia. O processo de Bobigny tinha-se encarregado de o mostrar a todos os que ainda tinham dúvidas<sup>1</sup>.

226 Outubro de 1972: o tribunal para crianças de Bobigny julga Marie-Claire, dezasseis anos. Violada por um colega de turma, fez um aborto. O violador denunciou-a à justiça...

A mãe de Marie-Claire: «Eu própria sou mãe solteira. Vivi isso, vivo-o ainda, as humilhações, as afrontas, apontada a dedo. Então, em nenhum caso, eu teria permitido que a minha filha sofresse o calvário que eu vivi. É o meu dever e defendê-la-ei até ao fim...»

Mme B., a abortadora, não é uma «profissional»: «Tive pena dela, lamento ter infringido a lei, não tenho consciência de ter agido mal.»

Marie-Claire: «Ele obrigou-me a fazer amor. Não quero um filho de um vadio.»

A doutora Gisèle Halimi, presidente do movimento *Choisir* e advogada da ré: «Esta lei é objetivamente má, imoral, caduca.»

O tribunal toma isso em consideração. Marie-Claire é absolvida.

Quando Valéry Giscard d'Estaing, alguns dias antes da segunda volta da eleição presidencial, lembrou o seu «respeito pela vida», insistindo na «liberdade de consciência de cada uma», as Francesas perceberam então que ele ia mudar a lei. Votaram V.G.E. em vez de Mitterrand: 54% contra 46%.

227 Para o Presidente, é uma prioridade: conseguir dos deputados a aprovação de uma lei sobre a interrupção da gravidez. Falta-lhe encontrar um ministro que, em primeiro lugar, proponha um texto aceitável e que seja também capaz de o assumir, de o levar até ao Palais-Bourbon. O novo ministro da Justiça, Jean Lecanuet, rapidamente adverte Giscard que recusará esta responsabilidade, «ainda que tenha de abandonar a pasta». Se afirma «compreender a urgência absoluta de um tal texto», o chefe democrata-cristão sublinha que o seu catolicismo lhe «proíbe» qualquer iniciativa neste sentido. Françoise Giroud, encarregada da Condição Feminina? Essa seria a lógica e Giscard pensou nisso.

---

<sup>1</sup> Sobre a luta das mulheres nos anos 1970, ler o excelente livro de Françoise Picq, *Les Années mouvement*, Éd. Du Seuil, 1993.

Durante pouco tempo... Seria uma provocação inútil da direita para com a direita confiar um dossier tão sensível a esta detestada ministra «reformadora» que não a poupa e que encarna com graça e talento, a quinta-essência do que ela odeia, do que a transtorna: a grande burguesa emancipada. Ela não sabe, essa direita, ainda não, o que a espera... «A senhora é demasiado conceptual, insinua furtivamente Giscard a Françoise Giroud para explicar a decisão de a afastar. Darei este dossier ao Ministério da Saúde.» Ela ficará ressentida com ele, durante muito tempo. «Há dois Giscard, desabafa ela. O inteligente, capaz de todas as sínteses, de ver muito longe. E há a personagem mesquinha, um pouco dissimulada e desprezível...» O Presidente, pernicioso, interroga-a sobre Simone Veil, uma quase desconhecida de que lhe falaram. «Pode-se contar com a sua firmeza a propósito do aborto?» Françoise Giroud, com uma grande correção: «Certamente, creio que sim<sup>1</sup>...»

228 A 27 de maio de 1974, os Veil estão a jantar no centro. Nada de mais usual. Antoine aceitou, como todas as noites, um convite. Desta vez, o casal senta-se à mesa de Raymond Arasse, o secretário-geral da R.A.T.P., na avenue Niel. Cerca das 22 horas, chamam Mme Veil ao telefone. Regressa uns quinze minutos mais tarde, retoma o seu lugar e a conversa, sem dar a menor indicação sobre esta chamada. Não parece nem inquieta nem nervosa, ainda menos apressada. À meia-noite, esta bela amostra mundana separa-se. No carro, antes do primeiro semáforo vermelho, Simone deixa escapar a Antoine, com um tom mais refletido do que é habitual: «Era Chirac ao telefone. Propõe-me entrar para o governo, *a priori* para o Ministério da Saúde. Tenho de dar a resposta amanhã.» Antoine não duvida um instante de que ela irá.

Algumas horas mais cedo, Chirac tinha ido no seu passo jovial ao Eliseu para pensar na lista governamental com o Presidente. O Primeiro-Ministro não tarda a compreender que está a perder o seu tempo, que se deslocou para avaliar as decisões do duo Giscard-Poniatowski. Se se atender à Constituição da V República, o chefe do governo «designa» os ministros; na realidade, nunca foi o caso, cada Presidente apropriando-se sistematicamente deste privilégio. Mas, pelo menos, o decoro, as boas maneiras exigem que a personagem instalada em Matignon seja consultada, que estabeleça contacto com os «seus» ministros para os avisar da «boa notícia». Giscard não tem vontade de respeitar o costume. Comunica apenas a Chirac as suas decisões, confirmando assim que o Estado gaullista, tão criticado e odiado, está em vias de desmembramento. Para os giscardianos históricos, os postos chave: Poniatowski no Interior, Fourcade nas Finanças, d'Ornano na Indústria, Bonnet na Agricultura. Para Lecanuet, um encarniçado do anti-gaullismo, uma bela recompensa depois de um combate de tão longo fôlego: a Justiça. Os Negócios Estrangeiros? Oferecidos a um diplomata desconhecido e ectoplásmico, Jean Sauvagnargues. É preciso ter gaullistas no governo? Não seja por

---

1 Franz Olivier Giesbert, *Jacques Chirac*, Éd. Du Seuil, 1987.



isso, Giscard e Ponia [Poniatowski] arranjam um par. Dois desconhecidos, dois fantasmas da política:  
229 o senador Jacques Soufflet (na Defesa) e o motoqueiro André Jarrot (no Ambiente). Chirac percebe nesse dia que Giscard lhe quer fazer a folha? Não ao Chirac simpático que o Presidente aprecia; mas ao Chirac encarnação do neo-gaullismo? O chefe do governo sugere, quase com timidez, a designação de três secretários de Estado próximos dele: Olivier Stirn, Pierre Lelong e René Tomasini. Giscard consente... Para o incomodar ainda mais. Três «reformadores» são também sondados: Jean- Jacques Servan-Schreiber, proprietário de *L'Express* e outrora adversário exaltado do General, Françoise Giroud, diretora do dito semanário, e Anne-Marie Fritsch, deputada da região de Moselle, padroeira do «schreiberismo». «Recusei, conta Chirac. Não era o meu governo, todavia...Repliquei a Giscard que J.-J. S.-S. já era o limite; que, com a entrada de Françoise Giroud, este governo pareceria um anexo de *L'Express*; e que Mme Fritsch, nem pensar.»

«Mas eu prometi a mudança, responde-lhe Giscard. Aliás, assegurei a Mme Fritsch o Ministério da Saúde e comprometi-me a nomear três ministros mulheres. Escolhi Françoise Giroud e Hélène Dorlhac. Quem me propõe para o lugar de Mme Fritsch<sup>1</sup>? – Simone Veil, replica o Primeiro-Ministro. Vê-la-ia bem na pasta da Justiça, mas já que o senhor insiste tanto em Lecanuet...»

A ideia Veil germinou no espírito de Marie-France Garaud que rapidamente a testou junto de Michel Poniatowski. «Por uma vez estava de acordo com ela, recorda. Enquanto ministro da Saúde, eu tinha consultado Simone Veil, precisamente sobre o aborto.»

230 Vinte anos mais tarde, Jacques Chirac recorda uma história inédita na crónica política da República. Conta ele: «Apercebi-me muitos anos depois: o início das minhas dificuldades com Pierre Juillet [o seu mentor da época e inseparável companheiro de Marie-France Garaud] remonta ao tempo da nomeação de Simone. Juillet queria que Marie-France fizesse parte do governo, sonhava com isso. Ficou ressentido comigo por não ter o percebido. Confesso: trazer Marie-France para o governo nem por um segundo me veio à ideia.»

Simone Veil ministra. Obstinado, Giscard, inicialmente, diz não. Rancoroso, não quer ceder. Que a «protegida» de Chirac tenha dado o seu apoio a Chaban na primeira volta, vá que não vá; mas ela teria escolhido Mitterrand na segunda! Um erro? Pior: uma traição. Chirac não desarma: «Posso assegurar-lhe que Mme Veil não votou Mitterrand. O que não é o caso de Mme Giroud.» O golpe é baixo, todavia eficaz. «Não votei Mitterrand, assegura hoje Simone. Por uma razão óbvia: eu era profundamente hostil à pessoa e ao programa comum social-comunista.» Se Jean Lecanuet é «completamente contra esta nomeação», já que Antoine e Simone pertencem à facção centrista «rival», o reforço de Michel Poniatowski é de uma influência capital.

---

1 Franz-Olivier Gisbert, *op.cit.*

«É verdade, diz ele, eu defendi a sua causa junto de Giscard. Afirmei-lhe que Simone Veil seria perfeita para convencer a Câmara e os Franceses de direita a aceitarem o texto sobre o aborto. Esta lei era aos olhos do Presidente de uma tal importância que, *in fine*, pouco lhe importava o ministro, conquanto fosse eficaz.» Fica então Simone Veil, concede Giscard. O seu outro confidente, Michel  
231 d’Ornano, depois de se ter absterido de qualquer iniciativa, teve a ocasião favorável de achar esta escolha «excelente» e lembrar que, em fevereiro de 1973, a revista *Marie-Claire* tinha imaginado um governo exclusivamente composto por mulheres. Na fotomontagem, podia reconhecer-se quatro senhoras de *chignon*: a banqueira Gilberte Beaux, a jornalista Ménie Grégoire, então no auge da glória, Marie-France Garaud, a incontornável, e uma desconhecida, Simone Veil. Giscard, pelo menos, escolheu uma das quatro.

Quem consulta ela antes de aceitar? Antoine, claro. Antoine, «predisposto a ser ministro», insinua, pérfido, o giscardiano Jean Sérísé. É Simone quem o será. Antoine, «aquele que devia fazer carreira em política», recorda André Rousselet, o seu amigo mais próximo. Enquanto Simone, até aí, tinha um papel secundário. «Antoine queria ser um ator da vida política», confirma o industrial Dominique de La Martinière, velho cúmplice dos Veil. Simone representa este papel. Antoine, completamente apaixonado pela política, rebaixado ao lugar de esposo da ministra. «Sofreu algum tempo com isso, nota Marie-France Garaud. Ele gosta tanto de política! Uma noite, estávamos a jantar juntos e evocávamos, evidentemente, assuntos políticos. Simone quis intervir. Ele interrompeu-a: “Um segundo, se faz favor, nós estamos a falar de política.”»

Confrontado com uma situação invulgar, Antoine conduz-se com uma perfeita elegância. Encoraja Simone, promete ajudá-la a formar o seu gabinete. Em contrapartida, ela zelarà com a maior atenção para que Antoine seja convenientemente tratado, nomeadamente nos jantares oficiais, para que não seja relegado para uma mesa secundária. Quando for indispensável, ela gritará alto e bom  
232 som. «No dia a seguir à sua entrada no governo, havia um cocktail reunindo os inspetores das Finanças num salão da U.A.P., recorda o banqueiro Jean-Paul Delacour, número dois da *Société Générale* e aliás cunhado de Édouard Balladur. Simone chegou pelo braço de Antoine, acompanhava-o, entendia assim mostrar que, mesmo sendo ministra, não era menos esposa.»

Antes de tudo, procura o indispensável apoio de Antoine para reforçar uma resolução evidente. «Tinha vontade de ver, reconhece ela, de tomar decisões, de exigir a sua aplicação. Sem dúvida que fui um pouco vaidosa: acreditava nas minhas possibilidades de modificar, no bom sentido, alguns grandes dossiers»; em segundo lugar, a opinião de Jean, o seu filho mais velho. Vai ter com ele a Marrocos, onde está a passar alguns dias de férias. As suas análises sempre foram importantes para ela. «Diz já que sim!», exclama ele; finalmente, a opinião da sua irmã Denise: favorável, mais uma

vez. E as impressões das de «lá»; as que vieram com ela de Auschwitz, o que pensam? É na verdade o único confronto que Simone receia. «Ela, praticamente, convocou-nos para a sua casa na place Vauban, a Marceline Loridan e a mim, conta Anne-Lise Stern. Ela hesitava. Dissemos-lhe que as suas dúvidas eram ridículas, que este assunto do aborto era demasiado importante para se esquivar. Com efeito, depressa compreendi que ela queria ver-nos para que lhe disséssemos para avançar. Falámos. Muito, durante muito tempo. Da mãe. De Milou...» Histórias de mulheres, entre mulheres. Histórias de vidas e de mortes. De ressurreição, às vezes.

233 A questão do aborto no meio de tudo isto? A vida, a morte da mulher. A vida que a mulher dá. E o Presidente da República, esse, que exige que “o assunto ande depressa”. «Simone estava bastante comovida, indica a magistrada Myriam Ezratti presente ao seu lado desde os primeiros dias. As flores e os telegramas chegavam, mantivemos o nosso almoço e ela já se preocupava em “cumprir bem” uma função que “não conhecia”. Simone é uma conscienciosa, reivindica esta qualidade. Via-a meter-se na pele da personagem que viria a desempenhar.»

Mas como é que as mulheres do M.L.F., do M.L.A.C. ou de *Choisir* veem esta ministra-burguesa – de direita? Com desconfiança? «Depressa compreendemos que era inatacável», reconhece Françoise Gaspard. Por causa da deportação, mas não só por isso. Por causa de um feminismo à flor da pele. Ela ri, até às lágrimas, só de lembrar os slogans feministas de maio de 68 com os quais ela se deleitava no Odéon e que perturbavam tanto os rapazes, nomeadamente esses dois: «Tramadas pelo patrão, lixadas em casa», «Quem cozinha enquanto eles falam da revolução? Quem toma conta das crianças enquanto eles vão às reuniões? Quem escreve à máquina os panfletos enquanto eles redigem e organizam o futuro? Quem toma notas enquanto eles pegam no microfone? Somos nós, sempre nós!» Enfim, ela não se deixa enganar, pelo sentido que é preciso dar à sua promoção ministerial: «Tenho a sensação de ser a mulher álibi que dá boa consciência.»

234 Feminista, Simone? À sua maneira. Ela quer lembrar-se de Yvonne sofrendo, com um marido minucioso, as pequenas humilhações quotidianas da dona de casa. Também não esqueceu o reparo da sua sogra um dia em que lhe mostrava uma camisa, «comprada para Antoine». «Tu compraste-a com o dinheiro que ele te dá.», ouviu ela como resposta. Ela nunca seria dependente de um homem, tinha prometido a si própria, mais uma vez. Não suporta, nunca suportou o paternalismo matreiro dos homens. Já noutros tempos, as suas cóleras contra André se inscreviam nesta recusa. Depois, a misoginia dos magistrados irritava-a ou divertia-a, dependia do momento. Mulher e ministra, está preparada para tudo, tanto para os jogos de sedução como para as marcas de desprezo. Então decide atacar, imediatamente, de forma preventiva, para os avisar – colegas ministros, tecnocratas e jornalistas, todos – que não se deixará levar: «A presunção masculina, quando se trata de economia

por exemplo, é particularmente estúpida. Tarde demais, os homens tomam consciência disso... Repararam como os jornalistas falam de mim, um pouco pomposos, um pouco condescendentes... Isso irrita-me!» Ela opta, pois, logo de caras, pela autoridade, até mesmo pelo autoritarismo, com os seus interlocutores masculinos. «No exercício do poder, assegura ela, as mulheres não podem ter a mesma atitude que os homens. A nossa linguagem não pode ser idêntica, o nosso comportamento também não. Suportamos familiaridades que um homem não aceitaria. Não somos bastante duras. É preciso sê-lo mais, é preciso exigir.» É uma maneira de se proteger, de se fortificar e de verificar este preceito caro a Simone de Beauvoir: «O problema da mulher é um problema de homem.» Ela volta a pensar, furiosamente, nessa viagem de avião pouco tempo antes da sua subida ao governo: «Pedi o *Le Monde* ao comissário de bordo. Respondeu-me que não podia dar-mo porque só tinha um mas, em troca, trazia-me a *Elle* imediatamente...»

235 Feminista, Simone Veil? Sem dúvida. Ainda que o palavreado das mulheres do M.L.F., com o seu discurso marxista prefabricado a irrite. Simone não pode cair no jogo simplificador do «marido violador» e do «patrão explorador». Então será realmente feminista? «Fundamentalmente, assegura o filho Jean, feminista no mais profundo de si. Não no plano teórico, mas no quotidiano, na vida. Sempre defendeu as noras em detrimento dos filhos. Encontrava desculpas para elas, para nós muito poucas.» Myriam Ezratti atenua, ao confirmar: «Eu diria militante dos direitos da mulher mais do que feminista. Mas uma militante do género obstinado.» No início dos anos 1970, o M.L.F. dava uma grande importância à nova lei sobre a filiação. Elemento essencial desse texto: todas as discriminações legais para com as crianças naturais desapareciam. «O filho natural, estipulava o legislador, tem em geral os mesmos direitos e os mesmos deveres que o filho legítimo nas relações com o pai e a mãe.» As feministas estavam satisfeitas: a diretriz protege a criança e, por extensão, as mães solteiras são finalmente respeitadas, respeitáveis. Elas ignoravam, as mulheres do M.L.F., que a magistrada Simone Veil tinha concebido o essencial do projeto, que ela tinha enfrentado, com dureza às vezes, os defensores da ordem moral e que tinha triunfado graças ao apoio de Georges Pompidou, esse conservador esclarecido. Feminista, de verdade? Um breve artigo do diário *France-Soir*<sup>1</sup> prova-o: «Mme Simone Veil acaba de conseguir que os dois polícias encarregados da sua proteção sejam substituídos por mulheres [...]. O desejo de Mme Veil provocou uma pequena revolução no Ministério do Interior. De facto, desde sempre, são homens que asseguram estas funções. Mme Veil 236 fartou-se de ser escoltada por dois guarda-costas masculinos. O caso não estava previsto. Mas obteve uma resposta favorável [...]. Ter-se-ia antes esperado esta iniciativa da parte de Mme Giroud, secretária de Estado para a Condição Feminina. Mas Mme Giroud continua a ter os seus guarda-costas

---

<sup>1</sup> France-Soir, 21 février 1976.

masculinos...»

Valéry Giscard D'Estaing está impaciente. A 23 de julho de 1974, no momento da sua primeira conferência de imprensa, com grande pompa sob os dourados do Eliseu, o Presidente da República faz o favor – e corre o risco, pensa a maior parte das pessoas do seu círculo – de recordar aos Franceses(as) que já é tempo de a lei de 1920 ser banida do arsenal judicial: «A liberalização do aborto deveria ser tratada pelo Parlamento na próxima sessão de outono. Desejo que ele decida por um sentido liberal e não repressivo.» A aposta de Giscard é ousada. Oito meses antes, no dia 14 de dezembro, os mesmos deputados – o novo Chefe de Estado julgou ser inútil dissolver a Assembleia Nacional e proceder a novas eleições legislativas – tinham sabotado um projeto de lei apresentado pelo ministro da Justiça Jean Taittinger. A proposta era no entanto da mais extrema prudência. O aborto era autorizado em três situações, nem mais uma: risco de malformação para a criança; gravidez decorrente de uma violação; gravidez que pusesse em perigo a saúde física ou mental da futura mãe; 255 deputados contra, 212 a favor: assunto arrumado! Algumas declarações exacerbadas tinham apoiado esta recusa. A do deputado gaullista Émile Bizet, por exemplo, pessoa culta: «Se legalizássemos hoje o aborto, pedir-nos-iam amanhã para legalizar os casamentos homossexuais»; ou aquela ainda do senador, também ele gaullista, Jean Bertaud: «Um texto assim só pode favorecer a dissolução dos costumes, até mesmo, nos espíritos fracos, a prostituição.» Eis duas reações representativas do pessoal político da maioria – da sua maioria! – ao qual Simone Veil deverá fazer frente. Porque Giscard faz questão de lhe recordar: «A lei sobre o aborto, será a senhora que a apresentará.» O seu perfil é de facto ideal: mulher, jurista, sem filiação partidária nem circunscção para defender, logo sem eleitores para convencer. Durante o seu frente a frente, o Presidente contenta-se em dar-lhe algumas indicações gerais. «Faça como entender, Senhora Ministra», diz-lhe ele. Será uma prova de confiança? Ela continua a hesitar sobre o sentido que convém dar à concessão desta pouco habitual liberdade. Ficar-lhe-á reconhecida se ele esclarecer, à mesa do Conselho: «Se a liberdade de voto numa tal matéria é evidente, os novos deputados, os vossos substitutos, meus senhores, serão obrigados a votar a favor do futuro projeto de lei porque, de alguma forma, eles representam-vos.» Nenhuma dúvida possível: Giscard implica-se. À sua maneira, superficialmente. Comprometendo-se, de forma irreversível, do ponto de vista – pesaroso – da franja mais reacionária de uma burguesia desorientada. Mais tarde, Giscard explicará assim a sua decisão ao Papa João Paulo II: «Sou católico, mas sou Presidente da República de um estado laico. Não tenho que impor as minhas convicções pessoais aos meus concidadãos, mas assegurar que a lei corresponda ao estado real da sociedade francesa. Julgo legítimo que a Igreja peça aos que praticam a sua fé que respeitem certas proibições. Mas não é a lei civil que as pode impor, com sanções penais, ao conjunto do corpo social.»

Quanto a Chirac, o caso é diferente, ambíguo, à imagem da personagem. Ao receber Simone Veil, o  
238 Primeiro-Ministro admite, com desdém, que é «preferencialmente hostil» a uma lei sobre um tal assunto.

«Disse-me em primeiro lugar: “A I.V.G. é coisa de comadres. Elas que se desenrasquem.” De seguida disse-me: “Não passará com o seu texto. Vai-se queimar.” Mas depois, Chirac testemunhou-me uma grande cumplicidade, uma verdadeira lealdade e uma espantosa capacidade de reconforto moral.» Chirac, em todas as suas dimensões, simultaneamente redutor e «tipo porreiro». «Estava absolutamente contra a I.V.G. e absolutamente contra a maioria aos dezoito anos», insiste Françoise Giroud. Interrogado, vinte anos mais tarde, o presidente do R.P.R. desmente: «Eu estava a favor de um projeto a partir do momento em que o princípio do respeito pela vida estivesse confirmado. Simone assegurou-me que seria assim. Apoiei-a então, incondicionalmente.»

A paisagem na qual ela se inscreve doravante é confusa. À luz deste projeto de lei sobre o aborto, os referentes políticos habituais, essas regras que tranquilizam, deixam de funcionar. Estranho contexto: o Presidente da República empenhado numa legislação revolucionária; o seu Primeiro-Ministro reticente; a maior parte dos ministros em desacordo, a maior parte da sua maioria revoltada. A esquerda socialista, comunista e sindical, essa morre de vontade de dizer «sim», mas será razoável aprovar um governo «reacionário»? O movimento feminista? Mas esse está dilacerado entre as esquerdistas opostas «ideologicamente» a qualquer legislação sobre o corpo («Recuso que legislem sobre o meu corpo») e as realistas que admitem, essas, a necessidade «prática» de uma lei. Simone Veil tem a reputação de ser «confusa». Nesta «barafunda», ela continua contudo a ser uma das poucas a saber para onde vai, como e porquê.

239 De imediato, ela refuta qualquer discussão teórica, teológica. Não se presta ao debate, vão e semântico, sobre a «verdadeira natureza» do embrião. Os dois membros do gabinete encarregados de redigir o projeto, a jurista Myriam Ezratti e a conselheira de Estado Colette Mème, apercebem-se rapidamente que a ministra, sobre este assunto em particular, não tem o gosto imoderado da abstração. «A minha força, explica-lhes Simone, é sentir as coisas como as pessoas comuns. Só depois, conceptualizo.» No seu espírito, não cabe transigir sobre o essencial: a decisão final de abortar tem de caber à mulher e só a ela. «Não cabe nem ao Papa, nem ao Presidente, nem ao médico, nem ao juiz, nem ao marido decidir, mas à mulher que carrega a criança», reforçam em coro as mulheres do M.L.F.. Simone poderia retomar este slogan com elas. Resta encontrar a boa tática para conseguir um voto de uma Assembleia Nacional não só de direita, mas obstinada, obtusa. «O que eu não queria sobretudo, indica a ministra, era que o debate se perdesse no terreno da liberdade do corpo. Era preciso insistir sobre a proteção indispensável à mulher em perigo; era preciso insistir na questão da

dignidade e fugir desta ideia “invendável”, cara às burguesas de esquerda, segundo a qual uma mulher pode decidir abortar porque a gravidez, nesse preciso momento, “não lhe convém”. As Francesas, favoráveis na sua imensa maioria à liberdade de abortar, não queriam dizer à sociedade: “Eu faço o que quero do meu corpo”; elas reclamavam o direito de fazer ouvir um grito: “Não posso ter um filho desta vez, já não tenho forças para isso.” Claro, estou convencida que uma mulher deve ter a “livre disposição do seu corpo”. Mas escolhi insistir sobre a responsabilidade. Eu apresentava esta lei para  
240 que passasse. Eu queria ganhar!» Em suma, é preciso «dourar a pílula» para vencer. Em funções há apenas algumas semanas, sem a mínima experiência ministerial ou política, ela manda. Sem complexo. «Mme Veil estava muito segura do que era preciso pensar sobre o aborto», indica Dominique Le Vert, o seu diretor de gabinete. Temendo um desvio ideológico-parisiense, Simone Veil exige ao Presidente e ao Primeiro-Ministro que Françoise Giroud, secretária de Estado para a Condição Feminina, seja o mais discreta possível. Em *L'Express*, a 20 de novembro de 1972, então diretora de redação, tinha-se pronunciado com uma extraordinária coragem a favor do «aborto livre». A fórmula era sem dúvida desajeitada, imprecisa, e Simone receia que esse «feminismo teórico» de um ministro espantinho da direita lhe complique ainda mais a tarefa. O que não melhora as relações entre as duas senhoras e agrava o ambiente à volta da mesa do Conselho de Ministros. Recordação – mordaz – de Michel Durafour, então ministro dos Assuntos Sociais: «Simone tinha repreendido Françoise Giroud, de rompante, indicando que, decididamente, esta “nada conhecia da lei e do direito”. A réplica foi imediata e violenta: “A minha assinatura não se tornou célebre no fundo da página do *Journal officiel*.”»

Silêncio de morte no salão Murat e Giscard, extasiado, diverte-se com esta rivalidade.

Para melhor sair do problema ético, a ministra da Saúde pretende fazer do aborto um debate de «grande» política: a autoridade do Estado é ridicularizada, todos concordam; o país parece dividido, partido em dois, ninguém o nega. Então, convém remodelar esta paisagem fracassada. Ela empenha-se  
241 nisso. O gaullista «histórico» Maurice Schumann pede-lhe uma audiência para lhe dizer, olhos nos olhos, que ela, Simone Veil, não tem o direito de «provocar um novo caso Dreyfus.» Ela suporta mal a acusação; tanto mais que sabe que Schumann, de origem judia, se converteu ao catolicismo. Certas aproximações são infelizes ... Nesse dia, fica com a certeza de que os golpes não serão apenas duros, mas que deverá esperar algumas mesquinhas. «Giscard tinha jogado maravilhosamente, constata Françoise Gaspard. Sem o ter premeditado, sem mesmo ter pensado nisso, tinha oferecido a si próprio uma Judia para conduzir um processo capital onde a Igreja ia impor todo o seu peso. Uma forma imparável de colocar a nu todas as ambiguidades francesas.»

De junho a outubro, Simone Veil, Myriam Ezratti e Colette Mème preparam o texto, tarefa

minuciosa exigindo um grande sentido da nuance e do direito. Elas sabem o que fazer; são, na opinião geral, três grandes profissionais. Mas este trabalho isolado de nada servirá se a ministra não se lançar numa operação pedagógica de explicação, de apaziguamento, de reconforto junto de todos os indignados. É inicialmente uma emissão de televisão no outono de 1974, frente a Jean-Marie Cavada. Ela prepara-se, orientada pela jornalista Jacqueline Baudrie e o publicitário Marcel Bleustein-Blanchet. No estúdio, balbucia por vezes, perde-se na sintaxe, autoriza-se mesmo algumas aproximações: «Quando me ouço falar, reconhece, tenho vergonha.» Após duas horas de antena que não se enquadram nos sacrossantos preceitos da tecnocracia no poder, habituada aos discursos floreados, categóricos, desapaixonados, o fenómeno Veil aparece pela primeira vez. Logo no dia seguinte, as sondagens fornecem uma prova irrefutável. «Ela balbuciou, corrige a psicanalista Anne-  
242 Lise Stern, e então? Isso mostrava que os seus propósitos não eram teóricos. Expressava-se como qualquer mulher confrontada com um acontecimento capital.» As Francesas, nessa noite, longe de a transformarem em heroína inacessível, banalizam-na: uma mulher «como elas» no poder. «Era a primeira vez, resume Antoinette Fouque, líder do movimento feminista, que uma mulher no topo do poder público assumia a sua condição de mulher e, mais, afirmava uma identidade de mulher. Ela não aceitava travestir-se de homem para exercer as suas responsabilidades. No seu trabalho de ministra, nunca se esquecia do seu sexo.»

As prevenções das feministas para com ela não resistem ao combate que elas travam juntas. Cada um o seu género, e nada mais. «Uma mulher só e digna, reconhecem elas, para enfrentar o ódio, a misoginia, a suficiência daqueles que recusam ver escapar-lhes o poder sobre a procriação<sup>1</sup>.» São inúmeros, poderosos, organizados, esses, deputados, senadores, médicos, responsáveis de associações. Simone Veil, na segunda fase do seu sacerdócio pedagógico, encontra-os uns após outros. Jean-Paul Davin, um dos seus colaboradores próximos, caminha pelos corredores da Assembleia Nacional e do Senado, ao encontro de cada eleito da maioria que se opõe ao projeto, e são muitíssimos. «Eu não os largava, recorda ele, convidava-os para almoçar ou jantar no Ministério, e Mme Veil explicava-lhes incansavelmente.»

Ela sente as maiores dificuldades em convencê-los e dá-se conta de que a estupidez machista não é uma ilusão alimentada por algumas feministas incendiárias<sup>2</sup> revanchistas. Ministro em várias  
243 ocasiões, ex-titular da pasta da Saúde, gaullista de esquerda, aberto e sedutor, Robert Boulin, personagem importante da maioria, é o primeiro a perder a razão: «A interrupção voluntária da gravidez confiará à mulher a responsabilidade de uma decisão que a ultrapassa.» Simone promete a si

---

1 Françoise Picq, *op.cit.*

2 No original, *pétroleuses*: mulheres que, durante a Comuna de Paris (1871), provocavam incêndios com petróleo. (N.T.)



própria, na altura certa, repreender duramente Boulin, que não é no entanto o único a pensar assim. Jean Briane, deputado reformista da região de Aveyron, é também ele perentório: «O aborto não é um assunto de mulheres.» Como reagir perante tanta presunção e estupidez? «*Laissez-les vivre*» dá conselhos táticos a todos os que querem combater o projeto Veil: «O seu deputado vai receber centenas de cartas. Que ele entenda, logo na primeira linha, que você está a falar de aborto. Na segunda linha, que está contra. Se acrescentar alguma coisa, procure o que interessa ao seu deputado nas suas relações com os eleitores ou com o partido.»

Em segredo, a Igreja oferece as suas estruturas a «*Laissez-les vivre*», movimento dirigido pelo geneticista Jérôme Lejeune, cientista de renome e ultra do catolicismo. «Que outra coisa poderíamos esperar dos padres, ruge Antoinette Fouque. Em 1956, o Papa era ainda hostil ao parto sem dor. E eis que uma mulher, uma Judia ainda por cima, lhes replica: “Abortarás na escolha” em vez de: “Parirás na dor”. Ela lançava-lhes um insuportável desafio.» Antoinette Fouque não se exalta: o Cardeal Marty, habitualmente tão moderado, publica, a 9 de Outubro de 1974, um comunicado cáustico. A condenação do Arcebispo de Paris é sem apelo: «O aborto, mesmo legalizado, permanece um atentado radical à vida humana, uma obra de morte. Nenhum artifício de linguagem, nenhum texto legislativo  
244 pode encobrir esta terrível realidade. As declarações de intenção não bastam. É a promoção da mulher e a vida da criança que estão aqui em causa. O melhor serviço que os católicos podem prestar é guardar intactas as suas convicções [...]. Por isso, trabalharemos sem descanso na proteção de toda a maternidade.» Simone Veil tenta neutralizar essa recusa avisando o Cardeal Marty que a lei instituirá uma «cláusula de consciência» permitindo a qualquer médico não praticar o ato se as suas convicções lho proibirem. O arcebispo, se é sensível ao gesto, não altera rigorosamente nada na sua atitude: quer conseguir o abandono do projeto. «Tínhamos sabido, revela Simone Veil, que o Vaticano incitava a Igreja de França à intransigência: o Papa Paulo VI temia que, uma vez adotada, a nossa lei servisse de modelo em toda a Europa.» A Congregação para a doutrina da fé, a instância ideológica suprema da Igreja, debruça-se então, e de perto, sobre o caso Veil. Observando a evolução francesa com angústia, a Congregação publica por sua vez um texto. Cada palavra é pesada, cada noção esclarecida, e a condenação definitiva: «O IIº concílio do Vaticano, presidido por Paulo VI, condenou muito severamente o aborto: “A vida deve ser salvaguardada desde a concepção. O aborto e o infanticídio são crimes abomináveis.” Paulo VI não receou declarar que este ensinamento não mudou e que é imutável.»

Na Sexta-feira 25 de Outubro, às 10 horas em ponto, Valéry Giscard d’Estaing preside no Eliseu a um Conselho restrito «consagrado ao problema do aborto.» Pela primeira vez, Simone apresenta o seu projeto em detalhe. Françoise Giroud optou por encurtar uma visita aos Estados Unidos para

245 assistir à reunião. Será que a secretária de Estado para a Condição Feminina pretende acautelar-se? Temerá um texto demasiado tímido? «Nada disso, afirmam os que a rodeiam. Ela regressa para apoiar Mme Veil.» Este não é o estado de espírito de Claude Labbé, o presidente dos 174 deputados gaullistas. Antes mesmo de ter tomado conhecimento dos propósitos da ministra, ele ameaça: «A U.D.R. opor-se-á a qualquer projeto de pendor permissivo que não faça alusão à proibição do aborto, ainda que esta possa ser levantada em alguns casos.» Labbé e a maior parte dos deputados da maioria esperam com impaciência – e inquietude – a saída deste Conselho restrito. O que dele ficam a saber horroriza-os.

1- A lei – indigna – de 1920 está suspensa durante cinco anos. Depois deste período «probatório», o Parlamento pronunciar-se-á uma vez mais sobre a nova lei.

2- A mulher em situação de desespero pode pedir a interrupção da gravidez antes do fim da décima semana.

3- A I.V.G. só pode ser praticada por um médico num hospital público ou privado.

4- Um médico nunca é obrigado a dar seguimento a um pedido de I.V.G. [a famosa cláusula de consciência].

Simone Veil manteve a promessa. O projeto desvia-se da ideologia, da «abstração feminista». Alguns princípios simples, algumas ideias fortes para voltar a pôr a sociedade em funcionamento, para pôr termo ao traumatismo dessas mulheres que todos os anos abortam na clandestinidade, no perigo e na humilhação. O texto tem o cuidado de sublinhar «que em caso algum a interrupção voluntária da gravidez deve constituir um meio de regulação dos nascimentos.» Um projeto moderado, prudente. A 246 ministra escolheu, deliberadamente, afastar o debate sobre a natureza do embrião. Demasiado ambíguo, demasiado sensível; a eficácia acima de tudo. «Eu sabia, salienta ela, que ia ser um combate sem piedade, violento. Mas não previa o ódio terrível que eu iria suscitar.»

É preciso passar primeiro pelo desprezo, o dos notáveis que, nos salões da alta burguesia, atacam essa «mulher», essa «Judia», que destrói os fundamentos da «nossa» sociedade. A moção publicada por «*Laissez-les vivre*», a 19 de novembro de 1974, é, nesse ponto, límpida: «O congresso denuncia o escândalo dessa política de homicídio [...]. O congresso denuncia a hipocrisia que consiste em qualificar de humana uma lei que mata e de justa uma lei que inverte o direito e os valores essenciais da nossa civilização. O congresso proclama que os inumeráveis Franceses e Francesas que recusam o aborto e que o dizem representam o verdadeiro rosto da França.» Está dito, sem desvios: Simone Veil ataca a França, os valores, a civilização. Bastonário da ordem dos médicos, o professor Jean-Louis Lortat-Jacob recorre aos seus dotes oratórios e num tom cheio de arrogância ameaça os deputados: «Se a lei que terão de votar devesse liberalizar o aborto, seria indispensável, para salvar a

ética ameaçada de todos os lados (experiência no homem são, eutanásia), que o pessoal habilitado a praticar os abortos, médico e paramédico, exercesse sob um estatuto particular. Porque é evidente que não se pode modificar as regras de deontologia unicamente para os médicos que praticam abortos, sem perturbar toda a moral e a disciplina médicas, e que não se pode pedir ao corpo médico, simultaneamente, para salvar a vida por todos os meios e provocar a morte.» Sem rodeios, Lortat-Jacob exige, «em caso de infelicidade», isto é de lei adotada, a criação de um grupo de médicos-abortadores para que os «verdadeiros» médicos não tenham que «sujar as mãos». A réplica de Simone Veil é severa. Ela recorda primeiro as origens da Ordem, «criada em 1940» (por iniciativa do regime de Vichy); insiste depois nos deveres: «aplicar as leis da República». «Ela não irá na conversa, comenta com despeito Lortat-Jacob depois da seca clarificação. A adversária é de peso.» Até porque a «adversária» em causa recebe alguns apoios do mundo médico, o do doutor Bernard Pons por exemplo, deputado U.D.R. da região do Lot, antigo ministro, um dos «protegidos» de Georges Pompidou: «o professor Lortat-Jacob faz entrar os clamores da rua no Parlamento. O professor Lortat-Jacob desacredita-se ao tomar uma posição partidária.» A «adversária» também não está desprovida de astúcia, a «adversária» não tarda em admitir que, antes do debate na Assembleia Nacional, é sensato dar alguns dados aos indecisos. Assim, Simone anuncia, para fúria das feministas e da esquerda, que o Sistema Nacional de Saúde não reembolsará o aborto: «É um ato grave. As mulheres devem ter consciência disso. O facto de o aborto não ser coberto pela Segurança Social mostra bem que se procura a todo o custo demovê-las.» Ela aprende a política, depressa e bem.

A 14 de novembro, a Comissão dos assuntos culturais, familiares e sociais designa o deputado encarregado de relatar o projeto de lei. A tradição parlamentar quer que o relator seja favorável ao texto. A escolha recai sobre um gaullista, Alexandre Bolo. Ele está contra qualquer liberalização, radicalmente contra. Bolo é antes partidário de um endurecimento da lei, propondo sete emendas que tendem todas a proibir a I.V.G., «mesmo em caso de risco de malformação da criança.» Um ultra colocado pelos ultras! Bolo ou a vanguarda dos anti-Veil... Parece-se com isso.

Na realidade, Alexandre Bolo é nomeado com o acordo tácito de Simone Veil e do seu adido parlamentar, Jean-Paul Davin. Uma alta estratégia. «A Comissão era-nos bastante favorável e nós sabíamos-lo, explica Davin. Mme Veil desejava que ela designasse como relator o doutor Henri Berger, deputado U.D.R. do distrito de Côte-d'Or. Mas ele era tão partidário do texto que a escolha podia parecer provocadora. Bolo chegou com a sua bateria de emendas, todas insuportáveis. Sete propostas foram chumbadas. Foi obrigado a demitir-se. Eu sabia que seria assim visto que tínhamos «feito» a sala ao mobilizar todos os deputados que nos apoiavam. Fora Bolo e lugar a Berger!» Este é eleito, não é descabido assinalá-lo, com o apoio dos socialistas. Um belo golpe e a demonstração de que o

«amadorismo» de Simone Veil é uma lenda infundada. O infeliz Bolo foi vítima de uma manobra concebida, arquitetada e conseguida por uma ministra que os pares queriam acreditar ser incapaz de um tal estratagema. «Sempre gostei da astúcia, afirma, prever os golpes antecipadamente. Só que os homens não o suportam. Acham que esse joguinho lhes pertence.» Para surpreender esses «senhores», Simone Veil encontra na pessoa de Edgar Faure, o Presidente da Assembleia Nacional, um apoio determinante. Inteligência política, astúcia parlamentar: «Edgar» promete a Simone colocar os seus «dons» à sua disposição. Na prova que se anuncia, nesses últimos dias de novembro, este apoio pode tornar-se um trunfo.

249 Terça-feira 19 de novembro, 17h30. A Comissão dos Assuntos Culturais, Familiares e Sociais «ouve» a Senhora Ministra da Saúde. «Afluência recorde na comissão», é o título de *France-Soir*. Cerca de sessenta deputados acharam indispensável mudar de lugar. Primeiro, para avaliar a personagem Veil, que conhecem mal; depois, para falar, intervir, interrogar. O assunto provoca nos deputados uma incontrolável logorrea. Senhora do dossier nos mínimos detalhes, responde a cada intervenção, firme e fleumática, evitando desta vez deter-se nas tiradas passionais, odiosas, dos seus detratores. Este primeiro obstáculo está ultrapassado: a Comissão aprova o seu projeto: 22 votos a favor, 11 contra, 2 abstenções. A distribuição dos votos não deixa de ter interesse: 13 dos 20 comissários da maioria opõem-se ao texto; por sua vez, os 15 votos comunistas e socialistas, esses, apoiam o governo. «Este projeto de lei marca um verdadeiro progresso», comenta Jacques Chambaz em nome do P.C.F. «Apesar das suas falhas, este projeto deve ser tido em conta», acrescenta o socialista Jacques-Antoine Gau. «Uma maioria de circunstância e de morte», grita o deputado gaullista de Paris, Pierre Bas, um dos detratores mais acérrimos da proposta Veil. «Uma maioria de ideias», corrige com malícia Edgar Faure...

250 Terça-feira 19 de novembro, 21h30. A Comissão dos Assuntos Culturais, Familiares e Sociais recebe desta vez Françoise Giroud, secretária de Estado para a Condição Feminina. «Simone Veil não desejava que ela se dirigisse à Comissão, confessa o círculo da ministra da Saúde. Temíamos que ela teorizasse, que ela os assustasse.» Por uma questão de credibilidade, com espírito de moderação, Simone Veil consente à Comissão duas emendas suplementares: é dada ao marido a possibilidade de estar «associado» à decisão da mulher; as menores terão obrigatoriamente de obter uma autorização parental. Secretário-geral da U.D.R., Alexandre Sanguinetti dá-se por vencido: «Votar este projeto equivale a um drama de consciência. Mas é necessário. Porque a lei de 1920 é insustentável.» Esta tirada de Sanguinetti é capital, visto o veterano do gaullismo ser tão ouvido pelas suas tropas. Jacques Chirac teve de insistir – e sem subtilezas – para que ele consentisse nisso. Mas o assunto está arrumado e bem arrumado. «Eis uma verdadeira reforma insatisfatória», comenta por sua vez a

feminista Antoinette Fouque. «Insatisfatória» na medida em que Simone Veil se obstinou: o seu vocabulário refere-se permanentemente à responsabilidade e não à liberdade. Todos estes subterfúgios a irritam, mas não tem escolha. O destino – parlamentar – da sua lei depende disso.

Ela recebe cartas, aos milhares. Agressivas, insultuosas, antissemitas às vezes. «Eu lia-as, confessa, quase fascinada por tantas abjeções debitadas sem reserva. Muito rapidamente, cheguei a escondê-las dos meus colaboradores por serem tão abomináveis, por fazê-los sofrer tanto.» Conservou-as, no entanto, até hoje, empilhadas em algumas caixas. Breve excerto dessa litania da indignidade:

«Nîmes, 20 de novembro de 1974.

Senhora Ministra.

Quando o Presidente da República nomeou V. Ex.<sup>a</sup> para o governo, fiquei a saber que tinha sobrevivido a Auschwitz. Regozije-me pela Senhora, pela sua família, o seu marido e os seus filhos. Doravante, arrependo-me. Sim, lamento-o.

«Se os deputados e senadores adotarem o seu projeto de lei, tornar-se-á por sua vez, Senhora Ministra, um dos grandes criminosos deste século, um assassino em grande série. Vai matar os nossos  
251 filhos, vai destruir o nosso país, os seus valores, a sua juventude. E tudo isto para satisfazer um punhado de feministas desenfreadas, homossexuais na maior parte delas. Senhora Ministra, por que é a tal ponto ignóbil, a Senhora que parece tão educada?

«Desejo que comunique estas poucas linhas ao Presidente da República. Votei nele. Que ele saiba que o lamento. Giscard é seu cúmplice, seu apoiante. A Senhora mata, ele põe a arma a sua mão.

«Católico fervoroso, sempre proibiu a mim mesmo qualquer antissemitismo. No entanto, é forçoso constatar que esta lei satânica é obra, Senhora Ministra, de uma Judia...

«Compreenda que não a posso saudar.» (M.D. Farmacêutico.)

«Ela era inatacável por causa, nomeadamente, da sua deportação», sublinhava Françoise Gaspard, ex-deputada-autarca socialista da região de Dreux. Que erro!... Atacá-la-ão ainda com mais selvajaria por ter regressado de Auschwitz.

Terça-feira 26 de novembro, 16 horas. De fraque, para melhor assinalar a solenidade do momento, o Presidente Edgar Faure passa entre duas filas de guardas republicanos em sentido, fardados a rigor. Instala-se na tribuna e declara «aberta a discussão da lei sobre a interrupção voluntária da gravidez.» Exorta também os seus «caros» colegas à «decência». Esta chamada de atenção, Edgar Faure receia não ser inútil: 74 oradores inscreveram-se, o debate durará três dias e duas noites. No exterior, febrilmente, militantes de «*Laissez-les vivre*» distribuem um panfleto. O texto é lapidar: «São os nossos filhos, eis o que fazem deles...» E a fotografia de um feto – «de um

252 mês e meio», reforça a legenda – «violentamente esquartejado durante um aborto por aspiração». Instalados frente às diferentes entradas da Assembleia Nacional, comandos de beatas, conduzidos por um padre, rezam o terço. Um debate parlamentar? Muito mais do que isso: uma catarse nacional.

Simone sentou-se na bancada do governo. De *chignon* bem apertado, um vestido azul enfeitado com um longo e pesado colar. A seu lado, Jacques Chirac mostra-se solícito, atento, caloroso. «Não queria deixar-me só», recorda ela, reconhecida. «Eu também a vou ajudar», prometeu o sorridente Edgar Faure, eterno buda ceceoso do nosso teatro político. Mas ela está só no instante em que é preciso falar-lhes, convencê-los, conseguir que aquela terrível tensão diminua, que a razão reencontre o seu lugar numa troca de ideias responsáveis. Quando sai do seu lugar para se aproximar do microfone, chegam-lhe frases de encorajamento: «Aguente-se, vai vencê-los, coragem.» «Vêm das bancadas da esquerda», constata, desiludido, o seu adido parlamentar Jean-Paul Davin.

Com as mãos pousadas sobre a bancada, começa com calma: «Se intervenho hoje nesta tribuna, enquanto ministra da Saúde, mulher e não parlamentar, para propor aos eleitos da nação uma profunda modificação da legislação sobre o aborto, acreditem que é com um profundo sentimento de humildade perante as dificuldades do problema, assim como perante a amplitude das ressonâncias que ele suscita no mais íntimo de cada um dos Franceses e das Francesas...» Ao pé da tribuna, à sua direita, Michel Debré, a explodir de fúria, tenta interrompê-la uma primeira vez, batendo na bancada, encolhendo os ombros. «Esse não é o problema, o único problema é a França e os seus filhos», vocifera o antigo Primeiro-Ministro do general De Gaulle. «Ele excedia-se, mas com correção», recorda ela.

Simone retoma sem tumultos... sob a direção de Edgar Faure: «Meus senhores, respeito, se fazem favor.»

«É com a maior convicção que defenderei um projeto que, segundo os termos do Presidente da República, tem como objetivo “pôr fim a uma situação de desordem e de injustiça, encontrar uma solução moderada, humana, para um dos problemas mais difíceis do nosso tempo”. Chegámos a um ponto em que os poderes públicos já não podem eludir as suas responsabilidades. Porque a situação atual é má, dramática, deplorável. É a esta desordem que é necessário pôr fim. É esta injustiça que temos de erradicar.» Alguns deputados de direita não aguentam mais: abandonam o hemiciclo, «para evitar um escândalo».

«Digo-o com toda a minha convicção: o aborto deve constituir a exceção, o último recurso para situações sem saída. Gostaria de partilhar convosco uma convicção de mulher – peço desculpa por fazê-lo perante esta Assembleia quase exclusivamente composta por homens: nenhuma mulher recorre ao aborto de ânimo leve. Basta ouvir as mulheres. É um drama e continuará a ser um drama. Defenderei este texto com toda a minha convicção, mas é verdade que ninguém pode experimentar

uma satisfação profunda na defesa de um texto destes sobre um tal assunto. Nunca ninguém contestou que o aborto é um fracasso, quando não é um drama. Mas já não podemos fechar os olhos aos 300 000 abortos que, em cada ano, mutilam as mulheres deste país, ridicularizam as nossas leis, humilham ou  
254 traumatizam aquelas que a ele recorrem.» Jacques Chirac olha-a atentamente; Edgar Faure inclinou-se por cima dela, qual anjo tutelar; na tribuna dos convidados, a advogada Gisèle Halimi, presidente de *Choisir*, sentiu passar, explica, o «sopro da História».

Durante perto de uma hora, Simone não esteve brilhante. Houve vezes em que tropeçou numa palavra, hesitou numa pontuação, as suas dificuldades habituais. Mas cada um podia sentir nela uma emoção intensa, uma dor contida. Um momento de verdade, um entre todos os que assinalaram o seu destino. O que é que lhe pode acontecer, trinta anos depois da marcha da morte? Nada. Como temer aqueles homens quando, em adolescente, desafiou outros? Limitou-se portanto a ser ela própria, autêntica, com forças e fraquezas expostas abertamente, sob o olhar reptilíneo das câmaras de televisão que despejavam esta imagem para milhões de lares, porque o Presidente da República exigiu que o debate fosse transmitido em direto. Terão sido suficientes sessenta minutos, não para deslumbrar milhões de Franceses, não para os seduzir, mas para os convencer, os persuadir e mudar a mentalidade deles. Esta mulher, quarenta e sete anos, um marido, três filhos e vários diplomas, entra doravante na memória coletiva, único verdadeiro panteão da República. «Não captei toda a importância deste discurso, assegura. É preciso dizer que não me deram tempo para isso.» Olivier Guichard por exemplo. «Senhora Ministra, não votarei o seu texto», diz-lhe este gaullista de primeira hora. A tirada não deixa de ser divertida. Durante muito tempo, Guichard foi «interdito» de pertencer ao governo, por instigação de Yvonne de Gaulle. A esposa do General acusava-o de moral – e vida –  
255 dissoluta. Mas o moralismo, esse, por vezes é cómodo em política... «Estás a ver quem é essa gente», faz notar a Simone o amigo de sempre, Étienne Garnier, militante gaullista irrepreensível, por excelência, enfurecido contra Guichard e as suas pretensas reticências éticas. «Burgueses limitados, reacionários refinados!» Se ela ainda não o sabe, eles vão encarregar-se de a pôr ao corrente. Vinte e cinco horas de debate seguido, centenas de emendas. E Edgar Faure, pronto para o que der e vier, atento. A Simone. À lei. Ao extravasamento de indignidades.

Jean Foyer, deputado U.D.R. da região de Sarthe, antigo ministro da Justiça, consciência dos gaullistas quando o direito está em causa: «O seu texto é um projeto de resignação e de desespero. Está a tomar um caminho atentatório à vida humana. Já há capitais impacientes pelo investimento nesses «abortadouros» que serão uns matadouros. Isto vai conduzir o governo à liberdade de abortar sem regra. O Estado e os poderes públicos preocupam-se mais com as mulheres que querem suprimir os filhos do que em ajudar as que os querem conservar.» A maioria dos deputados de direita levanta-

se. Rajadas de aplausos. Simone, com a cabeça inclinada sobre a bancada, toma notas, impassível. Promete a si própria que vai responder, mais tarde e detalhadamente, ao seu «mestre» Foyer, para o qual trabalhou no Ministério da Justiça. «Não disse nada de desagradável contra ela. E, no entanto, a sua lei é assassina», assinala ele. Outros encarregar-se-ão disso. No seu lugar.

Jean Desanlis, deputado reformador: «Será preciso que, depois de termos acolhido os imigrantes do trabalho porque os Franceses têm repugnância em ocupar-se de certas tarefas, tenhamos de ter recurso aos imigrantes da família porque alguns Franceses querem matar no ventre o fruto da sua própria carne, recusando perpetuar a sua raça?» Ao ouvir a palavra raça, a esquerda grita enraivecida; 256 a ministra, essa, não abre o bico. Dura prova para ela, admite Chirac. Dois ou três tipos comportaram-se como verdadeiros porcos.» Se ele o diz...

René Feit, deputado giscardiano, da região do Jura, sobe à tribuna com um frasco que contém um feto. O presidente da sessão chama-o «à razão». Exemplos do seu delírio: «Admitir oficialmente o direito de matar seres humanos, os mais inocentes de todos, é sabotar as bases da civilização, é introduzir na sociedade um princípio de morte que permitirá aos mais fortes eliminar os mais fracos. Depois da introdução do aborto, podemos preconizar medidas contra os deficientes físicos ou mentais, contra as bocas inúteis, contra os incuráveis, contra os pesos mortos da sociedade e chegar ao pior racismo nazi. O aborto é um genocídio legal.» Desta vez, Simone encolhe-se na bancada. As palavras foram escolhidas, conscientemente: «racismo», «nazi», «genocídio». Palavras para a magoar. Palavras para significar que uma Judia pode, por sua vez, transformar-se em carrasco. «Esses tipos chamaram-me nazi porque sabiam donde eu vinha e não porque o ignorassem», afirma ela a Anne-Lise Stern. De qualquer das formas, a Senhora Ministra não esperava uma prova destas.

Jacques Médecin, deputado reformador de Nice: «É a barbárie organizada e coberta pela lei como o foi, infelizmente, há trinta anos, pelos nazis.» Pierre Bas, deputado U.D.R. de Paris: «Está próximo, esse mundo que nos profetizou Aldous Huxley, em *Admirável Mundo Novo*. O mundo talvez tenha tomado como modelo a *Vénus de Milo* e o *Hermès* de Praxíteles. Mas será preciso desejar, tal como a organização neonazi que neste momento devasta a inteligência francesa, que haja apenas 257 modelos de *Vénus* ou de *Hermes* sobre a terra? Então Sócrates, Esopo, Scarron, Beethoven, nascidos em famílias de bêbedos e de doentes graves, Toulouse-Lautrec, a humanidade deveria ter passado sem eles?» O Primeiro-Ministro, aterrado com tal descarga de ódio, insiste em estar a seu lado nas sessões da noite. Chirac quer acompanhá-la nesse suplício, receia que ela já não consiga suportar essas acusações repetidas. «Eu não quis, comenta ela. Ele fez-me prometer que o acordaria em caso de um verdadeiro ataque.»

Emmanuel Hamel, deputado giscardiano, da região do Rhône: «Muitos abortos têm origem no



clima de exasperação do prazer que a sociedade atual celebra.» Ela ergue a cabeça dos dossiers e sorri, por um breve instante. Tanta estupidez... Hamel interrompe-se e procura algo na pasta. Retira um gravador, liga-o e ouve-se o bater do coração de um feto «concebido a 4 de Outubro e gravado a 7 de dezembro de 1973», explica. O presidente da sessão: «O senhor não tem o direito de dar a ouvir à tribuna outra voz além da sua.» Hamel: «Não é uma voz, é um coração de criança.» Náusea: é isso que ela sente, cada vez mais forte. Albert Liogien, deputado U.D.R. da região de Ardèche: «O governo está a escancarar as portas da pornografia. Desenvolve-se uma nova religião, sem qualquer pudor, o seu deus chama-se sexo. Esta religião contribui para destruir a noção de virtude, cívica, religiosa, republicana. E para as jovens, a virtude, simplesmente. Satanás conduz este baile.» Ela hesita: rir? Chorar?

Jean-Marie Daillet, deputado reformador da região da Manche: «Imagine que encontramos um dos médicos nazis que escaparam mais uma vez ao castigo, um desses homens que praticaram a  
258 tortura e a vivisseção humanas. Haverá diferença de natureza entre o que ele fez e o que será praticado oficialmente nos hospitais e nas clínicas de França? Chegou-se ao ponto de declamar que um embrião humano era um agressor. Pois bem! Esses “agressores”, aceitará vê-los, Senhora Ministra, como acontece noutros locais, lançados ao forno crematório ou a encher os caixotes do lixo?» Ela chora, não aguenta mais. O cheiro da carne queimada nos fornos de Auschwitz regressa, irremediavelmente. Soluça em silêncio, com a cabeça inclinada sobre a bancada. Recompõe-se e escrevinha um bilhete a Daillet. Ele responde: «Não sabia.» Ela persiste: «Isso não altera nada.»

Mais tarde, Jean-Marie Daillet desculpar-se-á. Demasiado tarde. «Foram grosseiros, garante, porque sou uma mulher.»

Nunca mais há de deixar-se ir abaixo, permitir-lhes gozar com o espetáculo das suas lágrimas. Pensa, por um instante, que há quarenta e oito horas que enfrenta os chacais e Giscard não deu o mínimo sinal de vida nem lhe enviou uma única palavra de apoio. «O Presidente seguiu o debate do princípio ao fim, com entusiasmo e inquietação», corrige o seu conselheiro Jean Sérisé. Qual a melhor garantia do empenho de Giscard? Michel Poniatowski, nos corredores, passa de um deputado da maioria a outro. «É preciso votar», repete o ministro do Interior, com abordagens diferentes, alternando persuasão e ameaça. O trabalho de sapa dos Bas, Hamel, Feit e companhia dá os seus frutos. Ganham sem cessar novos adeptos para a sua causa.

Simone Veil, *in extremis*, consegue o apoio do deputado reformador Eugène Claudius-Petit. Uma surpresa, porque este companheiro da Libertação, cristão convicto, tinha-se oposto, há menos de um ano, ao projeto de lei Taittinger. Durante um almoço no Ministério, ela deu-lhe a volta, depois de  
259 lhe ter explicado, a vibrar de convicção, que a liberalização do aborto é uma conquista da liberdade,

temível e trágica mas, mesmo assim, uma conquista. Edgar Faure, manhoso, optou por inscrever Claudius-Petit como último orador. Um discurso rebuscado, embora de uma incontestável eficácia: «Precisamente porque não deixei as minhas convicções espirituais lá fora, não posso abdicar da solidariedade que me liga à sociedade em que vivo. Para obedecer às minhas exigências, eu estou com aqueles que sofrem mais, com aquelas que são mais desprezadas. Estarei perto delas porque, no olhar da mais desesperada das mulheres, no da mais humilhada, da mais culpada, reflete-se o rosto daquele que é a vida. Por causa disso, por causa dele, carregarei a minha parte do fardo. Lutarei contra tudo o que conduz ao aborto, mas votarei a lei.» Edgar Faure pode declarar o debate encerrado. Resta superar um último obstáculo, de monta: entre as 170 emendas apresentadas, uma única se pode revelar perigosa, a de Jean Foyer. Ele exige a anulação do artigo 3º da lei que autoriza a I.V.G. antes do fim da décima semana de gravidez. Adotada, esta emenda destruiria toda a lei.

Até aí, Edgar Faure tinha manobrado com mestria. Recusando a maior parte das interrupções da sessão reclamadas pelos contestatários. «Para evitar que se organizem», explica o Presidente da Assembleia Nacional à ministra da Saúde, escolhendo, para o essencial das emendas apresentadas, o voto de mão no ar. «Ele era majestoso, recorda Jean-Paul Davin. A contagem das mãos no ar era feita à maneira dele, ou seja rápida, ultrarrápida.» De manhã cedo, depois de uma interminável discussão, 260 Edgar, mais ceceoso que nunca, sussurra a Simone, lívida, esgotada: «Viu como eu os conduzi<sup>1</sup>!» Ela sente-se completamente revigorada. Mas a emenda Foyer constitui uma grave ameaça. Os «anti-aborto» jogam todas as cartas: ganhar a parada num só golpe ou perder sem remissão. É isto que está em jogo.

Sentado na bancada dos comissários do governo, atrás da ministra, Jean-Paul Davin repisa uma frase, sempre a mesma, com uma voz sem emoção: «E se eu me tiver enganado nas minhas contagens, nos meus cálculos, o que é que se vai passar?» Comunica a sua angústia a Simone que, no momento do primeiro voto, se vira para ele: «Mas então, Jean-Paul, afinal de contas não é a sua vida que está em jogo...» Mas é, de certo modo... «Esses instantes criaram laços muito fortes entre Simone e cada um de nós, assegura Bertrand Fragonard, um dos pilares do gabinete Veil. Descobrimos nas horas mais difíceis da Assembleia Nacional uma personagem fora do comum, não só uma líder, não só uma ministra brilhante, mas um ser de uma outra dimensão. Todos tínhamos o sentimento de lhe pertencer.» É isto que atualmente guardam na memória, Davin, Fragonard, os outros: «A acusação atingia-nos a partir da tribuna onde se amontoava o público: “Não admira que ela defenda isto, é uma Judia.”»

«Nos corredores reservados aos deputados, ouvi horrores, palavras medonhas que nem ousou

---

1 Olivier Todd, *Le Nouvel Observateur*, 17 avril 1975.

repetir. “Cabra, judia, e como é que ela conseguiu voltar de Auschwitz.” Nunca esquecerei. Um dia, denunciarei os nomes desses canalhas.»

261 «O mais ridículo de todos? Michel Cointat, deputado U.D.R. da região de Ille-et-Villaine, antigo ministro da Agricultura. Queria propor uma emenda que proibisse a uma mulher abortar mais de uma vez. Reação do seu vizinho no hemiciclo: “Como vamos controlá-la?” Ficou de boca aberta. Nesse momento, tive a terrível sensação de que já não estávamos muito longe da ferra das mulheres», suspira Bertrand Fragonard. Mas a emenda Foyer, como a combater? Como livrar-se disso?

A solução tem um nome: Jean Lecanuet. Desde a abertura do debate, o ministro da Justiça não tinha aparecido na Assembleia Nacional. Primeiro, usou como pretexto uma deslocação a Bruxelas, depois uma agenda completamente preenchida. Simone Veil, algumas horas antes do início da votação, sugere ao Primeiro-Ministro que «convoque» o ministro da Justiça, que o implique: «Que Lecanuet entre finalmente na luta», diz ela exaltada. A antiga magistrada conhece a direita judiciária por dentro: um ataque do ministro da Justiça terá sem dúvida o seu efeito. Chirac concorda. Alguns instantes mais tarde, Jean Lecanuet aparece de repente no Palais-Bourbon. Pede a palavra «contra a emenda Foyer». Orador soberbo, intervenção cheia de força. Lecanuet, tão denegrido por causa de uma suposta cobardia política, encontra as palavras certas, as que desarmam os próprios amigos: «Àqueles que solicitaram a minha opinião, àqueles que ainda hesitam, eu direi que estou inteiramente solidário com o governo e com a Senhora Ministra da Saúde para vos pedir que afastem as emendas que destroem a obra sensata do governo. O problema é doloroso para muitas consciências, para a minha em particular; mas falo-vos assumindo as minhas responsabilidades de ministro da Justiça. Não podem deixar o país sem legislação, à mercê dos abusos, das desordens, das misérias. Não podem sair daqui deixando a lei existente nessas condições ou depois de ter alterado com emendas o texto que vos é proposto. O país necessita de clareza. Era meu dever dizê-lo à Assembleia.»

262 Jean Foyer vomita injúrias. A direita «moral» pateia enraivecida e insulta o «traidor» Lecanuet. A emenda Foyer é rejeitada: 286 votos contra, 178 a favor. A vitória, talvez. E eis que um deputado centrista, Bernard-Reymond, apresenta, por sua vez, uma emenda: «Uma I.V.G. só poderá ter lugar num hospital privado se o diretor não tiver recusado o princípio de tais intervenções.» Simone indica, para surpresa geral, que o governo terá em conta esta proposta. Socialistas e comunistas enfurecem-se. Fora de questão aceitar esta «cláusula de consciência» que autoriza um único – na ocorrência o responsável do local – a proibir a prática do ato a um grupo inteiro de médicos. Presidente do grupo socialista, Gaston Defferre ameaça o governo com a abstenção dos deputados P.S. Robert Ballanger, o anafado – e muito estalinista – presidente do grupo comunista, lança um aviso idêntico. Os dois comparsas estão persuadidos que serão atendidos porque o governo não pode passar sem o seu apoio.

Pedem uma interrupção da sessão. Edgar Faure, desta vez, concede-a sem hesitar. Simone Veil está de novo em perigo.

«Isolei-me num canto com Defferre. Um deputado da maioria veio agredir-me: “A senhora discute com os socialistas, porquê?” Estava furiosa e mandei-o passear: “Meta-se na sua vida.” Um  
263 outro deputado – da maioria – aproxima-se deles: «A senhora está a colaborar!» – Eu estava a explicar a Defferre que essa emenda acalmaria os bispos. Eles não queriam que um único aborto pudesse ser praticado num hospital religioso. Defferre acabou por compreender. Prometeu-me convencer os seus e dar uma palavra a Ballanger.» A emenda Bernard-Reymond é adotada: 294 votos a favor, 105 contra. Robert Ballanger, alguns instantes depois, está na tribuna: «Se este projeto for votado, será graças à oposição de esquerda que terá fornecido o essencial de uma maioria de circunstância, opondo-se à parte mais importante e mais reacionária da maioria presidencial.» Lúcido.

Gaston Defferre também intervém: «O texto constitui um progresso, a oposição de certos membros da maioria assim o atesta. Vamos pois votá-lo.» Pérfido.

Sexta-feira 29 de novembro de 1974, 3h 40m da manhã: o projeto de lei, na sua globalidade, é adotado, com poucas emendas, na sequência de um escrutínio público: 284 a favor, 189 contra. Edgar Faure encerra a sessão e vai deitar-se com um andar jovial.

Vinte minutos mais tarde, precisamente às 4 horas, Dominique Le Vert, diretor do gabinete da ministra da Saúde, acorda Jacques Chirac para o avisar. Simone, essa, abandona imediatamente a Assembleia. «Na place du Palais-Bourbon, uns ratos de sacristia esperavam-me para me cuspir em cima. Em casa encontrei um sublime ramo de flores. Era de Chirac.» Chirac, o tipo porreiro. Simone, com os olhos brilhantes, só quer lembrar-se dos bons momentos, desse instante de bravura quando, durante a tarde, pegou mais uma vez no microfone para responder a todos os seus detratores. «Tensa, resoluta, convencida e muitas vezes convincente», afirma o cronista parlamentar de *Le Monde*.  
264 «Veemente e sem preocupação de poupar os que a contradizem», sublinha *Le Figaro*. «Esta mulher é uma rocha, prossegue o *France-Soir*. Mulher granito, ela é também mulher cristal, transparente de honestidade, de compaixão.» Mas também mulher lutadora e mulher esgotada por tanta miséria intelectual.

A Robert Boulin que recusa que a escolha de abortar dependa apenas da decisão da mulher em causa, ela responde: «O senhor acusa-me de começar pelo aborto. Essa queixa espanta-me ainda mais porque, tendo sido durante três anos ministro da Saúde e da Segurança Social, cabia-lhe tomar todas as disposições necessárias para que a lei de 1967 sobre a contraceção entrasse em vigor.» Tanta virulência escandaliza aqueles senhores. «Falta de educação», resmungam.

A todos os que a atacaram com referências constantes ao nazismo, até a fazer romper em

soluções, diz: «Afirmo – e quando eu afirmo podem acreditar em mim – que aqueles que inundaram o Parlamento com panfletos ignóbeis, que traçaram emblemas nazis, que telefonaram para casa dos ministros desonram uma causa que eu respeito profundamente quando é defendida com moderação e convicção. A amálgama é uma técnica de terrorismo intelectual que não tem lugar num debate em que cada um se encontra perante a sua consciência e a sua responsabilidade. Onde está a consciência, onde está a responsabilidade quando se acusa o governo ao qual pertencço e a mim própria como ministra de abrir caminho a práticas nazis?» Eles ficam sem palavras. Mas terão pelo menos vergonha?

265 A todos os deputados Pôncio Pilatos que sugerem não decidir nada, ela diz: «Como vocês, tenho uma consciência e falo de acordo com a minha consciência. Este texto é o reflexo das minhas convicções pessoais. Não decidir nada, seria deixar os abortos prosseguirem nas piores condições, serem feitos por qualquer um, em qualquer fase, em qualquer sítio. Como mulher, não posso aceitar esse desprezo pela proteção da saúde e pelo equilíbrio psicológico.» Solidariedade de mulheres. Serão eles ao menos capazes de compreender isso, eles, os longínquos discípulos de M. Thiers que passava em revista as *Communardes* caídas nas barricadas: «As mulheres da Comuna têm um rosto humano, quando estão mortas...»

«Em relação a Simone, nós temos uma imensa gratidão», assegura Antoinette Fouque. «Todas a admiramos, acrescenta Françoise Gaspard. Estamos comovidas, mesmo, por causa das palavras que ela tinha vontade de utilizar em relação a esses senhores e que lhe eram proibidas.» Palavras interditas pela razão, pela eficácia, pela fúria de ganhar. «Um homem não teria conseguido fazer passar esta lei, garante Michel Poniatowski. Nós tínhamos necessidade da experiência humana desta mulher.» Judia. Deportada. Esposa. Mãe.

No Senado, duas semanas mais tarde, o debate decorre calmamente. A lei é adotada sem drama nem paixão. Nos corredores, Michel Poniatowski e Jean Lecanuet estão vigilantes. O Presidente da República quer evitar, a todo o custo, um novo psicodrama. Relator do projeto, o doutor Mézard, senador giscardiano de Cantal, encosta logo os seus pares à parede: «Quando constatei que em Saint-Flour havia também autocarros que levavam mulheres até Amsterdão ou Londres, compreendi que uma evolução era inevitável.» Das quarenta e oito horas passadas no Palais du Luxembourg, Simone Veil guarda na memória uma carta assinada pela esposa de um senador: «Ela pedia desculpa pelo voto anti-I.V.G. do marido. Algumas semanas antes, esse senador tinha contactado o meu gabinete.

266 Desejava que lhe indicássemos “um endereço” para mandar abortar a sua ... criada das Antilhas...»

Ainda hoje, permanece uma imagem. Simone a roer a esferográfica, incapaz de conter por mais tempo as lágrimas. Permanecem algumas palavras, as do escritor Philippe Sollers<sup>1</sup> para meditar ainda

---

1 Texto publicado em *Le Nouvel Observateur* com o título: «O destino de Simone».

durante muito tempo: «Simone Veil estava magnífica. No meio dos subterfúgios, das hipocrisias, das desculpas esfarrapadas, ela erguia-se, clara, evidente, como a voz da verdade. A sua grande vitória, na psicologia coletiva, baseia-se em ter dito o que todos os espíritos livres esperavam há muito tempo, em ter mostrado que o antigo mundo, a este respeito, se tinha tornado insustentável. Não, o nascimento não é um valor supremo, um dever sacralizado. Sim, a liberdade das mulheres pode existir e, ao mesmo tempo, a liberdade dos homens que esta liberdade não incomoda. É verdade que eles não são muitos. A abolição da pena de morte resultava logicamente desse momento chave. Foi então que uma revolução teve lugar, decisiva. O que mais me impressiona, em Simone Veil, é a coerência metapolítica do seu percurso. A Europa, os Direitos do Homem, o liberalismo fundamental, a política estrangeira, tudo está ligado, sem hesitações, sem medo. O seu olhar vem de longe, sabe-se de que provação inominável, e vai mais longe que a cena presente. Ela infantiliza literalmente os homens políticos que se debatem ao mesmo tempo que ela: revela, apenas pelo seu magnetismo físico, o oportunismo deles. Sente-se que, ao contrário de uma fórmula célebre, triste contrassenso de uma tradição demasiado francesa, ela se preocupa consigo própria e instintivamente contra todas as dominações.

267 «Ser francês pareceu-me aborrecido durante muito tempo. Poder-se-ia começar um romance com esta frase. Teria a maioria dos Franceses começado a ter gosto pelo belo? Esperemos que sim. Simone Veil é bela, evidentemente. Uma moral da beleza, porque não?»

## 15

### A má reputação

268 Em *O Diário* (apócrifo) de Édouard (Balladur)<sup>1</sup>, o jornalista, romancista e panfletário Stéphane Denis traça, com inspiração e talento, um retrato feroz de Simone Veil: «É uma má ministra: confusa, instável, sem palavra, não suporta ninguém. Mas é útil, involuntariamente, sem o saber nem o poder evitar. Num governo, fazem falta essas pessoas que serão escolhidas pelo que parecem ser e que serão mantidas, impedindo-as, na medida do possível, de ser o que são. Ao ouvi-la, o que não é fácil, porque ela não termina as frases que não começou verdadeiramente, procuro a jovem que ela deve ter sido, a leveza que lhe roubaram – ou que ela nunca teve.» Jacques Chirac, o «amigo» de

---

<sup>1</sup> *Le Journal d'Édouard*, Plon, 1994.

Simone, não será muito mais amável: «A seu respeito, as opiniões pejorativas são excessivas e as opiniões elogiosas desmedidas. Eu cá, gosto dela, ponto final.» Então, porque é que a acrimónia e o desprezo do *establishment* caminharam a par com a quase adulação de 60% dos Franceses? Haverá  
269 uma relação de causa e efeito? Nada é menos certo: porque tudo – e a popularidade é somente um aspeto entre outros – irrita uma boa parte das nossas elites. Simone não pertence a este mundo e, mais grave aos seus olhos, não lhes suplica para fazer parte dele. Ela enfrenta-os e isso é-lhes insuportável. Simone exaspera-os. Então eles divagam sobre o seu mau feitio, têm prazer em assinalar uma inteligência «mediana».

De uma ponta a outra da sua longa presença – cinco anos – no Ministério da Saúde, ela receia terminar como Pierre Lelong, efémero secretário de Estado dos Correios do governo de Chirac: despedida! Em plena greve, Lelong tinha explicado assim o movimento reivindicativo dos trabalhadores dos Correios: «É normal, têm um trabalho de palermas!» O coitado pensava constatar uma evidência mas Chirac tinha-o demitido imediatamente. «Mais cedo ou mais tarde vai-me acontecer um infortúnio destes, confidencia ela a Dominique Le Vert. Hei de dizer algum disparate e acaba-se tudo!» Porque ela não tem a menor intenção de se refrear, de «fechar a boca», mesmo quando se senta à mesa do salão Murat, onde se reúne o Conselho de Ministros, todas as quartas-feiras de manhã, momento sagrado da República. «De tanto ouvir solilóquios pretensiosos – ou completamente estúpidos – ela acabava por explodir, conta Jacques Chirac. No início, Giscard divertia-se com isso. Depois de algumas explosões desse género, já não dissimulava o seu pavor.» Ela tenta disciplinar-se, multiplica os esforços para evitar cair em tais excessos. Em vão. Os amigos, os íntimos sabem que esta mulher, imersa num universo em que impera a razão, não é razoável. «Ela foi sempre incómoda, difícil», comenta Paul-André Sadon. «É irritável, injusta. Mas imensamente alegre,  
270 também, mostrando-se genuinamente interessada pelas pessoas que a rodeiam», acrescenta Bertrand Fragonard.

Madona da moderação em política, Simone Veil despreza, na realidade, o compromisso. Compromisso? Concessão? Ela tem dificuldade em ver a diferença. «O que eu mais temo em política? - interroga-se. A obrigação de fazer muitos compromissos com as minhas convicções. Não tenho vontade de fazer concessões. Nem sequer aos eleitores.» Muito menos aos funcionários do Ministério. Em Outubro de 1978, várias centenas acorrem à antecâmara do seu gabinete. O aquecimento foi limitado aos 16 graus nos gabinetes, a economia de energia a isso obriga. «Temos frio», insistem. Ela vai ter com eles. Furibunda: «O meu não está mais quente.» A fúria desaparece tão depressa como surgiu. Ela grita. «Os olhos dela têm então reflexos metálicos», explica Jean Legrain, o seu chefe de gabinete. E imediatamente a seguir, um sorriso, uma palavra simpática, a pergunta certa, aquela que

mostra o quanto ela sabe estar atenta. A cada visita ao hospital, exige encontrar-se com as delegações sindicais. Na província, recebe os funcionários do serviço de Saúde. «Nesses momentos ela não é picuinhas, indica Legrain. Sem protocolo, sem complicações inúteis. Sem floreios. Uma linguagem simples, clara.» Quando os ocupantes ilegais do Mali invadem a entrada do Ministério, na avenue de Ségur, ela aceita – «evidentemente» – recebê-los. Em detrimento de alguns altos funcionários traumatizados pelos «berros» das mulheres e das crianças. Quando uma companhia de C.R.S., em Besançon, ataca um grupo de manifestantes que tentam bloquear a sua saída, ela interpõe-se. «Vão-se embora, diz ela ao responsável das forças da ordem. Eu vou conversar com eles.» Que importam, 271 nestas condições, os efeitos, menores, dos seus arrebatamentos desmesurados!? «Esses instantes de cólera, acrescenta Legrain, são sempre inesperados. Mas sem verdadeira maldade, apenas acessos, desproporcionados, em relação ao incidente.» Em viagem oficial a Amiens, ela amaldiçoa os acompanhantes. O motivo desta irritação? O protocolo previu um *buffet* e não um almoço sentado. «Ela resmungava vigorosamente, recorda um membro do gabinete: “Dizem que dirijo tudo, que controlo tudo. Mas, quando não o faço, nada corre bem.” Logo a seguir, voltou a ser encantadora.» Ser um colaborador próximo da ministra Veil não é fácil.

Para a qualificar, há um adjetivo que reaparece incessantemente: exigente. A exigência de Simone. Uma vez que conhece cada dossier no mínimo detalhe, ela exige ao seu interlocutor um profissionalismo sem falha. «É alguém para quem se tem vontade de trabalhar na perfeição», confirma Legrain. Mas, para isso, é necessário descobrir, compreender como funciona. Porque existe um «método» Veil, específico, singular, perturbador. Explicação de Bertrand Fragonard: «Com ela, um apontamento, por mais bem feito que esteja, nunca é suficiente. Ela gosta de falar, os ajustes fazem-se através da discussão, muitas vezes confusa. Passávamos bruscamente dum assunto para outro, com muitos desvios. Tudo isso é feito num modo interrogativo, com perplexidade. Uma secretária seria completamente incapaz de tomar notas de uma conversa destas. De repente, ela larga duas ou três pérolas, e a mente do conselheiro ilumina-se, imediatamente. Uma alquimia complexa, admito, mas não uma barafunda.» O tecnocrata típico não foi fabricado, concebido, para suportar um percurso iniciático destes. Ela diz-lhe que é «perigoso moralizar demasiado». Semelhante observação desarma os frequentadores habituais dos ministérios. O tecnocrata modelo fica mortificado quando ela lhe diz 272 que as «boas» decisões são, muitas vezes, tomadas «instintivamente». O tecnocrata perfeito tolera com dificuldade o ser continuamente forçado a dar explicações. Compreende então que o poder lhe escapa. Simone Veil não delega as decisões nos seus altos funcionários, como o fazem demasiados ministros. «Eles depressa compreendem que eu não aceitaria «às boas» a solução proposta», indica. O tecnocrata consumado não está habituado a um chefe que lê, ele próprio, todo o correio. O tecnocrata



satisfeito fica perplexo face a esta diva da República que recusa o costume de delegar as assinaturas nos principais colaboradores e que rubrica, ela mesma, cada circular, nota ou correio. Eis porque Yves Sabouret, tecnocrata de alto gabarito, futuro P.-D.G. – infeliz – do canal cinco, opta por preferir a chefia do gabinete de Françoise Giroud à do de Simone Veil, a anormal, aquela que recusa a prescrição tecnocrata e acaba por formar um gabinete «muito pouco político e por isso original», um gabinete «formidável com pessoas muito diferentes, de opiniões muito divergentes». Personagens à volta de uma personagem: Dominique Le Vert, um «cultural» que antes pertenceu ao círculo dos ministros Maurice Druon e Jacques Duhammel; Jean-Paul Davin, um «chabanista»; Bertrand Fragonard, especialista experiente do dossier problemático por excelência, o da Segurança Social; Colette Mème, ex-secretária geral do Comité para o Trabalho Feminino; Myriam Ezratti, a amiga, jurista de renome e... mitterandista. Equipagem bizarra que não tardará a formar «uma verdadeira comunidade, com uma forma de estar e alguma coisa que se aproximava da amizade». Ficarão juntos cinco anos, fenómeno raríssimo numa tecnoestrutura onde a mudança é uma regra visto que anda a par com a promoção. Ela aceitará sempre mal que um deles se vá embora. Uma deserção, quase. Esta neurose das separações conjuga-se com o terror das novas caras: será que pode, ou não, dar-lhes a sua confiança? Esta dúvida consome-a. «No entanto, qualquer ser humano normalmente constituído deseja dar o seu melhor por ela... E, ainda por cima com bom humor», diz Jean-Paul Davin. Dar o seu melhor por ela... Simone que eles tanto amam, Simone com quem é tão difícil relacionar-se, conviver. «Ela não faz elogios», assinala Fragonard. «Enquanto eu for ministra», diz ela a Michel Soulé com quem «fabricou» a lei sobre a adoção, «vocês não terão a Legião de Honra. Merecem-na, mas somos amigos. Compreendem-me, não é verdade?» «Três dias depois da sua nomeação, convoca-me, prossegue o doutor Soulé. “A propósito de adoção, Michel, o que fazemos? – O que previmos no nosso programa: um Conselho Superior.” Ela aquiesceu e nunca mais falámos do assunto.» Em janeiro de 1975, a ministra Veil instala o Conselho Superior da Adoção. Uma bela demonstração de eficácia.

Psiquiatra, o doutor Michel Soulé observa de perto, tanto como profissional como enquanto íntimo, a evolução de Simone no poder: «Apercebi-me da transformação. De amiga, passava insensivelmente a «homem» de estado. Compreendi que era “isso” o gosto pelo poder. Antes, ela falava num certo tom, tinha adotado uma certa maneira de ser, adorava o papel de dona de casa. Terminado. Pouco a pouco, encarava mal que troçassem das coisas e das pessoas ligadas ao poder.» No gabinete, todos os colaboradores têm pressa de passar a outro assunto. Recusam ser catalogados como «Ministério do Aborto». Durante uma reunião, ela fez uma única pergunta: «Quais são os verdadeiros problemas?» Eles tinham então desfiado o seu rosário: diminuir o crescimento das

despesas de saúde; recuperar, o mais depressa possível, o Ministério da Segurança social, senão todo o trabalho eficaz seria impossível; impedir o aumento do número de camas nos hospitais; limitar os efetivos de novos médicos; preparar textos aplicáveis à medicina de grupo; refletir numa revalorização do estatuto das enfermeiras; organizar – enfim – um verdadeiro controlo sobre os laboratórios biológicos; seguir – de perto – a evolução do transplante de órgãos; repensar o código deontológico dos médicos; pensar numa lei antitabaco eficaz; trabalhar sobre os efeitos nocivos dos cosméticos... Um plano de trabalho? Muito mais: um projeto que incomoda os conservadorismos, sejam de direita ou de esquerda; um programa inaceitável para os poderosos lóbis. Uma vez que Giscard exige a reforma, Simone promete aplicá-la num domínio em que os Franceses são particularmente medrosos, aterrorizados com a ideia – simplista – de que poderiam, um dia, deixar de ser tratados gratuitamente, ou quase.

«A saúde não tem preço», murmuram as almas nobres. «A saúde tem um custo, sim», retorque a ministra da Saúde. Um número, um único, para medir a amplitude do desvio: em 1975, o conjunto das despesas de doença eleva-se a 19 milhões de francos, 15% mais que no ano precedente e sem a mínima certeza de que os cuidados, esses, tenham melhorado. «Então decidimos travar a máquina desenfreada, comenta Bertrand Fragonard. Decidimos fazer passar a ideia de que aumentar o número de camas não servia para nada e fazer aceitar essa outra ideia de que o incessante crescimento do número de médicos acabaria por proletarizar a profissão.» A classe médica decide então combatê-la.

275 Insuportável que uma estranha ao seu universo ouse refletir sobre o lugar que aquela ocupa na sociedade... «O meu verdadeiro combate, explica ela, é a igualdade dos pobres e dos ricos perante a doença.» Desde então, fica rotulada: uma histérica! Mas ela não esmorece.

Em 1977, encarrega-se da Segurança Social. Défice previsto: 2,2 milhões. Défice atingido: 6 milhões, três vezes mais! A Segurança, a «nossa» Segurança, está em perigo. Perigo de implosão. Como salvá-la e, ao mesmo tempo, não lesar ninguém? Então, imediatamente faz aprovar dois textos que organizam a proteção de um milhão e meio de excluídos e recusa, ao mesmo tempo, a demagogia da perpétua fuga para a frente, o facilitismo do buraco que cresce sem cessar. A pedido da ministra, Bertrand Fragonard prepara um «verdadeiro» plano de recuperação. «Pela primeira vez, explica ele, pedimos aos assalariados um esforço superior ao das empresas. Pela primeira vez, um ministro da Saúde tinha em conta, sem o dissimular, a restauração das margens de lucro da empresa. Pela primeira vez, um ministro não escondia que a proteção social era também um assunto económico. No plano simbólico, ela atacava as catedrais do conformismo francês.» A esquerda e os sindicatos gritam em uníssono, denunciando «Simone Veil, essa falsa modernista, essa verdadeira reacionária» (slogan da C.F.D.T.). Mas ela não cede, reafirmando que «recusa o desvio precisamente porque se preocupa com

a solidariedade social». «A justiça social passa pelo rigor»: fórmula à *la Veil*, traduzindo sem floreios a sua recusa da demagogia. Fórmula doravante retomada por cada governo. Ela foi a primeira a «dizer», apesar das críticas. Pouco lhe importa. «Renúncia, desvio, facilitismo: tudo isto lhe é insuportável, constata Fragonard. No momento de combater o espírito de abandono, torna-se ao mesmo tempo encantadora e de um autoritarismo contundente.» O doutor Bernard Pons, deputado gaullista e próximo entre os próximos de Jacques Chirac, tem a oportunidade de se aperceber disso. À sua custa. Na Assembleia Nacional, Pons preside à Comissão de fiscalização das contas da Segurança Social. Na verdade, ele defende com intransigência os interesses dos diferentes lóbis, os mais retrógrados. O seu súbito ardor espanta. Durante o debate sobre a I.V.G., Pons tinha-se tornado notado pelo seu apoio inteligente, constante e eficaz à ministra. Mas, desde então, Simone Veil deixa de estar nas suas boas graças. Pons censura-a, confusamente, pelo crescimento das despesas hospitalares, por uma falta de rigor na gestão, pela extensão das coberturas sociais, pelo aumento das taxas de reembolso». Em troca, ela denuncia Pons, o «reacionário», Pons o «corporativista», apoiado no domínio de influência das pequenas – e grandes – vantagens. Os seus pares não estão habituados a que um dos seus designe deste modo os responsáveis de um sistema corrompido. Ela não deixa de o fazer. Irritados, atribuem esta atitude ao seu «mau carácter». No meio médico, no entanto, Simone encontra defensores que reconhecem a legitimidade da sua ação, das suas decisões. «Demasiado preocupada com o bem público para tolerar desperdícios tentadores, demasiado refratária às situações de favor e aos privilégios reivindicados para agradar às poderosas corporações conservadoras, Mme Veil inspira à direita uma desconfiança feroz», escreve por exemplo o doutor Escoffier-Lambiotte, especialista em medicina do diário *Le Monde*. Mas a ministra constata em muitas ocasiões que as «elites» não a apoiam, que tem de se contentar, e já não é mau, com os apoios da «arraia-miúda» da Saúde – médicos generalistas, enfermeiras, pessoal hospitalar. «Uma alergia visceral às reivindicações corporativistas e aos egoísmos conservadores, constata o doutor Escoffier-Lambiotte, valeram à ministra da Saúde algumas sólidas inimizades entre os representantes de um poder médico que só lhe parecia ter sentido se estivesse exclusivamente submetido ao serviço dos doentes.»

Este trabalho de ministra esgota-a porque se obstina a não ceder – demasiado – apesar das exigências categoriais. Porque a sua ação reduz-se demasiadas vezes a um combate constante contra as vantagens adquiridas. «Vai-se abaixo», uma vez por outra. Ao receber uma imponente delegação sindical, alguns anónimos chamam-lhe «cabra». Ela já não tem vontade de suportar uma ofensa dessas. Será que o poder – o gosto e os prazeres de governar – merece sacrificar os filhos, já não ver os rapazes, ou vê-los tão poucas vezes? Pensa em partir, bater com a porta, voltar para a place Vauban para cuidar do seu belo e grande apartamento. «Estou cansada, tenho muito trabalho e, neste contexto,

o meu feitio torna-se extremamente desagradável. Vai sendo tempo de mudar de vida<sup>1</sup>.» As suas mudanças de humor não pesam apenas no seu círculo, privado e profissional; ela também as receia. Inquieto com a perspectiva de perder o seu ministro mais popular, o Presidente da República procura, por uma vez, reconfortá-la. Ela não precisa disso, recompôs-se, depressa e sem ajuda, como um bom soldado da República: «Ao dizer isso, pensava na minha vida familiar. Descurei-a e, ao fim de dois  
278 anos, temos vontade de a recuperar<sup>2</sup>.»

Em julho de 1979, cinco anos depois da sua nomeação-surpresa, Simone Veil é eleita deputada do primeiro Parlamento Europeu, por sufrágio universal. Demite-se do Ministério da Saúde, da Segurança social e da Família. O poder político suspira de alívio. Em Estrasburgo, estará longe. Finalmente! Ela sabe-o e não se preocupa. Ainda se lembra da cara dos seus colegas ministros, estupefactos, enervados, quando, a 16 de setembro de 1975, ao lançar a primeira campanha anti-tabaco, convence Valéry Giscard d'Estaing a ordenar ao protocolo do Eliseu que os cinzeiros sejam retirados da sala do Conselho dos Ministros. Alguns levam o ridículo ao ponto de deplorar a tristeza de uma sociedade em que o risco é doravante proscrito, interdito, por instigação de uma ministra ela própria ... fumadora! Agastada, acaba por replicar: «Há o risco consentido; a nossa vida é feita de um certo número de riscos e eu compreendo isso muito bem. As pessoas que já não fazem nada e que não aceitam correr riscos, é uma catástrofe! Mas creio que a liberdade é saber o que se arrisca<sup>3</sup>.» Esta observação, atualmente admitida, era, na época, perturbadora. Ela incomoda. Que se vá embora! Antes de partir, a ex-ministra Veil lança um último aviso, premonitório, se relermos essas linhas hoje, nos tempos mortíferos da sida: «Ainda não fazemos o necessário por um certo número dos nossos concidadãos. Estou a pensar nos novos infortúnios que temos dificuldade em abordar: os dos toxicómanos ou os que advêm das perturbações do comportamento. Estou a pensar no quarto mundo.  
279 É nestas categorias que agora é preciso pensar com prioridade<sup>4</sup>.»

Ao colocar a primeira pedra de um hospital, ela observa o Presidente da Câmara, o Presidente do Conselho Geral e o *préfet* que acorreram para a ajudar a manipular a colher de pedreiro. Sorridente, fá-los parar: «Fiz isto durante a deportação. Era o meu trabalho.» Eles coraram.

---

1 Declaração na R.M.C., 10 de julho de 1994.

2 Declaração na R.T.L., 11 de julho de 1994.

3 *Le Nouvel Observateur*, 17 de janeiro de 1997.

4 Discurso no Congresso da União Nacional inter-federal das obras e organismos privados sanitários e sociais, Vittel, 11 de maio de 1979.

### A propósito de Valéry, Jacques e Raymond

280 Refletiu durante muito tempo na fórmula que utilizaria, nessa quarta-feira, 4 de julho de 1979, no final do Conselho, para saudar a partida da ministra mais popular da República. O Presidente decidiu-se por uma curta frase que solta no patamar do Eliseu no momento em que a acompanha, num gesto pouco habitual, até ao carro: «Sentiremos a falta do seu sorriso, Senhora Ministra.» Ela fica pensativa. Cinco anos de trabalho. Cinco anos de reformas, difíceis, contestadas, e eis que o Chefe de Estado, no momento de concluir, apenas evoca o seu sorriso, reduzindo-a à sua condição de mulher-ministra-bibelot, sorridente como se espera. Este Giscard, constata ela mais uma vez, é decididamente uma personagem bem curiosa.

Assim que a vê, imediatamente exagera a atitude, precipita-se para ela, com beijos sonoros, bem barulhentos. Segura-lhe no braço e põe-lhe a mão no ombro. Então ela ri alto e bom som. «Ninguém, a não ser Chirac, se pode permitir tais intimidades físicas com Simone, constata, não sem estupefação, Étienne Garnier. Qualquer outro levaria imediatamente um par de bofetadas.» À aproximação das  
281 eleições legislativas de 1978, propõe-lhe aderir ao R.P.R., versão à *Chirac* do velho partido gaullista. Ela declina a oferta sem a mínima hesitação. Chirac? Um fraco, logo um demagogo. Não se confia a França a uma personagem dessas, por mais simpática que seja. Um amigo, sim; um Chefe de Estado, não.

Os acasos do protocolo colocaram um corpulento professor de economia a seu lado, à mesa do Conselho de Ministros. O «novo», no início do ano de 1976, herdou a pasta do Comércio Exterior. Depois de algumas semanas de mutismo, Barre permite-se, sob a proteção de Giscard, algumas observações de ordem geral, que desagradam fortemente a Chirac. «Ela assegurou-me que este tipo era notável, recorda Antoine Veil. Ela insistiu mesmo: “Absolutamente notável e Giscard instalou-o neste posto para lhe oferecer, mais cedo ou mais tarde, o lugar de Chirac”». Posteriormente, Simone não voltará a pôr em causa as qualidades da personagem. Mas já terá entretanto descoberto a sua presunção, a sua faceta perentória de «Branco das colónias». Isso, ela não consegue suportar.

Valéry, Jacques e Raymond através do olhar – deformado? Deformante? – de Simone Veil. Vinte anos de pequenas crónicas e de uma influência não negligenciável sobre o destino político da França.» Qualquer relação intensa com o poder é um avatar da sexualidade», escreveu outrora Françoise Giroud. Depois de um longo período de atenta observação do sistema, Simone está quase a aprovar, por uma vez, a sua ex-colega.

A propósito de Valéry Giscard d'Estaing, ela não se permite a mínima palavra desagradável. Mais que o respeito das conveniências, a marca persistente de uma fidelidade e de uma certa admiração. Fidelidade àquele que, sabendo superar as suas reticências, um dia apostou nela.

282 Admiração para com uma formidável máquina de pensar, tanto mais à vontade quanto o assunto é complexo. Giscard é excelente em simplificar com discernimento os assuntos mais árduos. Desde que entrou na política, no início dos anos 1960, o Presidente esquivava-se às armadilhas, às emboscadas e às ratoeiras de todo o tipo, com elegância, com facilidade. Um aristocrata reformador, ou a expressão mais refinada da sedução francesa: a ela, não lhe restava senão sucumbir. Porém, fica espantada depois de cada um dos seus encontros. Ainda não desapontada, surpreendida. Simone avalia cada vez melhor quanto é difícil escapar ao meio de origem, ao peso da infância, às regras tácitas, às conveniências dessa nobreza provincial tão orgulhosa dos seus castelos e das suas bibliotecas repletas de livros encadernados em couro. Giscard dirige-se à sua ministra; Simone responde; mas não há diálogo. Esta falta de comunicação esgota-a.

Ele recebe-a para abordar, por exemplo, o déficit do Sistema Nacional de Saúde. O Presidente desejava criar cumplicidade: «A Senhora Ministra deve estar farta de todas estas histórias sociais, acaba por ser maçador. E muitas vezes é gente mesquinha que trabalha na área social.» Giscard não tem má intenção, pelo contrário, procura lisonjeá-la, esquecendo que Simone Veil, como magistrada, não hesitou em «andar» pelas prisões perto de dez anos. «Giscard não percebe nada da forma de raciocinar de uma personagem como ela, afirma categórico, Dominique Le Vert. Quando ela me informava acerca das suas conversas, era evidente: não comunicavam, ambos eram incapazes disso.» Por causa, nomeadamente, de um defeito que Giscard, em seguida, pagará caro: o Presidente só suporta os adutores, os cúmplices.

283 Ele apenas tolera a fidelidade sem reservas; ela apenas admite as relações de paridade, de igual para igual. Exige respeito e formalismo (Chirac ainda se lembra: enquanto secretário de Estado do ministro das Finanças de Giscard, foi expulso do gabinete do seu superior hierárquico por ter ousado entrar diretamente sem passar pela antecâmara do secretário). Ela cultiva a insolência, nunca resiste ao prazer intenso de largar uma observação claramente «inoportuna». «É por isso que ele tinha tanto medo dela, assegura Chirac. Simone nunca o admitirá, mas a sua natureza incita-a a um anti-giscardismo radical.» «Giscard é um ser estranho, confirma Jean Sérisé, um dos que mais o estimam e o conhecem em todas as suas facetas. Um burguês do *XVI<sup>e</sup> arrondissement* com uma única preocupação: a inteligência. Simone, essa, não procura parecer inteligente.»

Ele faz pose; ela explode. Ele vangloria-se de «saber muito» de psicanálise. Aliás, no início do mandato, um boato mal intencionado, espalhado por alguma forja secreta gaullista denunciava que o

Presidente frequentava um psicanalista; ela sempre desconfiou da moda da psicanálise, preocupada com a ideia de desnudar os inconscientes. Fica estupefacta por descobrir um «chefe» que cultiva os silêncios e os não-ditos, capaz de contrassensos psicológicos espantosos. «Ele ficou pasmado, explica, quando Chirac veio dizer-lhe, no verão de 1976, que se demitia de Matignon. Giscard, possuidor de uma inteligência excepcional, não tinha compreendido. E eu, que já o sabia há alguns meses...»

Apercebeu-se de que uma tal indelicadeza nas relações humanas provocaria, mais cedo ou mais tarde, problemas políticos. Giscard afirma-lhe que concebe a política «como um jogador de xadrez, com um computador na cabeça» ... Ela já não acredita nele porque compreendeu a mecânica de Giscard e porque esse modo de funcionar a preocupa: o Presidente adapta a realidade ao seu cérebro, às suas crenças, aos seus tormentos. Segundo Simone, um homem de Estado deveria, pelo contrário, modificar o raciocínio em função da realidade. A rápida degradação do clima prova a justeza da opinião. Ela é das primeiras a constatar que Giscard está em risco de não terminar o mandato. Demasiado seguro de si, demasiado egotista, demasiado afetado. «E, no entanto, ela trata-o com consideração, garante Étienne Garnier. Sem nada partilhar com ele. Nada.»

Ela acreditou em Giscard, o reformista. Durante dois anos, de 1974 a 1976, não mais. Vinte e quatro meses durante os quais Giscard e Simone, promovida à categoria de ministra-estandarte, seduzem juntos a burguesia progressista. Pela pena de Jean-Daniel, *Le Nouvel Observateur* interroga-se, diverte-se, espanta-se: «Será que há uma boa prática do giscardismo? Desde a vitória, o Presidente entrega-se a uma euforia esquerdista e *esquerdizante*, que faz com que se diga que procura realizar as nossas ideias e seduzir os nossos leitores.» Mas a «sua» maioria parlamentar, a que ele se recusou a dissolver logo depois da vitória – enorme, decisivo erro – não compreende nada. A modernidade giscardiana irrita-a, a prodigiosa e persistente popularidade da ministra da Saúde inquieta-a, a tal ponto que Giscard, receando acima de tudo uma reviravolta do eleitorado, acaba por ceder e pôr de lado a sua determinação reformadora. «Tinha sido demasiado otimista a respeito das suas capacidades, tinha apostado na magia da sua palavra e tinha subestimado a esclerose da sociedade francesa», constata, desolada, Françoise Giroud. «Simone apercebeu-se do fim do “liberalismo progressista” na altura das eleições cantonais de março de 1976, confirma Dominique Le Vert. Foi a verdadeira viragem, a propósito de um dossier aparentemente anódino: a revolta das prostitutas.» Segundo o costume dos tecnocratas de ideias limitadas, o governo tinha então nomeado uma comissão, a chamada «Comissão Pinaut», a fim de acalmar Ulla e os seus camaradas. No Conselho de Ministros, Simone Veil comunica propostas «ousadas» do conselheiro de Estado Pinaut. Giscard, durante a apresentação, não levanta a cabeça de uma pasta que folheia nervosamente. Não quer que o seu olhar se cruze com o de Simone. Imediatamente após o Conselho, Yves Cannac, um dos homens chave do

Eliseu, previne a ministra da Saúde: o relatório deve ser «enterrado», imediatamente... «Ordem do Presidente.» A direita «moral», a direita emproada volta em força à ribalta. Simone interroga-se, continuará a interrogar-se durante três anos... O que está ela a fazer no seio deste governo? O Presidente dececiona-a, as suas atitudes neo-reacionárias afligem-na. Quanto ao Primeiro-Ministro... Chirac tinha exagerado na provocação: «A senhora aceita trabalhar sob as ordens de um fascista.» (Contrariamente à lenda, falsa como tantas lendas, eles não se tratam por tu.) Ela tinha-se abtido de qualquer réplica, não iria cair nessa armadilha grosseira. É verdade que Chirac impressiona; o seu entusiasmo, a sua vitalidade, essa formidável capacidade de viver a política, de tirar prazer disso. Testemunho de Jacques Friedmann, amigo de adolescência de Chirac e íntimo do casal Veil: «Ela tinha por ele uma grande afeição. Mas enervavam-se, irritavam-se mutuamente assim que começavam a falar de política. Simone é radicalmente centrista, Jacques definitivamente avesso a assumir, a qualquer custo, compromissos. Quando argumentava diante dela, em voz alta, ela não percebia nada.» Encontram-se muitas vezes no gabinete de Marie-France Garaud, onde Simone aparecia uma ou duas vezes por semana «para conversar e tomar um copo». Ela descobre que os temas sociais, ao contrário do Presidente, preocupam Chirac, que pode conversar com ele sobre o universo sinistro das enfermeiras sem que ele desmaie. Um ponto a seu favor. Ele, por seu lado, constata, despeitado, que não consegue levá-la para o seu campo, o seu partido, a sua camarilha. «Uma centrista, nada mais que uma centrista, incapaz de decidir e de se manter fiel à decisão», resmunga. Um ponto contra ela. Mesmo assim, gosta dela. «Temos uma relação verdadeiramente humana», diz com alegria. Uma forma de dar a entender que entre Giscard e Simone, as relações têm um carácter frívolo e provisório.

A 23 de agosto de 1976, um calor tórrido, sufocante, esmaga Paris. Nesse dia, Jacques Chirac sai de Matignon e decide entrar em guerra contra o Presidente da República. Giscard não esperava uma partida tão perfeitamente encenada. Simone, essa, não é apanhada desprevenida. Algumas semanas mais cedo, o ex-Primeiro-Ministro considerou «normal» preveni-la, fazer-lhe confidências. Um sinal de confiança.

Nesse mesmo 23 de agosto à noite, Simone Veil e Marie-France Garaud jantam juntas *Chez Lipp*, boulevard Saint-Germain. Sobre Valéry Giscard d'Estaing, evitam falar demasiado... Marie-France sabe que Simone já não tem ilusões a respeito do Presidente. Tem o sentimento claro de que as coisas entre eles irão de mal a pior.

Em relação a um dossier sensível, doloroso, o dos trabalhadores imigrantes, ela encontra-se, pela primeira vez, em oposição frontal, radical, com o Presidente da República. Inovador, Giscard tinha designado um secretário de Estado para a Condição dos trabalhadores imigrantes, Lionel Stoléru. Uma prova, estava ele convencido, da sua modernidade humanista. Cansado, Giscard exige



em seguida ao seu ministro do Trabalho, Robert Boulin, que, devido à subida do desemprego, prepare a expulsão para a Argélia de 500 000 trabalhadores regularizados.

287 «Eu estava consciente da gravidade do problema, observa ela. Mas não estava disposta a que o governo tomasse uma medida disparatada.» Ora Boulin, precisamente, propõe «uma medida disparatada»: quotas sobre a renovação das autorizações de residência e de trabalho. Quotas: a palavra – e o seu significado político – horrorizam-na. Face a Giscard e a Boulin, afirma sem se desconcertar, «com um tom glacial», recorda um ministro da época, que o Conselho Constitucional nunca ratificará uma tal medida; Giscard não se dá por achado. Lionel Stoléro, toma então a palavra para se opor em nome dos «nossos princípios». Giscard, furioso, interrompe-o. «A sua atitude brutal, altiva, perturbou-me, reconhece ela. Ignorava este aspeto autoritário da personagem. Sozinho, ou quase, Raymond Barre apoiou-nos, a Stoléro e a mim, insistindo, também ele, no respeito pelos princípios.» O Barre que, segundo Chirac, «não gosta dela», o Barre com quem ela mantém uma relação «psicologicamente complicada», *dixit* Antoine Veil, o Barre cuja autoridade minuciosa ela tolera mal, ao ponto, segundo o amigo Étienne Garnier, de «contar os dias que ainda tem de passar no governo»; mas também o Barre em quem ela encontra um «aliado seguro» nos momentos delicados, quando o essencial está em jogo. Juntos, alcançam o objetivo e o projeto Boulin é parcialmente abandonado. Quando, doze anos mais tarde, em 1991, Valéry Giscard d'Estaing denunciar «a imigração-invasão», ela não ficará surpreendida. Sabe, há já muito tempo, que a procura do bode expiatório continua a ser uma demanda perpétua. Infelizmente, as cem flores<sup>1</sup> do giscardismo secaram depressa, demasiado depressa. Ela ainda o lamenta.

288 Na verdade, as suas relações com o Presidente mantêm-se, de um ponto de vista formal, corretas. Já não se suportam, mas evitam mostrá-lo. Se tivesse sido capaz de mostrar intuição, delicadeza, confiança, Giscard teria podido evitar um confronto decisivo com o seu ex-Primeiro-Ministro. Se Giscard não tivesse sido vingativo, desdenhoso, o primeiro Presidente da Câmara de Paris eleito por sufrágio universal, a 20 de março de 1977, poderia ter-se chamado Simone Veil, e não Jacques Chirac.

Reconstituição minuciosa de um acontecimento político de primeira importância, de um insucesso com consequências fatais. Giscard tinha prometido: durante a sua presidência, Paris tornar-se-ia uma cidade, uma verdadeira cidade, com um Presidente da Câmara, um verdadeiro Presidente, eleito por sufrágio universal, como os das outras comunas de França. Compromisso respeitado: a 31 de dezembro de 1975, o Parlamento vota uma lei que reforma o estatuto da capital e prevê a eleição, por seis anos, de um Presidente da Câmara de «pleno exercício». «Um dossier claro, garante Jean

---

<sup>1</sup> Referência ao Movimento das Cem Flores, período de abertura política na China, entre 1956 e 1957. (N.T.)

Sérisé. Com este novo estatuto, íamos conseguir eleger um homem da maioria, um giscardiano, evidentemente, mas um indivíduo bem visto pelos gaullistas, para que tudo corresse o melhor possível.» O ministro do Interior Michel Poniatowski descobriu esta ave rara: Pierre-Christian Taittinger, Presidente-Diretor Geral do hotel Lutécia, senador de Paris, «bem relacionado» com os eleitos gaullistas da cidade e antigo conhecimento dos Giscard d'Estaing, por vezes recebido num dos castelos da família. O «perfil ideal» é imediatamente atirado para o governo. O seu cargo? Secretário de Estado para as Coletividades locais. A sua missão: implantar o novo estatuto de Paris e, na sequência disso, instalar-se no lugar de Presidente da Câmara. Chirac, desta vez, não tem nada a apontar: «Giscard e eu estávamos de acordo sobre o nome de Taittinger e eu desliguei-me do dossier.»

289 A quota de popularidade de Simone Veil, do princípio ao fim do ano de 1976, está no auge: perto de 70% de opiniões favoráveis. A imprensa e os  *préfets de région*  anunciam a sua candidatura às eleições municipais de março de 1977 em toda uma série de cidades: Bourges, Orléans, Belfort e outras. Ela confessa: «Nice faz-me sonhar.» Regresso à infância, desejo de sol, a recordação de Yvonne... Um desejo piedoso, um sonho de rapariga, uma vez que a posição de Jacques Médecin é inexpugnável.

No verão de 1976, Giscard muda de opinião: já não está interessado em Pierre-Christian Taittinger. O indivíduo «certo em todos os aspetos» não é suficientemente giscardiano, não é admitido na corte por não ser suficientemente brilhante. O Presidente exige que Paris lhe pertença e se lhe assemelhe, é tudo. Seguem-se excertos de uma conversa entre Giscard e Poniatowski.

O ministro do Interior: «É verdade que Taittinger não é um giscardiano furioso. Mas essa é a sua vantagem: os chiraquianos vão-se tramar...»

O Presidente: «Seria bom que te apresentasses como candidato, o «meu» candidato...»

O ministro do Interior: «Nunca, seria uma provocação! Contra mim, haveria seguramente um R.P.R. puro e duro. Eu correria o risco de ser vencido, e então, serias tu o vencido.»

As palavras do ministro do Interior são preciosas. Pouco tempo antes, tinha prometido, com a sua graça paquidérmica do costume, «livrar Paris dos ratos gaullistas». «Não esquecerei», tinha então dito Chirac. Mas o Presidente teima: no novo governo formado por Raymond Barre em agosto de 1976, Taittinger, o novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, é relegado para o Quai d'Orsay, a prova definitiva de que está «privado» da Câmara.

290 Ministro de Estado, ministro da Justiça, o muito gaullista Olivier Guichard foi encarregado, pelo Chefe de Estado, de «coordenar» a maioria, de evitar a discórdia permanente, o combate impiedoso entre giscardianos e chiraquianos. O plácido Guichard pressente que a luta pela Câmara de Paris, se tiver lugar, pode vir a ser uma carnificina. Homem de conciliação, procura desesperadamente, nesse

verão húmido, a melhor solução possível. O deputado gaullista do *XV<sup>e</sup> arrondissement*, Jacques Murette, segreda-lhe a boa ideia: Simone Veil candidata! Ministra farol da presidência Giscard, a amiga de Chirac. O compromisso perfeito.

Ele fala-lhe disso e logo compreende que ela o deseja perdidamente. Simone, a provincianazita vinda de Nice, ama loucamente Paris: «É uma cidade, não cosmopolita, mas universal. Só Paris apresenta uma harmonia total entre a natureza e a arquitetura, uma simbiose entre todas as épocas, um equilíbrio entre a grandeza das perspectivas monumentais e o encanto bucólico dos vários bairros preservados da destruição e da especulação.» Simone, eleita por 1 200 000 votos; Simone, chefe de 33 000 funcionários. Nice, Drancy, Aushwitz, o Ministério, a Câmara de Paris: já não é um percurso, é uma lenda. Em agosto, Chirac e Simone, juntos, preparam este belo golpe. «Dei-lhe o meu acordo, garante ele. Sendo ela candidata, nunca o teria feito. Estão a ouvir bem: nunca.» O indispensável Jean Sérísé é, por seu lado, igualmente incluído na confiança e volta-se imediatamente para Giscard com quem discute o assunto. «Tive a impressão, confia ele com um sentido apurado da litote, que o presidente estava, no mínimo, espantado.» Nesse dia, Giscard abstém-se de qualquer outro comentário. Quem cala, consente? Apenas Poniatowski resmunga: «Ela tem um mau perfil. São os  
291 eleitores de esquerda que gostam de Simone, não os de direita.»

No Ministério da Saúde, os fiéis Le Vert e Davin esboçam um primeiro plano: «Estávamos prontos, o diretor de campanha estava escolhido e as listas em preparação.» Simone faz-lhes notar que, uma vez mais, está a complicar o destino político de Antoine: o marido, conselheiro municipal de Paris, candidata-se pela lista de Jacques Murette no *XV<sup>e</sup> arrondissement*. Se ela se candidatar, ele será sem dúvida forçado a desistir. O destino não se contenta em ser curioso. Por vezes é repetitivo.

Ela comete sem dúvida um erro grosseiro no outono de 1976: não implora uma audiência ao Presidente da República para lhe «pedir» Paris. «Deve ser orgulho despropositado», admite. Se Simone tivesse consentido nesse gesto, teria Giscard ficado em posição de recusar, de a afastar? Interrogação inútil... Ela não se dirige a ele e ele finge não saber nada. Raymond Barre interroga o Presidente sobre as intenções municipais de Simone Veil pois o rumor percorre os salões parisienses. «Não estou ao corrente de nada», replica Giscard ao seu Primeiro-Ministro. Está a mentir. A 12 de novembro, à entrada do Eliseu, o conde Michel d'Ornano, ministro da Indústria e da Pesquisa, Presidente da Câmara de Deauville, P.-D.G de uma empresa de cosméticos, jogador de golfe e aristocrata ao serviço do Chefe de Estado, anuncia que, «a pedido do Presidente da República, animará a campanha da maioria na capital» e que será «evidentemente candidato, no momento próprio, à função de Presidente da Câmara». *Exit* para Simone? Quase... «Dois dias antes da designação de d'Ornano, revela Simone Veil, Jean Lecanuet telefonou-me. Foi uma quarta-feira,

292 lembro-me porque a seguir fomos ao Conselho de Ministros. Ele insistia para eu me apresentar. À saída do conselho, apanhei Raymond Barre num corredor: “Quero que as coisas fiquem claras, Senhor Primeiro-Ministro, o Presidente da República não me disse nada a respeito de Paris. – Mas nunca se pôs a questão da sua candidatura, Senhora Ministra, nós nem sequer pensámos nisso.”» Atitude típica de Barre, em toda a sua baixeza. Guichard, esse, não desiste. Curiosa teimosia daquele que os amigos apelidam de Molengão; mas eis que ele pressente o cataclismo político.

Furiosos, os gaullistas não se vergam às ordens do Presidente, não querem saber desse candidato que «o rei ofereceu ao bom povo». Enfurecidos, repetem a sua determinação: «Teremos um candidato contra d'Ornano.» A 19 de janeiro de 1977, Chirac declara-se. Uma ideia de Xavier Marchetti, o excelente cronista do *Figaro*, lançada no decorrer de um jantar com Marie-France Garaud. A tensão, no seio da maioria, chega ao seu apogeu. Guichard continua a procurar um candidato consensual, capaz de afastar d'Ornano e Chirac do ringue onde trocam golpes baixos: Simone, claro, ou, em último recurso, Roger Frey, o muito gaullista Presidente do Conselho Constitucional. Giscard, finalmente aflito, já não é hostil a uma retirada conjunta de d'Ornano e de Chirac. Mas revela uma reserva bastante curiosa: «em caso algum» esse terceiro homem será uma mulher. Simone, fora! Comentário desiludido de Jean Sérisé: «Com Giscard a convivência não é fácil. É um egocêntrico afetado. E Mme Veil é parecida, tirando a afetação. Então, para eles se entenderem...»

293 A vinte de março de 1977, as listas de Jacques Chirac obtêm 34 lugares; as de Michel d'Ornano, 15... Cinco dias mais tarde, o deputado da região de Corrèze é eleito Presidente da Câmara. Antoine Veil ocupa um lugar importante no Conselho Municipal. No *XV<sup>e</sup> arrondissement*, o mais populoso de Paris, teve o seu papel na destruição da lista d'Ornano-Giscard conduzida por... Françoise Giroud. Mais uma vez, o acaso... «Tinha pedido a Simone autorização para me juntar a Chirac. Uma atitude normal, uma vez que ela ainda era ministra de Giscard, explica Antoine. Ela não hesitou um instante: os gaullistas têm-se portado bem contigo, atira-te.» A campanha eleitoral de Paris foi terrível; não foi dura, foi selvagem...

Confissão de Michel Poniatowski, tão influente na época: «Gosto muito de Simone. Mas Simone como Presidente da Câmara de Paris, era impossível. Paris é uma cidade populista, Paris não se entrega a uma mulher, e muito menos a uma israelita.» Aquela gente ainda diz israelita. A palavra judeu arranha-lhes a boca. Terá ela imaginado que eles pensaram nisso, na sua judeidade? Oxalá que não.

### A desilusão dos anos-memória

294 Observadora enternecida dos revoltosos de maio de 68, Simone Veil não sorria quando estes gritavam «C.R.S.-SS». A comparação era como um sacrilégio. Também não tinha apreciado o slogan repetido por esse imenso cortejo que protestava contra a expulsão de Daniel Cohn-Bendit: «Somos todos Judeus alemães.» Sabia que não basta imitar a história para aí encontrar um lugar. A que brincavam, esses jovens de boas famílias? «A negar o hiato que havia entre o nosso conforto de filhos do crescimento económico e os acontecimentos enormes, assustadores que o tinham imediatamente precedido, responde o filósofo Alain Finkielkraut. Deste modo exorcizávamos, com intensidades fictícias, a sensorial da nossa vida.» Mas há também um desejo profundo, expresso desajeitadamente através das palavras desviadas do vocabulário da Resistência: falar de Vichy, da colaboração, do sumiço dado aos Judeus, «dizer» em voz alta e inteligível o que foi na verdade a «doce França», libertar a Memória. À sua maneira, os *soixante-huitards* encostam Simone à parede: ela denunciou incessantemente a palavra proibida; eles pediam aos sobreviventes para contar, 295 recordar o que foi «a França», esse país, o país deles, do qual têm por vezes vergonha. Ela mede a enormidade da tarefa, o frenesim da procura formulada por aqueles que se imaginam filhos do século de Aushwitz. Ora, «o genocídio não tem herdeiros<sup>1</sup>». Como fazer-lhes entender esta insuportável evidência: ela ignora-o.

No entanto, eles querem saber, os filhos de Simone e todos os outros. Um filme, acham eles, responderá a essa imperiosa necessidade da palavra que, de uma vez por todas, quebrará o silêncio, esse mau hábito tão francês do silêncio a qualquer preço. Será *Le Chagrin et la Pitié*, realizado por Marcel Ophuls. Esta crónica de uma cidade francesa, Clermont-Ferrand, sob a Ocupação, devia ser transmitida num dos dois canais da O.R.T.F. na primavera de 1971. Cerca de vinte pessoas falam de Clermont-Ferrand nos anos da guerra: Pierre Mendès France e o sr. Verdier, farmacêutico, o sr. Gros, agricultor, e René Chambrun, genro de Pierre Laval, Émile Coulaudon, dito «Gaspar», chefe dos *maquis* de Auvergne, e Christian de La Mazière, Waffen-SS da divisão Charlemagne, verdadeiro «herói» de Ophuls, cara bonita, bonitas palavras, filmado nas brumas do castelo de Sigmaringen, lá onde o velho Marechal e os ultras da colaboração se refugiaram em 1944. *Le Chagrin et la Pitié* obra de salubridade pública? É pelo menos a ambição do seu autor. O historiador Henry Rousso de bom grado substancia a tese: «Entre as grandes zonas de amnésia reveladas, o antissemitismo francês

---

<sup>1</sup> Alain Finkielkraut, *Le Juif imaginaire*, Éd. Du Seuil, 1980.

ocupa um lugar de primordial importância. Situada na zona sul, a ação mostra as manifestações  
296 antissemitas que se exprimiam aqui e ali na população e que não devem nada ao antissemitismo  
nazi.» Os críticos de cinema mais influentes deixam-se também cair no panegírico. «Este filme dura  
quatro horas. Poderia durar mais duas ou três, não ficaríamos fartos. Um prodigioso documento.  
Todos aqueles que preferem a incontornável verdade à euforia dos mitos ou simplesmente ao  
esquecimento acolhê-lo-ão como um salutar exame de consciência» (Jean de Baroncelli, *Le Monde*).  
«Todas as ideias, todas as ideologias, todas as posições têm aqui rostos, vozes, olhares, esquivas ou  
assomos de franqueza cujo peso de humanidade nos toca. É extraordinário» (Jean-Louis Bory, *Le  
Nouvel Observateur*). Porém as resistências a *Le Chagrin et la Pitié* são muitas, poderosas, virulentas.  
À medida do traumatismo que o filme provoca. Não se brinca impunemente com a memória  
amputada de todo um povo. Em *Le Figaro*, Claude Mauriac, gaullista devoto por excelência,  
denuncia a quase ausência do seu herói: «Quanto ao General, se acaba por aparecer brevemente,  
mesmo no fim, é porque não podiam realmente fazer de outro modo. Mas falta-lhe emoção. E nós  
sofremos com isso.» Em *La Cause du peuple*, esse jornal «maoísta» de que é diretor, Jean-Paul Sartre  
não é muito mais amável: «É um filme que faz sorrir o tempo todo. Ora a ocupação não dava muita  
vontade de sorrir. Logo, é uma transcrição incorreta. E é feito intencionalmente.» Ao jornalista Keith  
Bosford do *New York Times*, Georges Pompidou não dissimula o seu desagrado: «Detesto todas estas  
histórias.» «O Presidente da República confia a um jornal americano muito importante a aversão  
e a irritação que a Resistência lhe inspira», insinua o filósofo Maurice Clavel no documentário que  
297 precede a célebre emissão política «*À armes égales*», que o confronta com o deputado-Presidente da  
Câmara de Tours e porta-estandarte da «ordem moral», Jean Royer. A direção da O.R.T.F. suprime a  
palavra aversão e Clavel, em direto, abandona o estúdio dizendo em voz de trovão: «Boa noite,  
senhores Censores.» Este momento e a cólera do homem passam a fazer parte da odisséia televisiva.  
Mas o incidente recorda – e com que força! – que falar, simplesmente falar, da Ocupação é um  
verdadeiro desafio neste país. Eis que o responsável político de direita e o filósofo de esquerda,  
estranha convergência *a priori*, ambos atacam o filme. Falta ainda, para completar o quadro, a opinião  
de um pétainista impecável, reconvertido ao republicanismo respeitável. O escritor Alfred Fabre-  
Luce, um dos pilares de Vichy sob a ocupação, dá a estocada final: «Receio que o filme – isto é o  
cúmulo – tenha acordado um antissemitismo bastante adormecido. É um assunto delicado, que é  
preciso manejar com tato. É esta qualidade que mais falta a Ophüls. É sempre embaraçoso ver  
sobreviventes [judeus] deitar abaixo um homem [Pétain] ao qual devem a vida.» Este ataque geral dos  
«bem pensantes» é coroado de sucesso. P.D.-G. da O.R.T.F., Jean-Jacques de Bresson recusa adquirir  
os direitos de *Le Chagrin et la Pitié*, concebido originalmente para televisão. «Destrói os mitos de

que os Franceses ainda precisam», explica este antigo resistente aos senadores da Comissão dos Assuntos Culturais.

298 Projetado numa pequena sala do *Quartier Latin*, o *Saint-Séverin*, depois numa outra nos *Champs Élysées*, o filme atrai perto de 600 000 espectadores em oitenta e sete semanas. Um fenómeno de sociedade – por uma vez, a expressão não está comprometida – e o primeiro indício de que os anos 1970 serão tempos de recordação.

Doravante, aparecem na sociedade francesa clivagens radicais entre os que escolhem a memória e os que a recusam. Alguns meses após o veto de Jean-Jacques de Bresson, o escritor Arthur Conte sucede-lhe na direção da O.R.T.F. . Para atestar a sua abertura de espírito, compromete-se a transmitir o filme. Depois muda de opinião. No seio do novo conselho de administração, Conte dispõe de um trunfo, de um apoio essencial para justificar essa rejeição: Simone Veil está furiosa com *Le Chagrin et la Pitié* ; ela abomina o filme e denuncia-o sem descanso.

«Um filme infeto, perverso, perigoso. Os heróis? Um comunista e um SS. Os resistentes gaullistas? Não existem!» diz zangada. «A única pessoa um pouco simpática é o SS. Em relação aos resistentes, nem sequer se sabe como entraram no *maquis*, temos a impressão que chegaram lá por acaso. Isto banaliza a atitude daqueles que foram os mais cobardes» (transmitido em Europe 1). «A partir do momento em que *Le Chagrin et la Pitié* é oferecido como uma visão global da França ocupada, é insuportável. Apresentar todos os Franceses como crápulas é masoquismo.» (*Le Monde*)

299 Eis um furor incompreensível *a priori*. Desde o regresso de Aushwitz, Simone queixa-se que a palavra é recusada aos deportados, às vítimas; recusa essa história adulterada de um povo gaullo-comunista resistente na sua totalidade. O filme de Ophüls, que destrói, sem complacência e com lucidez, algumas dessas «certezas» dos anos negros deveria deixá-la feliz; nada disso. Essa vontade de «contar» sem floreios deveria alegrá-la; está enojada. A França de Ophüls é muitas vezes cobarde, frouxa, de uma insuportável mesquinhez, de uma insondável baixeza: a dos «nossos» polícias fazendo a triagem das crianças judias. Ora Simone, a adolescente de Nice, não sabe nada dessa França. Ela ama César Boletti, o magnífico; ela quer bem a Mme Descombes e a Mme de Villeroy, essas professoras excepcionais que puseram os apartamentos à sua disposição, à disposição de Milou. Face ao ecrã, ouve, atormentada, os disparates de um fidalgo, René de Chambrun, genro de Laval, irremediavelmente pétainista. Esse tipo não pertence à «sua» França, a das pessoas humildes da região de Nice que nunca tencionaram «vender» um Judeu. «No fundo, pensa ela, ao mostrar que todos os Franceses foram uns crápulas, os que o foram verdadeiramente podem ter a consciência tranquila uma vez que se tinham simplesmente comportado como toda a gente. Já não há verdadeiros crápulas, verdadeiros traidores, pois todos os Franceses são uns crápulas e uns traidores. Isto convém

aos crápulas e aos traidores. *Le Chagrin et la Pitié* acelera a banalização. *Le Chagrin et la Pitié*, afinal, é um filme revisionista.» Análise em forma de aviso. Mas as afirmações de Simone são inaudíveis, sem dúvida por serem demasiado avançadas, demasiado desestabilizadoras. De Gaulle e os comunistas tinham inventado a fábula da França resistente; Ophüls replica com uma França colaboracionista. A História e os sobreviventes não se identificam com estas distorções sucessivas. Pois será que chega martelar «memória, memória»? De que memória se trata? Que valores transmitir? A difusão do filme – filme chave, filme charneira, acontecimento capital na demanda da recordação – é finalmente autorizada, mas Simone não desiste: *Le Chagrin et la Pitié* não augura nada de bom para os anos 1970. E «quando Simone fala “disso”, nunca se engana», recorda a psicanalista Anne-Lise Stern.

300 A seguir, a época, de forma impercetível, vira-se para o rétro. A «moda rétro», lê-se, escrito pelos jornalistas decifreadores de sinais. O regresso da nostalgia? O spleen doloroso de uma época de encantos obscuros? Nada disso. A moda rétro, sobretudo no cinema, exerce os seus efeitos devastadores na verdade de Vichy e dos anos negros da Ocupação, nos de Aushwitz e da Shoah. Simone ataca *Lacombe Lucien*, o filme de Louis Malle, a história de um pobre diabo da colaboração, miliciano por inadvertência, perdidamente apaixonado por uma jovem judia mas ao mesmo tempo assassino, «por acaso», a soldo da Gestapo; tudo isso porque a moeda – cara ou coroa? resistente ou colaboracionista? – caiu nesse dia do lado errado. Ela não dissimula a sua amargura: «Com *Lacombe Lucien*, Vichy e os seus piores defeitos voltam a estar na moda.» Algumas pessoas respondem-lhe que já é tempo de ultrapassar a leitura «maniqueísta» de Vichy, que Louis Malle descreve a realidade «complexa» de um certo período. O SS simpático de *Le Chagrin et la Pitié*... O miliciano simplório de *Lacombe Lucien*... Curiosa forma de construir uma memória confiscada até esse momento. Tudo isso a teria sem dúvida deixado sem reação, se um outro filme, *Portier de Nuit*, de Liliana Cavani, estetizante até ao intolerável, não tivesse voltado, desta vez a cores, a uma obsessão particularmente insuportável desde a Libertação: a vida sexual no campo. Qual era a natureza das relações entre deportados e carrascos? Sadomasoquismo, responde a cineasta italiana, visto que «uma vítima nunca é completamente inocente». Eis a história do filme: Viena, 1957, Max (Dirk Bogarde), um antigo SS, trabalha agora como porteiro noturno num hotel. Um dia, encontra-se perante uma cliente de passagem. Ambos se reconhecem imediatamente. Em 1943, Lucia (Charlotte Rampling), então com  
301 15 anos, tinha sido deportada para um campo onde o *Sturmbannführer* Aldorfer (o verdadeiro nome de Max) tinha notado a sua juventude e a sua beleza. Silenciosa, altiva, dócil, Lucia tinha-se submetido aos caprichos do oficial, satisfazendo os seus gostos mórbidos e as suas exigências mais humilhantes. Assim é *Portier de nuit*, filme elegante e obscuro, com pretensões ideológicas e



psicanalíticas: compreender a verdadeira natureza do nazismo; desemaranhar os laços entre o carrasco-homem e a vítima-mulher para chegar à – lastimável – conclusão que Max é ao mesmo tempo carrasco e vítima, Lucia é vítima e depois carrasco, e que ninguém pode ter a pretensão de compreender Aushwitz se a dimensão sexual-masquista não for tomada em conta.

Esta miscelânea de insanidades vai provocar debates e polémicas apaixonadas. «Fala-se da moda rétro, escreve o padre Jean-François Six, uma das figuras intelectuais da Igreja de França. Liliana Cavani vai mais longe. Ela estuda o mecanismo rétro: a regressão, a atitude dos grupos ou dos homens que recusam a morte. O que há de fascinante – e de perigoso, dizem alguns – neste filme, é que o espectador, o do filme, o da história do nazismo, já não sabe o que pensar. Vacilamos. Por um pouco, conseguiríamos acreditar que Max ama verdadeiramente Lucia, que ele próprio é uma vítima. Max quase consegue enganar-nos<sup>1</sup>.» Que devemos compreender? Que a existência, em cada um de nós – vítimas incluídas –, de uma inclinação sado-masquista pode levar-nos ao nazismo. «Como é que se pode dar do nazismo, dos campos, da tortura, esta visão em flash-back, limitada, obsessiva, girando à volta da excitação sexual dos dois heróis? interroga-se a filósofa Hélène Cixous. Nada garante que, ao sair da sala de cinema, o grande público – ao qual se dirige este filme – sinta ódio pelo nazismo<sup>2</sup>.» São já os primeiros efeitos de um revisionismo ainda elegante; nos cartazes, Charlotte Rampling, Lucia, provocante, de quépi nazi na cabeça, com as nádegas apertadas numas calças SS pretas, de seios nus, encarna a «nova» imagem da deportada. Charlotte Rampling, bela, com uma atitude altiva, como uma insolente semelhança com a jovem... Simone Jacob. Intolerável coincidência. «A tremer, conta Anne-Lise Stern, arranquei o cartaz de *Portier de nuit* num quiosque de jornais. Não era por ideologia. Eu não suportava ver a minha querida Simone mascarada. A semelhança para mim era impressionante. O acaso do tempo (Simone acaba de ser nomeada ministra) enchia as revistas com as suas fotografias de jovem. Mas o que eu via de novo, em direto, éramos nós, nuas, com a sua mãe, a sua irmã, ao frio, na fila para catar os piolhos, antes de poder voltar para o bloco<sup>3</sup>.» Simone tinha acreditado que falar, ler, escrever, filmar não somente «educaria» as novas gerações, mas também contribuiria para suavizar os tormentos dos sobreviventes. «Enganei-me, admite. Mais tarde, li *Le choix de Sophie*, o romance do americano William Styron. Uma vez mais, um livro ignóbil. Não é por acaso que ele escolhe uma prisioneira polaca e católica, não uma Judia. Uma maneira de nos mostrar que não fomos as únicas a sofrer. Um livro ignóbil, sim, no limite do antissemitismo complacente.» Mas um imenso sucesso; 3 milhões de leitores seguem o percurso da polaca Sophie que passa da cama de um SS em Aushwitz para a cama de um judeu louco, Nathan, em

---

1 *Le Monde*, 5 de maio de 1974.

2 *Combat*, 11 de abril de 1974.

3 *Les temps modernes*, 501, abril de 1988.

Nova Iorque. A morte, o sexo, mais uma vez misturados. «O processo de destruição de Sophie começou em Aushwitz, explica Styron. Nathan conclui-o em Nova Iorque.» O Judeu tornado, por sua vez, carrasco, o círculo fechado. «Há momentos, acrescenta o escritor, sedento de História e de explicações, em que se vê esboçar esta ideia, um pouco condescendente, segundo a qual seria uma qualidade judaica poder reivindicar o monopólio da dor<sup>1</sup>.» «E eu teria de suportar este género de inépcias, indigna-se Simone, sob o pretexto de que Styron, celebrado pela *intelligentsia* parisiense, reivindica uma filiação na esquerda e um antirracismo militante!» No entanto, as «inépcias», à maneira de Cavani ou de Styron, ainda mal começaram.

A 28 de Outubro de 1978, *L'Express* publica uma longa entrevista com Louis Darquier de Pellepoix, comissário para as Questões Judaicas de maio de 1942 a fevereiro de 1944. Título do documento? «Em Aushwitz só os piolhos foram gaseados!» Condenado à morte por contumácia em 1947, refugiado em Espanha a seguir à libertação, Darquier aproveita a ocasião para espalhar um antissemitismo frenético, anacrónico. Não teria importância se o velhote se tivesse manifestado num jornaleco de extrema-direita. Mas é *L'Express*, o primeiro semanário francês dirigido por Jean-François Revel, insuspeito da mínima ambiguidade, que lhe concede... 15 páginas! «Seis milhões de Judeus desaparecidos? Este número é uma invenção pura e simples, diz Darquier, uma invenção judaica, claro. Os Judeus são assim: estão prontos para qualquer coisa que lhes dê publicidade. [...] Era preciso, a qualquer preço, livrarmo-nos desses estrangeiros, desses intrusos, desses milhares de apátridas que estavam na origem de todos os males. [...] A Solução final é uma invenção pura e simples. Por acaso conhece alguém que tenha alguma vez visto, visto realmente, uma câmara de gás?»

Nessa época, *L'Express* sai ao sábado de manhã. Os jornalistas e a maior parte dos responsáveis políticos ou espirituais recebem-no vinte e quatro horas mais cedo. À primeira leitura, o delírio revisionista de Darquier pouco os afeta, eles interessam-se mais pelo tema de capa em destaque nessa semana, uma das muitas anódinas reformas da Educação Nacional ilustrada por uma fotografia de um ministro caído no esquecimento, Christian Beullac. Mas o redator-chefe de *Le Matin de Paris*, François-Henri de Virieu, esse leva muito a sério o documento de *L'Express*. Fala com Simone Veil ao telefone e propõe-lhe que reaja. Virieu pediu-me que fosse à place Vauban fazer esta entrevista, e isso não tinha nada a ver com o acaso. Ele estava convencido – certamente sem razão – que um filho de deportada saberia colocar as questões «certas». Foi o meu primeiro encontro com Simone Veil.

«Seria oportuno publicar o testemunho de Darquier?

« – Essa foi a primeira questão que eu me coloquei. Não sei muito bem. Seja como for, estou

---

<sup>1</sup> *L'Express*, 21 de fevereiro de 1981.

persuadida de que a direção de *L'Express* fez mal em apresentar este texto sem comentário nem fotografias a recordar a atroz realidade da deportação. Mas parece-me indispensável afirmar uma coisa, mesmo se isso não agrada a toda a gente e perturbar as consciências: Darquier não é louco, longe disso. Ele mantém a sua lógica. O ex-comissário para os Assuntos Judaicos de Vichy não nega o genocídio dos 6 milhões de Judeus. Ele aceita o procedimento e justifica-o. Simplesmente, deixa a ideia de que os deportados morreram de velhice e que se encontram algures na Polónia. Atualmente, Darquier assume o seu passado. Pior, justifica-o e assim conforta todos os que pensam como ele. A partir daí, não há nenhuma razão para que isso não recomece.

« – A senhora parece recear que as afirmações de Darquier sejam levadas a sério...

« – Com certeza. Estas elucubrações parecerão enormes, insensatas, à imensa maioria. Mas os outros? É a primeira vez, desde o fim da guerra, que se ousa abertamente ir tão longe. Não nos enganemos: São muitos os que continuam fiéis à ideologia racista e antisemita. Este documento conforta-os. Talvez eu seja demasiado otimista a respeito do grande público. Publicar este tipo de documento não é confiar demasiado nele? Talvez... Estou persuadida de que, doravante, alguns se colocarão esta horrível questão: o genocídio não é afinal propaganda judaica?

« – A senhora ficou perturbada pela leitura desta entrevista?

« – Sim, muito. Fui deportada em Aushwitz. Lá, nós dizíamos que se alguns se salvassem, o nosso dever, o nosso único dever, seria contar. Por respeito para com os mortos e para o bem da sociedade. Não tenho a mentalidade de uma antiga combatente. Mas muitas vezes, demasiadas vezes, quando evocamos a sorte dos 6 milhões de Judeus assassinados, dos milhões de ciganos massacrados, certas boas almas replicam: “Basta! Já falámos disso que chegue!” Quase nos censurariam por insistirmos. Seria tão fácil se, bruscamente, pudéssemos virar a página. Não é suportável. É preciso continuar a demonstrar o fenómeno do nazismo e do totalitarismo, demonstrar quanto é fácil cair, que não é preciso muito. Explicar, contar é uma pedagogia para o presente e para o futuro.

« – Para si, o caso Darquier é apenas um incidente?

« – Não, evidentemente que não. O artigo de *L'Express* deve ser reinserido num contexto geral de racismo e de xenofobia. Os racistas são certamente em número limitado. Mas o racismo anti-magrebino, por exemplo, é perigoso. Não se deve banalizar, nem o racismo nem os racistas.

« – Foi esse precisamente o sentido da sua intervenção na Assembleia Nacional a respeito de uma emissão televisiva consagrada a Eva Braun, a companheira de Hitler.

« – Há uma tentativa de banalização dos racistas, dos nazis e das suas figuras de proa. Gostariam de os fazer passar por pessoas normais, anódinas, que certamente cometeram algumas monstruosidades, mas que, além disso, viviam como o senhor e eu, rodeados de crianças e de

brinquedos. Por pouco não pretendem fazer as famílias chorar. A personagem de Eva Braun não tem, só por si, qualquer interesse. Porquê então construir-lhe um destino com todos os pormenores?

« – Será possível que, desde 1945, nenhum governo francês tenha pedido a extradição de Darquier?

« – Não sei responder de forma precisa. Mas recuso-me a acreditar que esse senhor possa ter sido recebido cordialmente na Embaixada de França, como ele afirma...»

Na revista de imprensa de Europe 1, aquela que todos os líderes de opinião ouvem, Ivan Levaï lê este texto na íntegra. Seguindo o exemplo de Simone Veil, todos se consideram doravante  
307 obrigados a comentar, a denunciar a saída de Louis Darquier de Pellepoix.

Os gaullistas e Jacques Chirac lamentam esta publicação de «escritos sacrílegos». A U.D.F., o partido do Presidente da República, acusa *L'Express* de favorecer sub-repticiamente a reabilitação de crimes imperdoáveis». O socialista Alain Savary exige um direito de resposta, na televisão, nas rádios, «para que se exprima a voz da verdade, a da Resistência». O Primeiro-Ministro Raymond Barre dá igualmente o recado, repreendendo numa carta os presidentes dos três canais de televisão: «Consta, no decorrer destes últimos meses, uma tendência de certos órgãos de imprensa e de informação para consagrar, de forma por vezes complacente, artigos ou emissões a temas sobre o nazismo e as suas mais graves manifestações [o chefe do governo faz igualmente alusão ao retrato elogioso de Eva Braun difundido na FR3]. Os responsáveis da informação devem permanecer vigilantes quanto à maneira como a História é apresentada.» O Presidente da República, em pessoa, contribui com a sua condenação: «Se a liberdade de expressão é total em França, deve encontrar como equilíbrio a decência e o respeito pela verdade.» *L'Express* não deveria ter publicado as elucubrações de Darquier, repetem todos. Sem levar mais longe a reflexão. Tanta unanimidade parece suspeita a Serge July, o diretor de *Libération*: «*L'Express* mostrou aos Franceses um verdadeiro espelho, um espelho que lhes devolve a imagem dos crápulas que eles foram e que, para muitos, continuam a ser. Então gritaram, atordoaram-se com palavras para exorcizar essa imagem. Tirem da minha frente esta França racista e antisemita que não suporto ver.» Será a entrevista de Darquier, à  
308 sua maneira, um avatar da moda rétro, de «uma tentativa sistemática conduzida para ensombrar um período dramático da história contemporânea<sup>1</sup>?» E a memória que tem por missão «iluminar», o que fica dela, uma vez passada a tempestade Darquier?

Será que Simone acredita ainda no trabalho da memória? Ela diz que sim mas já tem dúvidas. «Toda a gente faz batota, diz. Nós todos repetimos Vichy, Vichy. Mas, na realidade, é o problema judaico que atormenta este país e os seus habitantes. Isso, ninguém ousa reconhecer.» Sente-se que

---

<sup>1</sup> Pierre Viansson-Ponté, *Le Monde*, 31 de Outubro de 1981.

ela perde insensivelmente a pouca confiança que lhe restava na capacidade dos «outros» para compreender o que foi o «campo». Em março de 1979, aceita porém participar no debate dos «*Dossiers de l'écran*» que seguirá o quarto e último episódio de *Holocauste*, a série americana consagrada à exterminação dos Judeus. Ela comparece, para responder às perguntas de alunos do liceu. Não diz mal da série de Hollywood, da sua falta de subtileza histórica, das suas várias inverosimilhanças. Não, ela lamenta a visão quase asséptica de Aushwitz que o filme oferece. Ela encontra as palavras para o dizer e os participantes, então, ficam siderados: «*Holocauste* é um filme demasiado otimista. Mostra ternura nas relações entre os deportados. Na verdade, tínhamo-nos tornado verdadeiros animais.» Ela fala, explica, dá pormenores, mas pressente que os seus esforços são inúteis; sabe que Darquier abriu a brecha para a «revisão», pela qual se precipitam Faurisson e os seus discípulos, esses «assassinos da memória<sup>1</sup>», portadores de uma mensagem delirante: «Os Judeus inventaram o mal que é suposto o mundo ter-lhes feito.» A isso ela é incapaz de replicar. O exercício está para lá das suas forças. «Quanto maior é a mentira, constata o jornalista Pierre Viansson-Ponté, mais consegue abalar pessoas pouco informadas e perturbar os espíritos fracos. Desta vez é demais, realmente demais. Os sobreviventes já não podem contentar-se em chorar os seus mortos e amaldiçoar os seus carrascos. É preciso que todas as pessoas honestas os apoiem para ajudar a estabelecer a verdade, perante o tribunal da História, antes que seja demasiado tarde.»

No entanto, a História, essa História, persegue-a, de mil e uma maneiras. Em novembro de 1978, o advogado Serge Klarsfeld exige que René Bousquet, chefe da polícia de Vichy, organizador chefe da rusga do Vel'd'Hiv' no verão de 1942, seja acusado de crimes contra a humanidade. Em *L'Express*, Darquier tinha insistido o mais possível na participação ativa de Bousquet no momento das grandes rusgas. Bousquet, ou «o paroxismo da colaboração», confirma o historiador René Rémond. Bousquet, julgado uma primeira vez pelo Tribunal Parlamentar em junho de 1949, depois de três anos de prisão, sem que se fale, ou muito pouco, no decorrer das audiências, da deportação dos Judeus, da sua esmagadora responsabilidade no processo para a exterminação. Bousquet, condenado a cinco anos de perda dos direitos cívicos e imediatamente ilibado pelo tribunal, por «atos de resistência». Bousquet, novamente um grande burguês exemplar, influente na política onde, na sombra, se mantém próximo do seu amigo François Mitterrand; Bousquet, todo-poderoso nos negócios visto que, desde 1950, integra o Banco da Indochina e uma quantidade de conselhos de administração. E o senil Darquier que vai perturbar um sucesso tão espetacular! Testemunho de Antoine Veil, então diretor geral da U.T.A.: «Um tal Bousquet fazia parte do conselho de administração há uns dez anos. Eu ignorava que se tratava desse Bousquet, o Bousquet de Laval e das rusgas. O nome devia ter-me

---

1 Pierre Vidal-Naquet, *Les Assassins de la mémoire*, La Découverte, 1978.

chamado a atenção. Mas ele arvorava a Legião de Honra [entregue em 1957]. Era frio, desagradável, mas as suas intervenções eram brilhantes, úteis.» Alguns dias depois do escândalo Darquier, Ivan Levaï previne Antoine – e Simone – sobre a verdadeira personalidade do Bousquet da U.T.A. Antoine Veil, colocando o lugar à disposição, exige imediatamente a Francis Fabre, o P.-D.G. da U.T.A., a demissão de Bousquet. Acaba por consegui-la e, na sua nova edição, o *Who's who* considera prudente suprimir a ficha sobre Bousquet. Antoine recrimina-se por não o ter identificado mais cedo; censura Fabre por o ter mantido na ignorância: «O senhor sabia tudo acerca dos seus atos sob a Ocupação? interroga Antoine Veil. – Sim, mas o senhor também sabia quem era Bousquet», replica Francis Fabre. Não, Antoine não sabia, e o P.-D.G. da U.T.A., pouco à vontade, faz por encontrar-se a sós com Simone: «Diga-me que não está tão ressentida comigo como Antoine. – Com certeza que estou. Mas se não barafusto, é porque, ao contrário de Antoine, nunca tive a mais pequena ilusão sobre a vontade sincera de reconhecer o sofrimento judeu.»

O cortejo dispersa-se nos Champs Élysées nesse sábado, 4 de outubro de 1980. Ela caminhou no meio da multidão, ladeada por Jean e Pierre-François, dois dos seus filhos. Assediada pelos fotógrafos, refugiou-se numa sala do restaurante Chez Edgard. Paul Benmussa, o proprietário, é um amigo de longa data. «Ela tinha lágrimas nos olhos, recorda ele. Repetia-me: «Não havia ninguém, 311 Paul, ninguém, nem um ministro, nem um representante do Eliseu. E o Presidente, silencioso, ausente. Está a ver, Paul?» Giscard tinha-a dececionado. Nunca lhe perdoou.»

Na véspera, sexta-feira, à hora da celebração do *shabbat*, uma bomba de pentrite – um explosivo pouco conhecido em França – rebentou em frente à sinagoga da rue Copernic, em Paris: 4 mortos, 30 feridos, carros transformados em montes de ferragem, todos os vidros das redondezas estilhaçados. É a primeira vez, desde a Ocupação, que uma sinagoga e os seus fiéis constituem um alvo. Os anos-memória estão banhados de sangue.

À hora do atentado, Valéry Giscard d'Estaing percorre as estradas secundárias da Alsace. O conde Jean de Beaumont convidou-o para uma caçada nas suas terras. O secretário-geral do Eliseu previne-o logo. Terá Jacques Wahl pedido ao Presidente para voltar imediatamente? Aquele assim o pretende; Giscard afirma o contrário. Seja como for, decide prosseguir o fim de semana, incapaz de avaliar a dimensão do drama, confirmando aquilo de que Raymond Aron o acusa: «Ele tem apenas um defeito: ignorar que a História é trágica.» Simone está mortificada, furiosa: de que serviram então essas conversas em que o Chefe de Estado lhe perguntava: «O que é ser judeu, senhora Ministra?» Ele não percebeu nada, o que é confirmado por Jean-Pierre Ekkabbach, então diretor de informação de Antenne 2: «Meia hora antes do jornal das 20 horas, falei com Jean-Marie Poirier, o porta-voz de Giscard. Esperávamos todos uma reação do Eliseu. Ele pareceu espantado e disse-me, balbuciando:

“Andamos à procura do Presidente.” Dez minutos depois, ele liga-me e lemos um texto insípido começando por: “O Eliseu deplora...” Então não aguentei mais e comecei a gritar: Mas estão a gozar com quem? Vocês deploram... Mas não estão a ver o que se passa<sup>1</sup>?» Simone conhece a resposta: o Presidente está fora, na caça, e sobretudo, com a mente tão longe. «Giscard foi educado, assinala Jean Sérisé, numa ligeira tradição antissemita. E depois a sua família, graças ao comércio, aprendeu a conhecer os Judeus.» Simone nunca ousará ir assim tão longe.

Nesse momento, Giscard deleita-se com um bom vinho à mesa do conde Jean de Beaumont, depois de ter expressamente pedido para não ser, de novo, «incomodado». No dia seguinte, sábado, o Presidente caça algumas perdizes. Está longe de captar a importância do acontecimento: quiseram matar alguns Franceses por serem judeus, e unicamente por isso; não é que Giscard não queira compreender: ele é incapaz de compreender. Então fica mudo, imóvel, exigindo a Jacques Wahl que nenhum membro oficial, tirando o ministro do Interior, Christian Bonnet, se dirija à rue Copernic e à manifestação dos Champs-Élysées. Simone é responsabilizada por alguns judeus exaltados que a acusam de «conivência» com Giscard...

Saindo mais cedo de um jantar-debate em Lyon, o Primeiro-Ministro volta para Paris para intervir na TF1, no jornal das 23 horas: «Condeno este atentado odioso que pretendia atingir os israelitas que se dirigiam à sinagoga e que atingiu franceses inocentes que atravessavam a rue Copernic.» Três das quatro vítimas, com efeito, não são judias... Lapso provocado pela emoção? Gafe reveladora de um estado de espírito, de um preconceito? Teria sido sem dúvida preferível que Raymond Barre imitasse a atitude do Chefe de Estado, desaparecesse, não dissesse nada. A cobardia é preferível à inconveniência. As reações são duma rara virulência. «Naturalmente, fustiga Serge July no *Libération*, os Judeus não são Franceses inocentes. E se não são inocentes, como são franceses, é que são culpados, culpados de ser judeus.» O advogado Georges Kiejman, esse, exige que Raymond Barre seja substituído por «um francês de espírito menos pétainista». «Se De Gaulle fosse vivo, acrescenta, Barre já não estaria esta noite em Matignon.» Simone Veil está estupefacta, abatida. A «sua» direita não aprendeu nada, os seus companheiros políticos, pelo menos os dois de mais prestígio, revelam-se mesquinhos – que outro adjetivo utilizar? – ao passo que «o atentado da rue Copernic é, não uma notícia sem importância, mas um acontecimento histórico» (Raymond Aron). Ter-se-á ela enganado, tal como eles, neste assunto? No início do septenato, houve uma decisão que lhe tinha desagradado soberanamente: Giscard, com efeito, decidiu que a República e os Franceses já não celebrariam o 8 de maio de 1945, aniversário da capitulação alemã, apelando ao esquecimento de uma guerra «fratricida». Simone manifestou-lhe a sua hostilidade. Ele não se dignou responder-lhe.

---

1 Maurice Szafran, *Les Juifs dans la politique française*, Flammarion, 1990.

Alguns ex-colaboracionistas conhecidos, o polémico antissemita e revisionista François Brigneau em particular, saudaram, por sua vez, a «corajosa decisão» do Chefe de Estado, capaz de enfrentar «os aproveitadores do 8 de maio, os enriquecidos pelo resistencialismo, os açambarcadores da Libertação». Para eles, o gesto de Giscard tinha um valor de desforra, de absolvição. Para Simone, era um sinal, mais nada. O sinal de que os anos-memória, mal iniciados, já se viravam contra as vítimas.

A gafe de Barre, reforçando o efeito desastroso da fuga do Presidente, provoca uma crise moral. 314 Para se redimir, Giscard evoca em pormenor o atentado da rue Copernic no Conselho de Ministros seguinte. Dirige-se finalmente às famílias das vítimas e aos Judeus de França. Mas tem apenas na realidade, uma preocupação: desdramatizar. «Não há difusão no corpo social francês dos ideais perversos do racismo e do nazismo, os atentados antissemitas são obra de pequenos grupos alienados da comunidade nacional.» Com um cuidado extremo, abstém-se de responder à única questão válida, a que Simone Veil, Raymond Aron, Jean Daniel e alguns outros colocam sem descanso: como resistir a essa vaga que primeiro deformou, a seguir estaria prestes a varrer a memória do Holocausto e, de passagem, a da vergonha de Vichy e a negar a culpa francesa, que levou, entre outras coisas, à deportação de Simone? A Memória? Um aviso, um sinal que recorda os perigos a toda a comunidade nacional. Mas de que fala Mme Veil, questiona-se o Presidente? Da traição, dessa traição que ela sente aproximar-se. Traição para com as que ficaram *lá*, Yvonne, as outras. Sem sequer dar por isso, presos à sua incompreensão radical, Giscard e Barre reforçaram o isolamento de Simone. «Era necessário que Giscard encontrasse imediatamente as palavras que teriam tocado o coração dos Judeus», diz Raymond Aron. Ela aprova-o, uma vez mais, receando acima de tudo a provação dos processos que os anos-memória esperam para encerrar o espetáculo.

Dia 5 de fevereiro de 1983: o DC 8, proveniente da Guiana, aterra na base militar de Orange. Um homem de setenta anos desce a escada, rodeado por quatro guardas. Imediatamente transferido 315 para a prisão do forte de Montluc, o capitão SS Klaus Barbie, chefe da secção IV do S.I.P.O.-S.D. de Lyon – a Gestapo – de 1942 a 1944, é acusado de crimes contra a humanidade. Refugiado na Bolívia no início dos anos 1960, durante muito tempo protegido pela C.I.A. à qual prestou alguns serviços na luta anti-comunista, o executor de Jean Moulin, o carrasco de Izieu, o organizador minucioso, metódico, da deportação dos Judeus, esse Eichmann dos pobres<sup>1</sup>», volta, quarenta anos mais tarde, aos lugares das suas extorsões. O advogado Serge Klarsfeld, o escritor Régis Debray, então conselheiro do Presidente da República, o ministro da Justiça Robert Badinter – cujo pai, gaseado em Aushwitz, foi preso por Barbie – esforçaram-se, sem descanso, para conseguir das autoridades bolivianas a extradição do «honesto» comerciante Klaus Altman, procurado desde 1945, já duas vezes

---

1 Segundo Alain Finkielkraut, *La Mémoire vaine*, Gallimard, 1989.



316 julgado por contumácia, em 1952 e 1954, condenado à morte; tinha escapado, até esse momento, à justiça da República. No dia a seguir à chegada de um executante subalterno da crueldade nazi, essa crueldade que «já não está à medida do homem, mas à medida do que está para além do homem», o Primeiro-Ministro Pierre Mauroy explica a vontade do governo: «É preciso que os Franceses não esqueçam esta História, a sua História. É preciso que as jovens gerações saibam o que na época se viveu, para estarem prontas a sempre salvaguardar a dignidade da pátria e, mais ainda, a dignidade do homem.» Klaus Barbie face a um júri popular? «Um processo pedagógico», anuncia Pierre Mauroy. «Um processo catártico, pretende o historiador Henry Rousso, exprimindo o desejo manifesto de um poder político de oferecer à memória coletiva um momento excepcional em nome do Estado de direito e de um impossível esquecimento<sup>1</sup>.» Neste instante de comunhão nacional em que Jacques Chirac, nomeadamente, se regozija com uma total sinceridade que «a justiça possa finalmente seguir o seu curso», Simone Veil está em desacordo.

Não devemos esperar que a justiça diga onde está a verdade. Ela está encarregada de fazer justiça e não de fazer a História.» Será que o processo de um velho doente, funcionário zeloso da Gestapo, não se vai transformar em máquina de bloquear a memória? Ela multiplica os avisos. Mas sente perfeitamente que mais nada parará o curso da ocultação insidiosa.

A 20 de dezembro de 1985, respondendo aos pedidos de algumas associações de resistentes que queriam constituir-se litigantes contra Klaus Barbie, a secção criminal do Supremo Tribunal de Justiça adota uma interpretação extensiva do «crime contra a humanidade». A justiça já não acusa Barbie apenas dos crimes contra os Judeus, o rapto das Crianças de Izieu, a rusga da rue Sainte-Catherine na sede lionesa da União dos Israelitas e as deportações de 11 de agosto de 1944; tem em conta também as suas ações contra os resistentes, até aí qualificadas como «crimes de guerra», logo prescritos. A extensão pode parecer legítima, cheia de bons sentimentos. «Não, não é o mesmo crime, mandar levantar os braços a um rapazinho marcado com uma estrela amarela antes de o enviar para Auschwitz e prender um oponente do regime nazi. Não, não é a mesma violência, acossar o resistente e a criança de Izieu, que é ainda apenas esperança e promessa de vida. O combatente clandestino 317 sabia ao que se expunha. A criança de Izieu não sabia que estava a mais na terra onde tinha tido, durante algum tempo, a permissão de brincar. A definição do Supremo Tribunal liga o vagão do resistente ao seu, mas o seu irá mais longe, em direção a Auschwitz, Treblinka, Sobibor, Maidanek. Em direção ao vazio. Não se podem juntar num mesmo comboio estes dois destinos. A sorte do Judeu diferia da de todos os outros. O oponente podia parar de se opor. O Judeu não podia deixar de ser judeu. Sob o domínio de Hitler, não há escapatória. O Judeu não tinha sequer a permissão de se

---

1 Henri Rousso, *Le Syndrome de Vichy*, Éd. Du Seuil, 1987.

renegar. Esse miserável recurso do espírito enfraquecido era-lhe recusado. Uma vez que o seu erro consistia em existir, a sua sorte não tinha solução. O crime contra a Humanidade é matar alguém sob o pretexto de ter nascido<sup>1</sup>.»

Admirável explicação do escritor André Frossard, que deixa petrificados os altos magistrados, certos de fazer «progredir» o direito e a justiça. Regressão, confusão: eis, na realidade, do que se trata. «Nós, as vítimas, nunca pedimos para ser consideradas como heróis, assinala Simone. Então, por que é que agora é preciso que os heróis queiram a qualquer preço, e correndo o risco de misturar tudo, ser tratados como vítimas?» No momento da Libertação, foi humilhada por tanta indiferença, tanta suspeita para com os sobreviventes. Quarenta anos mais tarde, monstro sagrado da cena nacional, Simone constata que nada mudou: procuram sem descanso privá-la da sua história, a ela que sonhava dar um futuro à memória. «O processo Barbie é uma catástrofe, assegura ela. Leva a uma banalização da ideologia nazi. Contrariamente ao processo Eichmann, cérebro da exterminação, o de  
318 Barbie, um executante menor, não tem sentido. O verdadeiro processo, aquele que poderia esclarecer a História, seria sem dúvida o do assassino de um criminoso contra a Humanidade, assumindo e explicando o seu gesto.»

«Matar Barbie», Simone teria certamente sido capaz de o fazer. Desconfia tanto «da solicitude atrasada de novos cruzados que descubrem, hoje, que os Judeus foram perseguidos<sup>2</sup>», confundindo tudo, Jean Moulin, torturado até à morte, e Yvonne Jacob, destinada ao forno crematório, deixada na carnificina de Bergen-Belsen. Ela esperava um gesto de apaziguamento para tanto sofrimento. Apenas recebe incompreensão e provocação.

Em menos de uma década, os anos-memória tinham soçobrado na farsa. As confissões tardias do «vichysta» François Mitterrand, argumentando, lastimável desculpa, que a imensa maioria dos Franceses era como ele – pétainista – deixam-na fora de si. Com Mitterrand, tudo recomeça, como na altura de *Le Chagrin et la Pitié*: todos são patifes, logo não há verdadeiros patifes. «Solicitam incessantemente a minha opinião. Mas acreditem: tornei-me indiferente.»

---

1 André Frossard, *Le Crime contre l'humanité*, Robert Laffont, 1987.

2 Vladimir Jankélévitch, *Le Nouvel Observateur*, 14 de janeiro de 1980.

### O mistério de Israel

319 Ela detestou Giscard e Barre pela sua insensibilidade do pós-Copernic. Também não suporta o comentário paranoico do Primeiro-Ministro israelita Menahen Begin, estabelecendo uma ligação de causa-efeito entre a política «pro-árabe» da França no Médio-Oriente e a tentativa de assassinar Judeus em Paris. «Begin perdeu uma boa ocasião de ficar calado» declara. Mas quem se zanga assim? A aluna da escola laica e republicana, educada no culto da República? Ou a Judia atormentada, como todos os Judeus de França, por essa relação estranha, complexa, com Israel? Tal como em muitas ocasiões, identifica-se com esta confiança de Raymond Aron: «Depois de longas hesitações, aceitei o mistério da minha ligação a Israel, sem deixar de fornecer, em caso de necessidade, justificações mais ou menos subtis. À medida que avancei na vida, o que fiz não foi reconciliar as minhas paixões com uma exigência de racionalidade, mas sim aceitar por vezes a impossibilidade desta reconciliação. Como Francês, confesso que, em certas circunstâncias, sinto a respeito de Israel, do Estado de Israel, uma estima particular<sup>1</sup>.

320 Os Veil, Antoine e Simone, ficarão de sobreaviso durante anos, antes de admitir esta evidência. «Em casa, afirma o mais novo, Pierre-François, nunca ouvi falar de Israel, durante a minha juventude. Estava ausente da nossa educação.» «Antoine e Simone muito raramente falavam de Israel, confirma o amigo Dominique de la Martinière. Lembro-me porém da inquietação de Antoine, no momento da intervenção no Canal do Suez em 1956. Eu sentia-o preocupado.» Em silêncio. Não se fala, ainda não, do destino de Israel. É uma época de recalçamento.

Da Palestina, do sionismo, desses Judeus que exigem um Estado judaico, a jovem Simone Jacob não sabe nada. Será que suspeita ao menos que a esperança messiânica – «No próximo ano em Jerusalém» – foi transmitida entre gerações, que é a marca de um povo singular, «no exílio»? Simone Jacob, francesa em primeiro lugar, patriota em seguida, finalmente judia. Esta é, por ordem hierárquica, a declinação da sua identidade. «No próximo ano em Jerusalém»: é em Auschwitz que, pela primeira vez, ouve esta litania ancestral. «Fiquei muito surpreendida, reconhece. Judeus da Polónia, originários de aldeias por vezes próximas de Auschwitz, tinham uma única vontade, se escapassem ao crematório: instalar-se na Palestina. Evocavam-na como um lugar onde, por fim, viveriam normalmente. Nós, os Judeus franceses, belgas, holandeses ou gregos, só tínhamos um pensamento: voltar para casa. A esperança na Palestina? Não compreendia nada disso.» Quando é

---

<sup>1</sup> Raymond Aron, discurso de entrega do doutoramento *honoris causa* da Universidade Hebraica de Jerusalém, 1972.

proclamada, em 1948, a criação do Estado de Israel, Simone não vai para a rua gritar a sua alegria. Um lar para os Judeus? «Sem dúvida, mas não para mim.» Simone respira em francês, ri em francês, amua em francês.

321 «Morávamos ainda na rue Danton, no Quartier Latin, conta Pierre-François. De pé, ela via televisão na sala. E chorava. Lembro-me com tanta exatidão porque tínhamos essa televisão há pouco tempo. Nunca tinha visto a minha mãe com uma atitude tão desesperada.» A cena passa-se no dia 1 de junho de 1967. Chora porque, de novo, os Judeus são ameaçados de extermínio. Não sabe muito sobre o contexto militar e político, mas está aterrorizada. A morte em massa, mais uma vez, vinte anos apenas depois de Auschwitz. «Se Israel desaparecesse, confidencia à sua amiga Anne Gourmay, restaria apenas a nossa vergonha de ter deixado perecer sobreviventes de Auschwitz.» Evoca «a solidariedade do Holocausto». A 5 de junho, a aviação israelita ataca os aeroportos egípcios. A 11, ouvem-se os últimos tiros. Simone tranquiliza-se, acalma, Aron também: «Fiquei perturbado, pensei durante alguns instantes que Israel corria o risco de desaparecer.» Terão eles consciência, nesse preciso instante, que a esmagadora vitória militar de Israel provoca neles, ambos judeus sob o jugo de Hitler, um sentimento de redenção? Acabou-se o Judeu plutocrata, negociante, usurário, escondido, covarde, incapaz de pegar em armas; chegou o Judeu guerreiro e conquistador, capaz também de matar para sobreviver, como qualquer pessoa. «Os Judeus do Estado de Israel não dão continuidade aos Israelitas, metamorfoseiam-nos.» (André Malraux).

322 Simone, a partir do momento em que pisou Auschwitz, teve a certeza de que também os Judeus deviam ser capazes de violência. Correndo o risco de que, um dia, «a Europa descubra que já não está em dívida, que as bombas israelitas anulam os remorsos [da extermínio], que volta a sentir-se inocente, agora que os Judeus também são culpados<sup>1</sup>.» Mas, por agora, «a guerra dos Seis Dias acaba de rebentar e o exército de Israel, com os seus paraquedistas e os seus comandos, os seus blindados e os seus tanques, exalta a maior parte dos Judeus. Já não há cobardia, já não há passividade judaica. Há Judeus que combatem, que vencem. Lavam o povo judeu da infamante acusação de cobardia<sup>2</sup>.» Simone partilha deste entusiasmo, capaz – finalmente – de compreender a importância de Israel no seu equilíbrio pessoal.: «As vitórias militares dos Israelitas<sup>3</sup> sublimaram alguns dos nossos sentimentos. Tinham-nos de tal modo acusado de sermos incapazes de lutar, de nos termos deixado prender, e até exterminar. Os Israelitas provam que os Judeus podem viver sem ser na infelicidade. Valorizaram-nos, por ricochete.» A História tem por vezes curiosas ressonâncias... «Depois da guerra

---

1 Pierre Goldman, *Souvenirs obscurs d'un juif polonais né en France*, 1975.

2 Alain Finkielkraut, *La Réprobation d'Israël*, 1983.

3 Habitantes do Estado de Israel. Em francês, *israéliens*, enquanto *israélites* se refere ao povo de Israel, o povo escolhido. (N.T.)

dos Seis-Dias, reconhece Robert Badinter, um próximo dos Veil, há uma certa felicidade em ser judeu.» De Gaulle apressa-se a corrigir isso.

A propósito dos Judeus, o General não tem falta de humor. «Em Londres, esperava os generais e os *préfets*, recebi os Judeus», assinala ele a um dos seus confidentes, o jornalista Emmanuel d'Astier de La Vigerie. «Vai-se converter? pergunta a Maurice Shumann, um dos seus mais antigos companheiros. É um católico que se ganha. Não um judeu que se perde.»

323 Nesse 27 de novembro de 1967, cinco meses depois do epílogo da guerra dos Seis Dias, de Gaulle está furioso. Contra o governo israelita, o Primeiro-Ministro Levi Eshkol, o chefe da diplomacia Abba Eban e o ministro da Defesa Moshé Dayan. «Eu tinha-lhes expressamente pedido para não serem os primeiros a atacar», repete a alguns visitantes, entre os quais está o grande rabino de França, Jacob Kaplan. Furioso também contra os Judeus de França que reprovam, na sua imensa maioria, a diplomacia do seu país no Médio-Oriente. Furioso, ataca, escolhendo, de forma deliberada, as palavras que ferem: «Alguns temiam que os Judeus, até então dispersos, mas que tinham continuado a ser o que sempre tinham sido, isto é, um povo de elite, seguro de si próprio e dominador, viessem, uma vez reunidos no local da sua antiga grandeza, transformar em ambição ardente e conquistadora os desejos muito comoventes que formulavam há dezanove séculos.» A expressão imediatamente toma lugar na lenda gaullista. «Um povo de elite, seguro de si próprio e dominador». Raymond Aron, gaullista fiel e vigilante, considera-se enganado, traído. A réplica é tão virulenta como a agressão: «Quando nos lembramos da imagem do Judeu pintada pelos antissemitas! O Judeu de espinha curvada e dedos como garras ... Um homem de Estado avilta-se a si próprio quando recorre a um procedimento destes, o dos estereótipos nacionais, dos preconceitos raciais, aquele que os frequentadores do *Café du Commerce* não se cansam de utilizar. Este estilo, estes adjetivos, todos os conhecemos, são os de Drumond, de Maurras<sup>1</sup>.» O que é que Aron não perdoa a de Gaulle? Em primeiro lugar, o ter dado aos antissemitas a autorização de retomar a palavra, quando esta lhes estava interdita desde a Libertação. Em seguida, o ter remetido os Judeus de França para um gueto, separando-os assim da comunidade nacional. Finalmente, o ter instilado o veneno da «dupla

324 fidelidade» dos Judeus, à França e a Israel; o ter posto assim em causa a sua fidelidade, o seu patriotismo. Simone, tão próxima de Aron e do seu judaísmo indubitavelmente com as cores da França, não se recorda de ter entrado em tais transes. Porque ela nunca sucumbiu ao gaullismo, insensível a essa procura perpétua da «grandeza» que ela, naturalmente, considera apenas presunção empolada.

Quando Giscard deseja, em setembro de 1975, acalmar as relações franco-israelitas, envia a

---

1 Raymond Aron, *De Gaulle, Israël et les Juifs*, Plon, 1968.

ministra da Saúde junto de Golda Meir, então chefe do governo de Jerusalém. Ninguém pensa, nesses instantes, em acusar aquela que Giscard apresenta como a sua «mensageira» da paz, de uma hipotética dupla fidelidade. É com toda a lucidez que agora o Presidente incumbe um ministro judeu de desempenhar uma missão delicada. Ele tem consciência que as autoridades israelitas não acolherão com indiferença a responsável francesa. Uma utilização hábil e deliberada da especificidade Veil. «Dupla fidelidade, dupla filiação? Isso não tem nenhum sentido para mim, afirma. Sou francesa, exclusivamente francesa. Israel, para mim, não é um país de refúgio. Repito-o: sou francesa!» E demasiado independente, excessivamente independente, para não observar a política de Israel com um olhar tão crítico como simpático. «A respeito de Israel, ela força-se à mais extrema objetividade», atesta Pierre-François. Os factos dão-lhe razão. Sem hesitar, está entre os primeiros que explicaram, a seguir à guerra dos Seis-Dias e à conquista dos territórios ocupados, que um Estado Palestino é uma exigência histórica e moral: «Os Palestinos sofrem, procuram uma pátria. Seria justo que tivessem uma.» Simples. Justa. Incontestável. Atualmente, Yasser Arafat está instalado em Gaza e os Israelitas já não duvidam de que, um dia, sob uma forma ou outra, viverão ao lado de um Estado da Palestina.

Nas horas mais sombrias da guerra do Líbano, em 1982, Simone teve a audácia de «suplicar» aos dirigentes israelitas: «Tomem urgentemente uma iniciativa para dizer que estão prontos a dialogar com os Palestinos, todos os Palestinos, mesmo com a O.L.P.» Tinham-se rido dela...

## 19

### Uma paixão europeia

326 Nesses primeiros dias de julho de 1979, Valéry Giscard d'Estaing só pensa nisso, só se debate e só age em função disso: Simone tem de conseguir, a qualquer preço, a presidência do primeiro Parlamento Europeu eleito por sufrágio universal. Na mente do Chefe de Estado, a função mais prestigiosa e emblemática de uma Europa política em marcha pertence «por direito» à França. Giscard está ainda mais determinado porque, nas recentes eleições europeias, a «sua» candidata, Simone Veil, acaba de aniquilar o «seu» inimigo jurado, o ex-Primeiro-Ministro Jacques Chirac. Cabeça de lista da U.D.F., com 27,5% dos votos, precede François Mitterrand – 23,5% –, muito despeitado por o P.S. já não ser o primeiro partido de França, e distancia-se de George Marchais – 20,5% –, estrela de um partido comunista ainda no zénite da sua influência. Chirac, esse, vai-se abaixo, com 16,2%... Durante a campanha, Simone evitou qualquer confronto com o seu «amigo» Jacques. Recusa as propostas de

debate televisivo; ele fica-lhe agradecido, sabendo-se incapaz de a atacar em público. Nunca, desde o advento da V República, o partido gaullista foi a este ponto rejeitado, desacreditado. Decididamente, os eleitores não compreenderam nada das exortações do Presidente da Câmara de Paris. Da sua cama de hospital, com a perna partida num grave acidente de carro nas estradas cobertas de gelo de Corrèze, Chirac tinha lançado, em janeiro de 1979, o famoso «apelo de Cochin», denunciando o «partido do estrangeiro» pronto a vender ao desbarato a França, a sua grandeza e os seus interesses. Os dois instigadores do apelo? Pierre Juillet e Marie-France Garaud. Pois é, a amiga de Simone, frequentemente presente nas situações difíceis.

Alguns fartaram-se de zombar e de divagar a propósito da escolha de Giscard: Simone Veil à frente do partido do Presidente durante a campanha europeia... Aparentemente uma estranha decisão. Sabia-se das suas relações tensas com o Chefe de Estado. Ela tinha deixado sem pena o Ministério da Saúde: a política do governo de Barre era demasiado conservadora para o seu gosto e o seu carácter, difícil, ligava mal com a suscetibilidade do Primeiro-Ministro. No entanto, as querelas não teriam tido importância se, no primeiro círculo dos giscardianos, certas eminências não tivessem incessantemente explicado ao Presidente que «Mme Veil se posiciona demasiado à esquerda para um eleitorado da maioria que se radicaliza à direita».

Giscard não ouve nada, Giscard é surdo; quer Simone, como a primeira da lista e, depois, no poleiro do Parlamento. Exige-o. Giscard vive através do símbolo. Se pensa a política, também a sonha. Está convencido de que a perfeição e a plenitude da construção europeia dependem da incessante consolidação de um eixo franco-alemão. Agrada-lhe, de um ponto de vista filosófico-estético, que uma antiga deportada, uma Judia, encarne essa vontade. Que importa, nesse contexto sublimado, que o temperamento de Simone o encha de angústia? Que importam os seus profundos desacordos políticos? Ele considera que a Europa precisa de reconhecer, trinta e cinco anos depois de Auschwitz, que «sim, a Alemanha tem direito a ser considerada como um grande país, com uma soberania absoluta, inclusive em matéria de defesa. Comprometo-me com a Europa, para extrair a lição do meu passado». Mas pressente que a eleição para a presidência do Parlamento Europeu será uma prova de força. Simone Veil é com efeito uma bela personagem, mas não um emblema fácil para uma maioria em que os conservadores e os democratas-cristãos formam o grosso das tropas. Abaixo a abortadora!

Estratega de uma operação cujo fracasso não suportaria, Giscard multiplica as manobras e as precauções. Por exemplo, convocou ao Eliseu o embaixador de França no Vaticano, o excelente Galichon. Depois de ter sido devidamente doutrinado, o diplomata parte ao assalto da cúria romana para impedir o Papa e os democratas-cristãos de combater sem piedade a candidata francesa. «O

próprio Presidente encarregou-se dos Chefes de Estado», relata Jean-Sérisé, presente em cada fase desta «operação Simone». Com o alemão Helmut Schmidt, nenhuma dificuldade: são amigos íntimos, tratam-se por tu, e é ao Presidente francês que o chanceler confessa a judeidade secreta do pai. Com Mme Thatcher, foi mais difícil. Jean-François-Poncet, ministro dos Negócios Estrangeiros, por seu lado, doutrina os colegas europeus. Quanto a Michel Poniatowski e Jean Lecanuet, são despachados com toda a urgência para Estrasburgo, para os corredores do Parlamento.

329 Aí, o ministro do Interior fica a saber que dois pesos pesados do grupo liberal – o Presidente, o alemão Bangeman, e o luxemburguês Thorn – pretendem também a presidência. Sem jeito para falar em público, Poniatowski delicia-se com as negociações de bastidores. «Com Bangeman, recorda, as negociações foram terríveis. Não queria ceder, persuadido de que, perante os grupos parlamentares, esmagaria Simone. Então tivemos de fazer concessões. Em troca do poleiro, o braço direito de Giscard deixa a presidência do grupo liberal para um eleito alemão, a da comissão agrícola para um conservador britânico, Sir Henry Plumb, oponente radical à política agrícola comum. A direção da comissão política, essa, é atribuída a um democrata-cristão italiano, partidário da Europa Federal e da integração dos Estados. Os pequenos grupos, privados de qualquer responsabilidade, clamam contra a injustiça e denunciam a arrogância francesa, a presunção de Giscard e do seu «boy» que trataram de tudo com os alemães». Como única resposta, Michel Poniatowski contenta-se em desenterrar uma velha regra das instâncias europeias caída em desuso há pelo menos uma década, o «sistema de Hondt», do nome do seu inventor, um jurista belga: por um cálculo tão sábio como complexo, os grandes grupos apoderam-se de todos os lugares importantes. E que importa o sistema proporcional que em princípio rege o funcionamento deste Parlamento! Giscard, de visita a Nouméa, nessa terça-feira, 17 de julho de 1979, receia que Jean Lecanuet, bom católico por excelência, não consiga neutralizar a desconfiança dos democratas-cristãos italianos face à «abortadora». Inquieto, assedia Poniatowski ao telefone a partir da Nova Caledónia. Pelo menos vinte chamadas! «Com efeito, os italianos estavam hostis, reconhece Lecanuet. Não em relação a Simone, mas a Giscard! Estavam convencidos de que o Presidente da República tinha adquirido ascendente sobre o Chanceler Schmidt e temiam acima de tudo um eixo franco-alemão subjugado à França. Acalmei-os.» Ao início da noite, Simone é eleita à segunda volta. Curta vitória: 3 votos de maioria. Quando se instala na cadeira presidencial, usa um tailleur azul, Chanel. No dia seguinte de manhã, à hora de pronunciar o seu discurso de tomada de posse, chega de branco, Chanel mais uma vez. Um eleito socialista da Holanda encontra as palavras certas para comentar o acontecimento: «Se este Parlamento tem uma Judia, uma mulher, uma sobrevivente da deportação como Presidente, isso significa, aos olhos de todas as minorias, humilhadas durante tanto tempo, que cada um tem doravante os mesmos direitos.»



Do alto, ela observa o fascinante espetáculo: aqueles belos espécimes de homens políticos reunidos em Estrasburgo para a investidura: Enrico Berlinguer, o aristocrata vermelho, que, em detrimento dos estalinistas franceses, se lança num soberbo elogio do eurocomunismo; Ian Paisley, esse pastor irlandês fanático, que tratará Jacques Chirac de «porco papista». O presidente do R.P.R., furioso, batendo na mesa com a bengala, pedirá a ajuda de Simone, vermelho de cólera: «Mas mande-o calar, Senhora Presidente, este indivíduo é um louco perigoso.» Ela intervém, ainda que tenha, acima de tudo, vontade de rir.

Bastam-lhe alguns meses para se impor. No início, os veteranos da Europa observam-na com desdém, à espera de gafes e disparates. Acerca dos assuntos europeus, ela ainda não sabe grande coisa... Mas eles subestimam a personagem, a sua vontade, essa capacidade de devorar dossiers em série, indo ao essencial. Simone, depois de os ter desorientado, acaba por seduzi-los. O luxemburguês Gaston Thorn, uma das personagens chave do aparelho europeu, é o primeiro a render-se: «Acerca da  
331 Europa, a Presidente é capaz de falar durante horas, sem dizer banalidades. Nos tempos que correm, isso é apreciável.» Ela fala, muito, insistindo na Europa como «espaço dos valores democráticos», retomando incessantemente a Europa Cultural, «essa oportunidade formidável». Alguns, entre os que lhe estão próximos, quase poderiam acusá-la de obsessão europeia.

«Porque é que ela se tornou tão europeia? Interroga-se Anne-Lise Stern. As suas explicações nunca me convenceram.» Em todo o caso, ela é europeia, com a mais fervorosa sinceridade: «A esperança, é na Europa que eu a coloco, uma Europa que superou o ódio e a barbárie para prosseguir na via da democracia e da solidariedade entre os povos que a compõem.» Os dramas, as guerras, os massacres étnicos, as derivas nacionalistas e xenófobas, nada abala a sua convicção: não há melhor instrumento para superar estas agressões que a Europa em construção. Acerca disso, o seu país e os seus concidadãos ainda duvidam, o que a deixa siderada. Como Presidente do Parlamento Europeu, apercebe-se de que o medo francês da Europa não deve nada a uma triste lenda espalhada por vizinhos invejosos.

Logo, é sem ilusões que, a 19 de janeiro de 1982, ela abandona a Presidência da Assembleia Europeia devido à traição francesa: até ao último instante, os gaullistas recusam defendê-la, apoiando a candidatura de um cristão-democrata alemão, Egon Klepsch. Porém, depois da segunda volta do escrutínio, previne Christian de la Malène, o cabeça de lista do R.P.R., que Klepsch não resistirá ao assalto do social-democrata holandês Piet Dankert e que ela, pelo contrário, se imporá sem dificuldade. Recusa obstinada dos gaullistas, motivada por espírito de vingança. Chirac, consultado  
332 por telefone, também a desengana. Simone decide, então, apesar de múltiplas solicitações, não se apresentar à terceira volta. Fiel, nesse campo, a uma regra intangível: nunca implorar. Abandona a

cadeira presidencial e os colegas aplaudem-na, de pé, cerca de cinco minutos. Simone verifica uma vez mais que a torpeza anda de mãos dadas com a política. Simone recorda-se disso, durante muito tempo. Com a aproximação das eleições europeias de 17 de julho de 1984, acredita que vai ter a desforra.

Os três cavaleiros do Apocalipse – Giscard, Chirac e Barre – são de novo motivo de conversas. Chirac, o mais unitário possível, exige uma lista única da direita; Barre hesita, melindrando, de passagem, o «jogo dos partidos» (mal não faz); Giscard sonha: seria um excelente cabeça da lista U.D.F. e lembraria aos Franceses que o talento, em campanha, nunca morre. Simone espreita as presas. Não as deixará escapar.

Uma lista de direita ou duas? Para não se enganar, Jean Lecanuet, presidente da U.D.F., encomenda uma sondagem à SOFRES. Duas listas totalizam 52%, uma apenas 48%. Encantado com estas indicações, previne Simone: como em 1977, ela conduzirá uma lista U.D.F. e, mais uma vez, ficará distante do inimigo R.P.R.. Lecanuet pensa que a vai deixar contente; a 12 de janeiro de 1984, ela por pouco não lhe desliga o telefone na cara. Exige ser cabeça de uma lista única da maioria. Senão, que não conte com ela! Abatido, Lecanuet sugere-lhe um encontro às 14 horas, num apartamento discreto do boulevard Saint-Michel, onde todo o Estado-maior da U.D.F. está a almoçar. Que ela vá lá explicar-se. Prevenido da chegada iminente da sua ex-ministra, Giscard pisga-se. Não tem vontade nem força de se bater contra ela. Está à espera de um grande desabafo.

333 A sua presença à cabeça de uma lista U.D.F.? «Não esperem reduzir-me ao clássico “sê bela e cala-te”. Não me calarei.» A estratégia da U.D.F. para mobilizar os Franceses? «Nenhuma.» A tática da U.D.F. para conter a fúria R.P.R.? «Nada.» Giscard? «Que pare de puxar os cordelinhos para eliminar, para afastar todos os que, pensa ele, lhe fazem sombra. A França muda, Giscard, esse, permanece o mesmo, insuportável.»

Jean Lecanuet tenta então interrompê-la: «Madame, não se trata assim quem nos fez.» Ela não replica ao Senador-Presidente da Câmara de Rouen, constatando sem surpresa que a política permanece, em França, de direito patriarcal. Fazer, desfazer: ninguém lhe pode impor o caminho a seguir, as decisões a tomar. É verdade que, pelo menos duas vezes, Giscard acelerou o seu destino: ao aceitar nomeá-la ministra e ao organizar a sua eleição para a presidência do Parlamento Europeu. Mas Simone, pelo menos duas vezes, marcou pontos decisivos para o cumprimento do mandato de Giscard: a lei sobre o aborto, claro, mas também, por ocasião das eleições legislativas de 1978, prometidas à esquerda, a captação crucial de um eleitorado centrista que se preparava para votar P.S. Ela deu então a sua contribuição para essa oferta ao Presidente: uma maioria miraculosa que ele perderá três anos depois. Na sua mente, estão quites, não lhe deve mais nada. Para lho dar a saber,

para conseguir que ele dê o braço a torcer, aproveitará um convite de... Jacques Chirac. Simone nunca desdenhou a provocação.

334 Terça-feira, 17 de janeiro de 1984, 9h55 na Câmara de Paris: capa preta de astracã, gola de vison, olhar triste, Simone Veil sobe com lentidão as largas escadas que vão dar ao vasto gabinete de Jacques Chirac, no segundo andar do edifício. “Parece a Callas”, murmura um centrista, quando ela passa<sup>1</sup>.» Deliciosa descrição. A porta do Presidente da Câmara de Paris fecha-se, a sessão do acerto de contas pode começar.

Jacques Chirac goza descaradamente com os giscardianos: «Não sou ecuménico, eu? Eu até aceito Simone Veil como cabeça de uma lista comum...»

Pierre Méhaignerie, presidente do C.D.S.: Apresentar uma lista U.D.F. contra Simone Veil? É impensável! Nós partilhamos as suas ideias a 90%. Os Franceses não perceberiam isso.» Pobre Giscard! Não esperava uma reviravolta destas. No entanto Méhaignerie tinha prometido lutar a favor das listas plurais, claramente contra Simone: «Devemos desconfiar dos centristas fracos», costuma proclamar Chirac. O «Ex» teria ficado muito inspirado ao ouvi-lo.

François Léotard, presidente do partido republicano, nessa época, no auge das suas relações com Giscard, vocifera: «Vou fazer um escândalo, mas que importa? Esta lista única é um erro triplo, tático, político e moral.» Será que se prepara para lançar uma lista dissidente contra Simone Veil? «Está fora de questão quebrar a união. Votarei em Mme Veil se assim o decidirmos. Mas já não suporto a submissão.» Esta tirada reforça a sua aversão a Léotard: «Ele não é fiável, afirma. Mente, faz tudo para não comparecer às reuniões importantes. Este rapaz esquiva-se.

335 Com a cumplicidade de Chirac – a estranheza, a amoralidade das reviravoltas de alianças em política! –, ela submeteu-os, é verdade; exigiu e conseguiu obediência, impôs a sua lei, levou-os, com a sua determinação obstinada, a conduzir «a» lista U.D.F.-R.P.R. «Salvei a U.D.F., afirma. Porque, desta vez, o R.P.R. ter-nos-ia esmagado.» «Um golpe magistralmente conduzido que fez em mil pedaços as posições centro-giscardianas», constata Catherine Pégard em *Le Point*. O instante parece-lhe delicioso, mesmo se a perspectiva de uma nova campanha eleitoral a aborrece. Todos esses homens, enfatuados, imbuídos do seu poder, inchados de certezas e que, por uma vez, cedem... Giscard, esse, amua. Anuncia que se retira, três semanas pelo menos, para Auvergne.

A política e os seus executantes não tardam a vingar-se dos maus tratamentos que Simone lhes inflige. Chirac, Giscard, Barre, Lecanuet, d'Ornano e tantos outros que escrevem nos seus jornais, por um salário, estão de acordo em dizê-lo: Robert Hersant, proprietário do *Figaro* e de outras publicações, deve aparecer em posição elegível na lista Veil. O homem, superiormente inteligente,

---

1 Dominique de Montvalon, *L'Express*, 20 de janeiro de 1984.

consegue seduzir. Ninguém, à direita, se atreve a negligenciá-lo, denegri-lo. Nunca, durante a V República, nenhum homem de imprensa foi a este ponto poderoso, influente, capaz de destruir ou de lançar uma carreira. Jovem militante da revolução nacional, pétainista fiel, signatário de alguns artigos de conotação antisemita no jornal do grupo *Jeune Front*, exaltando a colaboração, foi mais ou menos branqueado no momento da Libertação. Teria «ajudado» a Resistência. Aliás regressa à política no seio de um pequeno partido de esquerda solidamente anti-comunista, a U.D.S.R. O seu líder? François Mitterrand, também ele vichysta convicto. *Ils se ressemblent, ils s'assemblent*<sup>1</sup>. Os dois juntos, Hersant e Mitterrand representam tudo o que Simone despreza: a ambição desmedida, para lá de qualquer ética.

336 No verão de 1977, dois anos depois de Robert Hersant ter adquirido *Le Figaro* graças ao apoio conjugado de Valéry Giscard d'Estaing e de Jacques Chirac, Raymond Aron deixa o grande jornal diário da burguesia distinta. Robert Hersant informou-o de que pretende assegurar pessoalmente a direção política do jornal. Eis o que Aron diz do homenzinho nas suas *Mémoires*: «Robert Hersant veio visitar-me. Foi evidentemente evasivo sobre a sua atividade durante a guerra. Deu-me a entender que tinha muito a dizer sobre este assunto e que mo diria um dia (não o fez). Michel Poniatowski autorizou-me a ler uma nota que resumia a documentação do Ministério do Interior sobre Robert Hersant. As informações sobre os anos de guerra não me ensinaram muito. De resto, ele ainda não tinha vinte anos na altura da declaração da guerra, os seus erros de juventude não o condenavam para sempre.» Fiel discípulo de Aron, Simone leu e releu essa passagem num livro publicado em 1983. Mas ignora esta observação de Suzanne, a viúva do filósofo: «Considerávamo-lo um gangster. E ainda por cima misterioso. Terá a sua atividade durante a Ocupação influenciado o nosso julgamento? Sem dúvida, sem dúvida<sup>2</sup>...» Esse homem, Robert Hersant, «quer» um lugar em Estrasburgo; conseguiu-lo, evidentemente. Que Simone proteste, que ameace bater com a porta, não terá importância: Hersant é suficientemente importante para que as suas atividades durante a ocupação sejam camufladas. Azar para Simone e as suas recordações, os senhores da política exigem que esta se fique pelo «interesse superior».

Lá está ele, Robert Hersant, no centro da sua lista, em posição elegível, a vigésima terceira. «A minha cruz», confia ela aos seus íntimos. Não sabe como se desembaraçar dele.

337 «*Madame*, interroga-a um estudante num estúdio de televisão, como consegue suportar a presença de Hersant na sua lista?» Lê algumas passagens esmagadoras de um artigo publicado em *Le Canard enchaîné* onde são explicadas em pormenor as atividades de Robert Hersant entre 1940 e

---

1 Referência a um provérbio francês : *Qui se ressemble s'assemble*. [Os que se assemelham emparelham-se]. (N.T.)

2 Maurice Szafran, *Les Juifs dans la politique française*, Flammarion, 1990.

1945. A resposta dela é pronta: «Não devemos confundir colaboracionista e nazi.» Claro...De um ponto de vista histórico, a sua resposta é bastante pertinente. Simone não deixa de confirmar que o primeiro qualificativo – colaboracionista – pode ser aplicado ao seu colega de lista. «Alguém» se encarrega de a informar que este género de observação é pouco oportuno. Então, sabendo-se em má posição, ela cede a um dos seus defeitos, a agressividade.

Mal o debate televisivo com Lionel Jospin, cabeça de lista dos socialistas, começa, ela afunda-se mais uma vez, abordando, sem que ninguém lho sugira, o caso Hersant. «François Mitterrand não se tinha sentido incomodado antes por pertencer ao mesmo partido que Robert Hersant.» Jospin fica calado. «Não tinha sequer a intenção de lhe falar de Hersant», afirma. Na verdade, ela sente-se infeliz por não se ter rebelado contra os poderosos. E se lhes tivesse imposto uma alternativa clara: «ele ou eu?» Quem teriam escolhido?

A 12 de junho de 1984, durante um comício em Toulouse, ela critica sem rodeios o... chefe do partido socialista. «Há no círculo de Mitterrand homens que fizeram coisas mais graves do que Hersant.» Visa o professor Maurice Duverger. Num primeiro momento, o Eliseu fica em pânico. Com efeito, o Presidente da República teme que, deste modo, ela revele os laços que o unem a Bousquet... o seu amigo Bousquet. Trata-se «apenas» de Duverger. Em 1941, o eminente jurista manifestava interesse, na *Revue du droit public*, pelo estatuto dos Judeus: «A razão de ser da incapacidade dos  
338 Judeus [franceses] em aceder às funções públicas é a mesma da incapacidade que têm os naturalizados: a proteção do interesse dos serviços públicos.» Observação perturbadora, no mínimo. Ela retoma, vingativa: «Quando Hersant se encontrava na Federação da esquerda democrata e socialista com Mitterrand, achava-se completamente normal que Mitterrand estivesse ligado a um antisemita. Ninguém reparou nisso, ninguém lho censurou.» Aonde quer ela chegar? Em que é que a simpatia, muitas vezes manifestada, de François Mitterrand para com Robert Hersant desculpa a presença deste último numa lista Veil? O seu raciocínio segue meandros tais que o seu mal-estar se torna mais perceptível: «Toda a gente consegue aceitar, neste país, que se seja antisemita, exceto os Judeus que, esses, devem tomar uma atitude à parte [combater Hersant]. Uma vez mais querem pôr os Judeus à margem da nação, como se quisessem afastar-nos da comunidade nacional. É ignóbil. Mais uma vez, pedem aos Judeus uma atitude de rancor que não pedem aos outros.» Curiosa dialética que se resume numa fórmula: não me exijam que seja mais moral que os outros. Ora, desde 1974, a partir do instante em que Simone apareceu, os Franceses redescobriram que moral e política não são irremediavelmente antagonistas. Simone, exigem-na mais «moral» que os outros. Aliás, ela sente orgulho, e com razão, desta particularidade. Ora, impossível conjugar esta exigência com o acolhimento feito a Robert Hersant. Ela sabe-o. Com Robert Hersant no seu lastro, afunda-se. Neste

contexto, Antoine decide intervir, pela primeira vez em dez anos, o que mostra bem a delicadeza do assunto: «Ela assume Robert Hersant como Mendès France o assumia em 1956 e Mitterrand em 1967, 339 aparentemente sem dificuldade. Na manobra política da qual ela é hoje o alvo, há perversidade, mesmo se alguns pensam que é uma guerra justa. Será que temos o direito de exigir mais dela no plano moral do que exigimos de Mendès ou de Mitterrand? A política e a moral não devem andar de costas viradas. Não foi Simone que escolheu Robert Hersant, mas ela só podia recusá-lo se tivesse havido um contencioso judicial relativo ao seu comportamento em 1940.»

No Domingo, 17 de junho de 1984, a lista Veil obtém 43%. Robert Hersant é eleito. «Tive de o aceitar, teve de ser», suspira ela a Dominique de Montvalon de *L'Express*.

Nos anos e nas eleições que se seguirão, nunca mais a U.D.F. e o R.P.R. coligados conseguirão uma tal proeza. A maioria absoluta: 41 dos 82 lugares entregues à França. «Chirac, recorda ela, não deu sinal de vida depois destes resultados. Nem um telefonema, nem uma palavra, nada.» Simone tem a memória longa, «o rancor tenaz» acrescentam os seus detratores.

Nesse Domingo, 17 de junho de 1984, Jean-Marie Le Pen e o Front National chegam aos 11%. «Um progresso», comentam os politólogos. Na realidade, um triunfo. Convidado pela primeira vez, em «*L'heure de la vérité*» de Antenne 2, por ocasião desta campanha europeia, o chefe da extrema-direita provocou Simone Veil. Citação literal<sup>1</sup>: «Considero os Judeus cidadãos como os outros, mas não cidadãos superiormente protegidos. Eles não o são mais do que o são os Bretões ou outros e acabaríamos por acreditar que é assim mesmo, que haveria de algum modo duas categorias de Franceses dos quais alguns seriam legalmente mais protegidos que os outros. Alguns também o pensam em relação aos estrangeiros. Eu faço parte dos que pensam que, no nosso país, se deve haver 340 uma proteção superior, deve ser em relação aos Franceses. Se o antissemitismo consiste em perseguir os Judeus por causa da religião ou da raça, de certeza que não sou antissemita. Por outro lado, também não me considero obrigado a gostar da lei Veil, a admirar a pintura de Chagall ou a aprovar a política de Mendès France.» Ela achou por bem não lhe responder, nunca pronunciar o seu nome no decorrer da campanha. Terá feito mal? Os resultados podem dar a entender que sim.

Ao pedir uma mesa no restaurante *Chez Edgard*, pouco tempo depois desta tirada, Jean-Marie Le Pen é expulso. «O senhor não gosta da lei Veil, não admira a pintura de Chagall, não aprova a política de Mendès France, então vai detestar a cozinha de Benmussa», diz-lhe o dono do local, o amigo Paul Benmussa.

Le Pen e os «seus» 11%. Porque não a tinham eles ouvido, os «grandes», quando o drama se

---

<sup>1</sup> No original: *Citation littérale, fautes de français incluses* (erros de francês incluídos). O autor pretende salientar a relação entre o “mau” francês de Jean-Marie Le Pen e o seu posicionamento político – nacionalista e xenófobo. (N.T.)

preparou em Dreux? Então ela estava tão isolada, tão desacreditada, Simone, difamada, injuriada quando, menos de um ano antes, se tinha oposto à constituição de uma lista U.D.F.-R.P.R.-F.N., na circunscrição de Eure-et-Loire, no decorrer de uma eleição municipal parcial. Tinha desafiado os poderosos, tinha-se erguido contra os pesos pesados. Esforço perdido. Não tinha servido para nada. Ela não tinha servido para nada.

## 20

### A engrenagem

341       Tafik Ouannès, dez anos, morava na *Cité des 4 000* em La Courneuve. Tafik foi abatido com uma bala na cabeça, a 9 de julho de 1983, ao cair da noite. Esta última precisão é importante: como muçulmana, a família de Tafik respeita o ramadão, assim como a maior parte dos habitantes da *cité*. Faltavam dois dias para o fim do jejum mas um vizinho, funcionário da R.A.T.P., bem visto pelos seus superiores, bom pai de família (cinco filhos) e excelente marido, não aguentava mais. Excesso de barulho ao pôr do sol, quando Tafik e os seus podem finalmente comer. Excesso de risos, de música, de calor. Então, disparou e a criança morreu. Comentando o drama, Jacques Chirac aborda com ligeireza a «necessidade de reabilitar os bairros com problemas»; denuncia o «mal» responsável pelo drama que custou a vida a Taffik: a imigração clandestina! «A França é uma boa mãe, explica o presidente do R.P.R., mas já não tem os meios de manter uma multidão de estrangeiros que abusam da sua hospitalidade. Em Paris, por exemplo, o limiar de tolerância foi ultrapassado.»

342       Simone lamenta a «gafe» de Chirac. A utilização dessa expressão inquietante, «limiar de tolerância», «uma derrapagem, afirma. Ele não é racista. Deixou-se levar pelas palavras, pela atmosfera de uma reunião». Chirac, na realidade, foi contaminado, e ela apercebe-se. Aliás toda a direita republicana está contaminada e o assassinato de Tafik recorda-lho cruelmente. O lepenismo e a sua ideologia provocam estragos entre os seus amigos políticos. Alguns meses antes, contudo, Chirac tinha rejeitado com desdém as ofertas de aliança feitas por Jean-Marie Le Pen, na altura das eleições municipais. Mas a leitura das sondagens deixa o Presidente da Câmara de Paris cada dia mais perplexo: o eleitorado de direita radicaliza-se e as teses racistas sobre segurança do Front National atraem um número crescente de Franceses. Simone tenta então preveni-lo: «É verdade que não podemos aceitar todos os imigrantes e que temos de nos debruçar urgentemente sobre esta questão. Mas não se pode dizer que a França aceita toda a gente, não está correto, o governo tornou-se extremamente severo e há situações dramáticas entre os imigrantes.» Numa França virada para dentro,

num país onde a opinião acusa sem discernimento os poderes públicos de laxismo, numa sociedade de novo atormentada pela neurose do bode expiatório, a tirada de Simone Veil provoca algumas raras aprovações – a maior parte à esquerda – e, na melhor das hipóteses, uma indiferença glacial no seu próprio campo. Este isolamento político não a irrita... inquieta-a. A batalha de Dreux confirmará, dois meses mais tarde, a pertinência dos seus pressentimentos.

De que se trata? De uma eleição municipal parcial devido a irregularidades durante o escrutínio precedente. Na primeira volta, o candidato R.P.R.-U.D.F., Jean Hiaux, recebe 42,67% dos votos; o presidente socialista cessante, Marcel Piquet, 40,63%; e o secretário-geral do Front National, Jean-  
343 Pierre Stirbois, 16,72%. Depois de uma breve negociação, as listas de direita e de extrema-direita unem-se, tendo o F.N. conseguido 3 lugares elegíveis. O acontecimento é notável: pela primeira vez desde a Libertação, uma aliança é oficialmente selada entre direita e extrema-direita. Os dirigentes nacionais da U.D.F. e do R.P.R., pouco à vontade, aprovam com desdém, mas, mesmo assim, aprovam. «O perigo fascista em França não vem da direita, afirma Michel Poniatowski. Vem da esquerda que tem essa vocação. É preciso votar contra os fascistas de esquerda!» Votar, sem hesitar em aliar-se a Jean-Pierre Stirbois, arauto da ala *solidarista*, a mais radical do Front National!

Votar, isto é aceitar que as ideias do Front National entrem mais fundo na direita republicana. «Toda a gente muda de linguagem, assinala Simone, e nós já nem sequer nos apercebemos. Ideias, expressões, uma forma de linguagem, todas insuportáveis, popularizam-se.» Votar, sem manifestar a mínima perturbação ética, uma vez que Dreux, enfim..., é um caso particular, há 22% de imigrantes na cidade... «Uma coisa é aceitar os votos da extrema-direita, insiste Jean-Marie Colombani em *Le Monde*. O próprio Mitterand tinha dado o exemplo ao aceitar os de Tixier-Vignancourt na campanha presidencial de 1965; outra coisa é concluir uma aliança política com ela. Em suma, terá a direita posto o dedo na engrenagem, em Dreux<sup>1</sup>?» Para alguns dos seus mais respeitáveis líderes, não há qualquer dúvida sobre isso. O secretário-geral do P.R. François Léotard, que tem uma grande preocupação em denunciar o racismo, «esse monstro a abater», justifica o acordo com o problema da  
344 imigração, uma «verdadeira questão», e apressa-se a tomar a defesa de... Stirbois: «Apresentem-me a lista efetiva das afirmações racistas de que o acusam. Não lhe estão a fazer um processo de intenção, ao amalgamar, a seu respeito, imigração e racismo<sup>2</sup>?» Simone nunca perdoará ao ex-ministro da Defesa a «ligeireza» das suas afirmações, a sua ausência de reflexão, esse engodo do proveito eleitoral. Bernard Pons, secretário-geral do R.P.R., concorda inteiramente com ele: «Apoio a lista R.P.R.-U.D.F.-F.N. A irrupção do tema da imigração deve-se à crise económica na qual nos afundamos e à negligência dos poderes públicos.»

---

1 Jean-Marie Colombani, *Le Monde*, 6 de setembro de 1983.

2 Fabien Roland-Levy, *Libération*, 6 de setembro de 1983.



Jacques Chirac, esse, engana-se nas previsões: «Atualmente é muito mais perigoso apoiar uma coligação que contém comunistas do que apoiar uma coligação que contém, ao nível dos conselhos municipais de pouca importância, membros do Front National, o que tem relativamente pouca importância».

Tem o apoio de Jean-Claude Gaudin, presidente dos deputados U.D.F.: «Em Dreux, não nos enganemos no combate. É preciso derrotar o adversário socialista e comunista.» Jean Lecanuet, presidente da U.D.F., não fica atrás: «Este tipo de aliança deve permanecer uma exceção. Mas desejo o fracasso da esquerda, em Dreux. Por isso é necessário apoiar a lista da oposição.» E Jean-Pierre Soisson, deputado e Presidente da Câmara U.D.F. de Auxerre, giscardiano histórico, conclui: «Este acordo deve ser considerado antes de mais como uma desaprovação da política do governo. Se eu fosse eleitor em Dreux, votaria para que a oposição ganhasse. Mas sou hostil, evidentemente, a  
345 qualquer política extremista...»

Membro da U.D.F., Simone constata com despeito que os barões da Confederação caucionam a fusão de Dreux. O silêncio pesado de Giscard não a espanta. Dessa personagem ambígua, ela já não espera nada. Ao contrário, distingue, nessa coorte de cobardias, a coragem de Pierre Méhaignerie. «Nunca apoiaremos sentimentos, ações ou reações xenófobas, contrárias aos princípios humanistas que guiam a nossa ação», afirma o presidente do C.D.S. Mas o seu impacto é insuficiente e Simone já não tem escolha: cabe-lhe a ela agir, tomar a palavra, denunciar a traição dos princípios que regem a democracia francesa.

Convidada em *«L'heure de vérité»*, interrogada por Alain Duhamel, di-lo, com palavras simples: «Não teria feito aliança com o Front National e, se fosse eleitora em Dreux, abster-me-ia. O que é preciso, é procurar apaziguar, e não ampliar as tensões, nomeadamente através do diálogo e da concertação.» Abstenção: a palavra acerta em cheio e provoca perturbação no seio da direita. Sentem-se picados, os Lecanuet, Pons, Léotard ou Gaudin. Apressam-se então a dar-lhe a réplica, acusando-a, como de costume, de «não compreender nada» da estratégia eleitoral, de confundir «o essencial com o acessório».

Simone compreendeu bastante bem. O essencial? Vencer a esquerda. O acessório? O respeito pela moral... No meio desta cacofonia, apenas a resposta de Raymond Barre a deixa sem palavras. Uma obra-prima de lugares comuns: «Não faço parte daqueles que se abstêm. É preciso saber assumir as suas responsabilidades e escolher entre os inconvenientes. A abstenção é o contrário do dever  
346 cívico.» Sem dúvida... Mas será que o ex-Primeiro-Ministro desaprova a união direita-extrema direita? Faz os possíveis por não dizer nada. Em quem votaria? Silêncio... Seguindo os passos de Simone, Michel Rocard, então ministro do Planeamento, lança por sua vez um apelo à

«responsabilidade republicana»: «A situação em Dreux é mesmo uma questão de democracia, isto é, tem a ver com a nossa maneira de viver. É saudável para o nosso país que se tenham encontrado responsáveis da oposição, nomeadamente Mme Veil, suficientemente lúcidos e corajosos para rejeitar os cálculos e as combinações medíocres.» Em seguida, é a vez de Guy Bedos, Gérard Depardieu, Yves Montand, Annie Girardot e Claude Chabrol pedirem aos eleitores «para manifestarem a sua recusa de uma lista onde figuram extremistas que desrespeitam a liberdade e a dignidade humanas.» Também eles saúdam a «coragem exemplar» de Simone. «Os democratas e os verdadeiros republicanos devem aproximar-se, trabalhar juntos e travar a deriva para a extrema-direita». Insiste ela. Ousa, indo contra o seu campo. Os seus amigos políticos acusam-na, com veemência, de ser instrumentalizada pela *intelligentsia* de esquerda; ela não se importa. Mas com que resultado?

Domingo, 11 de setembro. Em Dreux, a lista R.P.R.-U.D.F.-Front National vence com larga margem: 55, 53%. Jean-Pierre Stirbois, terceiro adjunto do Presidente da Câmara, é encarregado da proteção civil. Para Simone, este resultado é uma derrota pessoal.

347 Menos de três semanas depois da «catástrofe» de Dreux, ela parte ao ataque. Reunidos em Divonne, os parlamentares U.D.F. só têm um desejo: esquecer. «Estamos aqui para falar de coisas sérias, explica imediatamente Jean-Claude Gaudin, não para aprofundar as nossas divisões provocadas por esta aliança com o Front National.» Simone não está disposta a ficar-se por aí. «Dreux não é um caso menor, diz-lhes. Dreux marca uma mudança estratégica considerável. Recuso essa mudança. Nenhum de vós tinha alguma vez pensado em associar ao governo ministros vindos de um partido de extrema-direita. Dreux significa portanto as primícias de uma viragem política. Valia mais perder em Dreux do que decidir-se por esta aliança. Prestei-vos um serviço porque falei em nome da moral.» Jacques Chirac e Raymond Barre, ambos postulantes à sucessão de François Mitterrand em 1988, não vão demorar muito a concordar com ela.

Os agentes das sondagens, Jérôme Jaffré da SOFRES à cabeça, não deixam de lhes fazer ver, com a ajuda das estatísticas, que seduzir os simpatizantes do Front National – sem a certeza de o conseguir – leva de forma automática à fuga para a esquerda do eleitorado centrista. Um mau negócio. «A aliança com o Front National é contra-natura, admite o Presidente da Câmara de Paris. Se o problema se apresentar em outras câmaras, para além de Dreux, está fora de questão assinar um acordo.

Raymond Barre denuncia pela primeira vez a influência crescente de teses lepenistas no seio da oposição: «De que serve condenar os homens se fizermos eco de algumas das suas concepções? Não devemos ficar espantados se, ao semearmos ventos, colhermos tempestades». Mas não será já tarde demais? O efeito Dreux varreu o campo político e, de uma eleição para outra – cantonal, municipal,

européia ou presidencial – Jean-Marie Le Pen e o seu partido progridem. Resultados cada vez mais impressionantes, até ultrapassarem 20% nos *départements* e nas cidades do Sul.

348 Simone saúda a coragem reencontrada de Chirac, aprecia a pedagogia anti-lepenista de Barre. Mas isso não chega para reprimir a vaga. Então, ela fala, repisa, incessantemente, apelando à coragem e à vigilância: «A recusa de qualquer acordo eleitoral é um primeiro passo. Mas não podemos ficar por aí. É preciso também conduzir um combate de ideias contra a extrema-direita. Dizer que a França do isolamento, do egoísmo, do racismo e do ódio não é a nossa França. É preciso denunciar, [...] quando Le Pen diz disparates sobre os imigrantes.»

Ela ama-a demasiado, a França, para se calar.

A França de Tafik Ouannès, abatido numa noite de ramadão na *Cité des 4000*.

A França de André Jacob, seu pai; a França que dava uma oportunidade a todos os filhos da República.

Será que ainda existe, essa França sonhada por Simone?

## 21

### As mentiras da abertura

349 Os moralizadores sempre a exasperaram. E, oh Céus, como os socialistas dão lições de probidade durante a presidência de François Mitterrand! Simone não resiste ao prazer de os pôr no lugar, de os tornar mais humildes: «Não diria que vivemos num regime policial, mas num regime no qual, cada vez mais, tentam fazer-nos adotar o ponto de vista da ideologia dominante, aliás num plano mais cultural que político. Pouco a pouco, gostariam que eu tivesse os gostos dos que estão no poder, que eu visse o cinema que o poder aprecia. Há uma tendência para querer decidir pelos Franceses sobre o que está bem ou mal, sobre o que é belo ou feio. Esta pretensão de monopólio é insuportável. Por pouco não nos dizem que, doravante, vamos fazer amor de forma diferente<sup>1</sup>.» Em *Le Quotidien de Paris*, Paul Guilbert saúda esse «notável processo» intentado contra as incríveis pretensões» dos socialistas: «Simone Veil não é uma intelectual de profissão; ela não teoriza. Ela tem somente reações

350 de liberdade acertadas que a levam a esta análise de uma perfeita lucidez.» Uma vez que o Presidente da República não a suporta, Simone tem, por essa razão, menos escrúpulos. Não que conteste o seu talento político; mas Mitterrand, o fanfarrão veemente do «dinheiro fácil», personifica, segundo ela, a manha e o cinismo em política, a mentira erigida em modo de funcionamento, e a incapacidade

---

<sup>1</sup> Declaração no «Club de la presse» de Europe 1, 9 de Outubro de 1982.

crónica da sinceridade. Ele é a síntese perfeita de tudo o que lhe repugna num homem de Estado! Ela recorda a Olivier Todd, então jornalista no *Nouvel Observateur*, o que se dizia entre os democratas-cristãos a respeito de Mitterrand: «Depois de lhe apertar a mão, é indispensável contar os dedos.»

Pagando justamente (?) na mesma moeda, o Chefe de Estado também desconfia de Mme Veil. «O Presidente, assinala René Thomas, ex-P.D.G. do B.N.P., próximo de François Mitterrand e dos Veil, não suporta os democratas cristãos. Aos seus olhos, Simone Veil encarna essa democracia cristã que ele considera inútil, prejudicial. Simone não tem poder sobre um partido político, não constituiu à sua volta um clã unido. Ora, Mitterrand só tem atenções para com os partidos e os clãs.» Aqueles dois não se apreciam.

No entanto, François Mitterrand e Simone Veil partilham alguns amigos próximos: Philippe Boucher, o ex-jornalista de *Le Monde* que passou a ser conselheiro de Estado, ou ainda Laurence Soudet, encarregada no Eliseu dos «assuntos pessoais» do Chefe de Estado. «Eles tentaram compor as minhas relações com Mitterrand», reconhece. Mas é sobretudo o indispensável e influente André Rousselet, diretor de gabinete no Eliseu, depois P.D.G. do Canal Plus, que conduz, em nome do Presidente, as tentativas de sedução política. «Não acreditava muito, confia. Porém, continuo persuadido de que, num universo liberal, não se pode ser mais à esquerda que Simone. Na verdade, ela tem reflexos de esquerda num ambiente de direita. Simplesmente, em relação a Mitterrand, ela não sente respeito humano.» Todavia, ao aproximar-se a primeira coabitação, em 1986, o Presidente pensa em Simone Veil para ocupar o Palais Matignon. Será a sério? Ou será um caminho tortuoso para inquietar os anciãos da direita, no momento em que o conjunto das sondagens atesta que a U.D.F. e o R.P.R. obterão a maioria absoluta nas eleições legislativas de março de 1986? François Mitterrand, reconhece-o hoje, hesitou: «Havia em primeiro lugar a hipótese fácil: alguém que proporcionasse uma coabitação agradável, *cool*. Existia também a hipótese difícil, que correspondesse à realidade política: Chirac<sup>1</sup>.» «*Cool*», Simone...? O epíteto assenta mal.

Seja como for, André Rousselet inicia a sua embaixada junto dela. As suas casas de férias respetivas em Beauvallon, na Côte d'Azur, distam apenas de alguns metros. «Expliquei-lhe, conta ela, que uma coabitação fácil deveria ser construída em redor da ala menos à direita da maioria, a que não desmaia perante cada pormenor do programa ultraliberal preparado por Léotard, Longuet e Madelin, com a bênção de Chirac.» Rousselet transmite fielmente a mensagem a Mitterrand, enquanto Simone tenta persuadir os amigos da U.D.F. de que a designação do Presidente da Câmara de Paris já não é inevitável. «Não compreendo, diz-lhes, porque baixam os braços e lhe deixam o caminho livre. Chirac e eu somos amigos. Mas a amizade e a política são duas coisas diferentes.» Observam-na com

---

1 Pierre Favier e Michel Martin-Roland, *La Décennie Mitterrand*, t. II, *Les Épreuves*, Éd. du Seuil, 1991.

352 incredulidade. Teria ela também sido atingida pelo síndrome de Matignon?

Guiado por Édouard Balladur, Jacques Chirac considera seriamente a hipótese Veil. Trata de afastar imediatamente tudo o que poderia entravar o seu avanço. «Telefonou-me para Estrasburgo, conta ela, sem procurar, por um segundo, dissimular o jogo. Depois de me ter anunciado a conclusão de um pacto com Léotard, a neutralização de Chaban (“Prometi-lhe a Assembleia Nacional”), Chirac pediu-me para “não aceitar nada”. E, antes de desligar, prometeu-me tudo o que eu quisesse.» Confissão de François Léotard: «Eu e Chirac tínhamos partilhado os papéis. O meu partido, o P.R. devia opor-se à opção Chaban. Por outro lado, Chirac e o R.P.R. estavam encarregados de fazer frente a Simone Veil e, por acréscimo, a Giscard<sup>1</sup>.» A solução Veil vingou. «Eles» não se deixarão manipular, em caso algum. Aliás, terá François Mitterrand alguma vez falado a sério, quando exigiu ao fiel Rousselet que sondasse Simone? Não terá seguido o exemplo do seu predecessor Valéry Giscard d'Estaing que, pouco antes das legislativas de 1978, repetia, incansavelmente, que «Mme Veil ia suceder a Barre»? André Rousselet evoca hoje uma «hipótese de salão». E o testemunho de Jean Glavany, na época chefe de gabinete no Eliseu, deixa poucas dúvidas: «O Presidente estava persuadido de que, como Rocard, Simone Veil agradava muito, mas a pessoas que não eram da sua fação<sup>2</sup>.»

Dois dias antes das eleições legislativas de 16 de março de 1986, o Presidente informa que  
353 continua a ter apenas «o embaraço da escolha». Está a fazer *bluff*. Na realidade, François Mitterrand foi posto perante o facto consumado: a U.D.F. seguiu atrás de Chirac. É então obrigado a tomar uma decisão e, como temível combatente político, faz de conta que se acomoda. «O mais duro de todos é Chirac. É com o mais duro que devemos ficar. Para o aniquilar, desgastando-o no poder<sup>3</sup>.» Conseguirá o seu objetivo; o «seu» Primeiro-Ministro sairá enfraquecido de Matignon.

«Tudo o que a senhora quiser», tinha-lhe jurado Chirac. E imediatamente esquece a promessa. Sete anos mais tarde, Jacques Chirac confessa o erro, não lhe custa nada: «Em 1986, devia ter ficado com Simone. Ela teria sido útil ao governo.»

Mas será que se pode pegar em Simone Veil e largá-la, tão facilmente? Chirac do ponto de vista de Simone? «Um homem espantoso nas relações humanas»; mas um Primeiro-Ministro que não tem «nenhum sentido de política estrangeira»... O «seu» candidato para a eleição presidencial de 1988? «Raymond Barre, por causa da sua conceção muito tolerante do poder», ao passo que o presidente do R.P.R. e o seu movimento são «monopolistas». Ele negligenciou-a; ela não o perde de vista, é a regra em política. Simone acabou por aprender a lição.

---

1 Pierre Favier e Michel Martin-Roland, *op. Cit.*

2 Id., *ibid.*

3 *Le Monde*, 23 de maio de 1987.

A 8 de maio de 1988, François Mitterrand é eleito, pela segunda vez, Presidente da República. Na noite dessa esmagadora vitória sobre Jacques Chirac – 54% contra 46% – Simone Veil evoca nos estúdios de televisão uma possível aliança do centro com a esquerda: «Não existe um obstáculo de princípio em governar com os socialistas. Isso significa uma coligação de formações políticas que se põem de acordo sobre um programa de governo.» De que centro fala ela?

«Um verdadeiro centro que se assuma e seja aceite, indica. No esquema atual – a canga do R.P.R.-U.D.F. –, todos os que exprimem uma sensibilidade são recusados pela direita do seu partido. São apontados a dedo. É preciso construir esse centro com todos os que, a partir de agora, se sintam pouco à vontade a respeito de posições que considerem demasiado à direita.» Está a pensar em Bernard Stasi e Jacques Barrot do C.D.S., mas também nos gaullistas Alain Carignon, Michel Noir ou Michel Barnier. E porque não haveria Bernard Kouchner, por sua vez, de se juntar a eles? Mas para trabalhar com que esquerda? «Não gosto do socialismo francês, grita ela. É tão *marxizante*. Os nossos socialistas estão desamparados ideológica e intelectualmente, sem estratégia de recurso. É o vazio absoluto.» Algo que não é nada encorajador no preciso momento em que François Mitterrand se decidiu a nomear Michel Rocard como Primeiro-Ministro. A hora é de «abertura». «Abertura, interroga-se o novo chefe do governo. Não compreendo este vocabulário de serralharia<sup>1</sup>.» No entanto, o secretário-geral do Eliseu, Jean-Louis Bianco, já a contactou, entre as duas voltas da presidencial. Isso, Rocard não sabe.

Já há alguns anos que Simone trabalha nesta abertura, eterna miragem da política francesa. Em 1983, Antoine Veil criou o Club Vauban, onde se reúnem, uma vez por mês, «os moderados de direita e de esquerda, mais próximos entre eles do que dos extremistas de cada campo». Antoine preside, Simone participa; «Vauban, é a menina dos seus olhos», recorda ela. O clube torna-se um dos locais estratégicos onde se preparam as trocas direita-esquerda. A lista dos membros «admitidos» é prestigiosa: Bernard Stasi e Martine Aubry, Alain Carignon e Dominique Strauss-Kahn, Jean Peyrelevade e Jean-Pierre Fourcade, Bernard Kouchner e muitos outros... Os intervenientes «exteriores» também são bastante interessantes: Philippe Séguin, Raymond Barre, Nicolas Sarkozy e, numa única reunião, Michel Rocard. Aliás, o líder da «segunda esquerda» exprimiu o desejo de que o seu braço direito Jean-Paul Huchon integrasse Vauban. Isso não levanta nenhuma dificuldade: aqui, Rocard e os rocardianos estão «em casa». Vauban, o local da abertura por excelência. Pelo menos por duas vezes, o Primeiro-Ministro propõe a Simone Veil entrar para o governo. Antoine lembra-se de um encontro, alguns dias depois da chegada de Rocard a Matignon, no apartamento da place Vauban. Simone fala da formação de uma coligação, da constituição de uma verdadeira maioria parlamentar,

---

<sup>1</sup> Jean-Paul Huchon, *Jours tranquilles à Matignon*, Grasset, 1993.

de uma mudança do modo de escrutínio, e logo, do regresso a uma «forma» de escrutínio proporcional, a possibilidade de pertencer a esta nova maioria sem ser por isso forçado à fidelidade ao Presidente. Ela explica-lhe sem rodeios que está disposta «a ir muito longe» num «pacto de governo». Rocard responde, oferecendo-lhe... o Ministério da Justiça...

356 Nesse dia, ela acha o Primeiro-Ministro comovente, apoiado nesse rigor protestante que sempre lhe agradou. Comovente, porque lhe explicava sem descanso que «governar atualmente supõe a procura sistemática do diálogo e do compromisso, a renúncia ao sectarismo e ao espírito de vingança». Ora, que outra coisa defende ela, em política? Comovente, portanto, mas não à altura, porque está ligado à conceção mitterrandista da abertura, ou seja, o afastamento mesquinho do pessoal centrista. «Quanto ao escrutínio proporcional, *Madame*, não há qualquer hipótese. Demiti-me do governo por causa do restabelecimento da contagem proporcional em 1983.» Lúcido, André Rosselet explica: «Mitterrand e Rocard quiseram fazer de Simone uma refém. Que erro! Confundi-la com um Soisson ou um Durafour. Fui dizê-lo ao Presidente: ela só virá se for bem apoiada. Mitterrand fingiu não compreender.» «Quanto aos centristas, o Chefe de Estado quer-os, mas “um a um e desprotegidos”», assegura um rocardiano despeitado com a conversão mitterrandista de «Michel».

357 Rocard pede-lhe então que se encontrem uma segunda vez. O encontro tem lugar num anexo discreto de Matignon, na rue de Babylone. Simone insiste: «O interesse do nosso país impõe que ultrapassemos os dogmas e os esquemas tornados arcaicos. Se o senhor renunciar a dissolver a Assembleia Nacional, os centristas ganharão confiança e juntar-se-ão a si, em bloco.» Dá-lhe a entender que Raymond Barre, Jacques-Chaban Delmas e Jean François-Poncet, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Giscard, partilham a sua opinião, que falou com eles. Com uma frase, Rocard põe fim à conversa: o Presidente vai dissolver a Assembleia Nacional nas próximas horas, e nada nem ninguém o fará mudar de opinião. Tanto um como outro compreendem que Mitterrand, mais uma vez, encosta os centristas à direita. «É verdade que Michel Rocard foi consultado sobre esta dissolução, revela o seu diretor de gabinete, Jean-Paul Huchon, mas já estava tudo decidido. Ninguém queria correr o risco de enfrentar uma situação parlamentar instável, difícil de controlar. Preferiram confiar nas boas velhas receitas, a eleição legislativa na sequência da eleição presidencial. Para que fosse de outro modo, teria sido preciso esperar pelos centristas, compreendê-los e acompanhá-los num caminho escarpado. Vi o sonho da recomposição política desfazer-se em algumas horas<sup>1</sup>!»

«A armadilha é grosseira, diz ela a Rocard. Não estavam mesmo à espera de me recuperar deste modo...

« – Sabe, responde-lhe ele, não se pode fazer nada neste país quando não se é Presidente da

---

1 Jean-Paul Huchon, *op.cit.*

República...»

Menos de um ano mais tarde, na primavera de 1989, Simone apoia os doze «jovens» renovadores – Séguin, Pinte, Villiers, Fillon, d'Aubert, Bosson, Baudis, Noir, Barnier, Bayrou, Carignon e Millon –, os «doze malandros» que pretendem fazer explodir as estruturas partidárias e arcaicas da direita. A avozinha da renovação é ela. Os doze malandros depressa voltam para o redil; ela não.

À cabeça de uma lista centrista para as eleições europeias de 18 de junho de 1989, «só» consegue 8,4% dos votos. Um resultado honroso, mas François Bayrou, o seu diretor de campanha, tinha prometido... 18%... Estranho período, de resto, em que alguns barões do C.D.S. – entre eles Bayrou – já se ligaram a Valéry Giscard d'Estaing, número um da lista R.P.R.-U.D.F., embora, oficialmente, apoiem Simone. A traição, ainda e sempre.

«Quanto a Mme Veil, sugere Daniel Carton em *Le Monde*, virou-se definitivamente uma página, neste dia 18 de junho.» O adeus à política? Ora bem...

## 22

### Querido Édouard

358 Sabia-se há muitíssimo tempo que, no dia a seguir à segunda volta das eleições legislativas de março de 1993, François Mitterrand chamaria Édouard Balladur para o Palais Matignon. Assim foi, não tendo a vitória esmagadora do R.P.R.-U.D.F. deixado a hipótese de nenhum subterfúgio. Homem de ordem e de método, o novo Primeiro-Ministro tinha conversado muitas vezes sobre a composição do «seu» governo com os seus três confidentes privilegiados: Nicolas Sarkozy, próximo ministro das Finanças, Nicolas Bazire, próximo diretor de gabinete, e o sensato Jacques Friedmann, aliás o melhor amigo de Chirac e P.-D.G. da U.A.P. Na véspera da segunda volta, o semanário *Le Point* e o instituto de sondagem Ipsos organizam um pequeno-almoço no hotel Méridien onde as últimas estimativas são reveladas a um público de *happy few*. Antoine Veil cruza-se com Patrick Devedjian. O deputado R.P.R. da região de Hauts-de-Seine é um próximo de Balladur e a sua confiança abala Antoine: «Balladur voltou a dizer-me ontem, garante-lhe Devedjian, que quer a sua mulher no governo. Vai propor-lhe a pasta da Justiça.» Resposta de Antoine: «Mas telefone-lhe já, para a avisar.» E Devedjian corre a fazê-lo. Simone propõe-lhe ir almoçar no dia seguinte, Domingo, na place Vauban.

359 «Fui com a minha mulher, conta ele; Simone, um pouco vexada, disse-me que Balladur poderia pelo menos ter-lhe dado a conhecer as suas intenções. Compreendi que me pedia para transmitir a



mensagem.» Algumas horas mais tarde, Jacques Friedmann entra então em cena. «Balladur pediu-me para entrar em contacto com Simone, reconhece. Sabia que nós éramos próximos, Simone e eu. Fiquei espantado. Alguns meses antes, tinha-lhe sugerido chamar Simone para o governo. “Não é boa ideia”, tinha-me respondido. Nunca mais tínhamos voltado a falar disso.» Que se passou que pudesse explicar essa reviravolta? «Édouard acabou por lhe encontrar numerosas e excelentes qualidades: uma mulher, uma Judia, uma centrista extraordinariamente popular. Que podia desejar de melhor?» ironiza Friedmann. «A escolha de Simone espantou-me», reconhece Denis Baudoin, personagem chave da V República, «porta-voz» de Georges Pompidou, depois de Jacques Chirac. «Na minha presença, Balladur criticou muitas vezes a lei sobre o aborto. Mas, desta vez, precisava dela: “A política, Denis, merece alguns sacrifícios, e verá que, com Mme Veil, vai correr bem”», disse-me.

Às 16 horas, nesse domingo eleitoral que consagra o triunfo da direita, o telefone toca então em casa dos Veil. Simone não está, foi visitar uma galeria de pintura. «Antoine, o que se passa se Édouard formar governo e a chamar? – interroga Friedmann à queima-roupa. – Sei lá. Volta a ligar-lhe dentro de duas horas.» Antoine faz parte dos raros que tratam Balladur por tu. Passaram alguns meses juntos na E.N.A. antes de a doença obrigar Édouard a pôr os estudos entre parênteses, cerca de 360 dois anos. Antoine conta, entre os seus amigos próximos, o banqueiro Jean-Paul Delacour, irmão de Mme Balladur. «Sabia perfeitamente que, com Édouard, não íamos ganhar em humor, mas que ele trabalharia bem», comenta Antoine. Às 18 horas, Friedmann volta a ligar. Combina-se então um encontro entre Simone e Édouard.

Terça-feira de manhã, algumas horas depois de a escolha do Presidente ter sido oficializada, Simone Veil instala-se no pequeno escritório de Édouard Balladur, no boulevard Saint-Germain, uma sala em cinzento e branco, de aspeto monacal. «Ela entrou desconfiada, indica Jacques Friedmann. Saiu seduzida e estupefacta. Porque não esperava isto.» Isto? Durante uma hora e meia, Édouard Balladur explica-lhe a sua visão da França, depois expõe em pormenor o método de trabalho que tenciona estabelecer com os ministros, e conclui a demonstração expondo as grandes linhas do seu programa. «Durante muito tempo lamentei o fracasso da abertura, com Rocard, reconhece ela. Até à chegada de Balladur...» Ele propõe-lhe, como estava previsto, a pasta da Justiça, com o estatuto de ministro de Estado. Eles prometem voltar a encontrar-se à tarde. Em princípio, Simone apanha um avião, nessa mesma noite, para o Botswana, a fim de participar num simpósio.

Respondendo nessa mesma terça-feira a um longínquo convite para almoçar, do serviço político de *L'événement du Jeudi*, ela deixa estupefactos os jornalistas presentes: «Não sei se entrarei para o governo mas, em qualquer situação, apoio Balladur. É o único que poderá livrar-nos do par

361 maldito Chirac-Giscard. Para conduzir esta obra de salubridade pública, os Franceses vão elegê-lo e instalá-lo no Eliseu.» Como secretária geral do Conselho Superior da Magistratura, Simone Veil tinha, na época, conversado várias vezes com Édouard Balladur, secretário-geral do Eliseu. Desta vez, descobriu uma nova personagem, calorosa e atenta.

No entanto, ela hesita em voltar ao governo. A idade. O cansaço, o stress. Jean, Nicolas e Pierre-François, os três filhos, censuram-lhe as hesitações: «És obrigada a ir, por respeito a todas essas pessoas que te estimam.» Antoine, esse, não é «absolutamente hostil» a que ela aceite, finalmente, a pasta da Justiça: «Deves pedir-lhe dinheiro, muito dinheiro para o orçamento do Ministério, um domínio total da ação pública e nenhuma intervenção nos casos, seja de quem for.» Ao contrário, Étienne Garnier suplica-lhe que «recuse» a place Vendôme: «Não te ridicularizes num papel de avozinha ministra da Justiça. Aceita um lugar que seja útil num governo de direita, apoiado por uma maioria muito à direita.» Essa distância permanente entre Simone e a sua maioria...

362 Ministra de Estado, encarregada da Saúde, dos Assuntos Sociais, na primeira fila da hierarquia governamental, eis a proposta definitiva de Édouard Balladur depois de algumas horas de negociação com as diferentes partes da maioria. O equilíbrio geral exige com efeito que o centrista Pierre Méhaignerie se instale na Justiça. Ela aceita se Balladur alargar ainda o seu campo de competências e lhe «der», como bónus, o Ministério da Cidade. Os seus antigos colaboradores, que reuniu em alguns instantes à sua volta, tentam dissuadi-la: «A senhora não tem de tomar à sua conta todas as misérias da França. Para além da Economia e a da Segurança, vai concentrar em si todos os grandes problemas deste governo.» Mas ela não desiste: «Eu quero mesmo fazer ação humanitária em França e interessar-me pela vida quotidiana das pessoas.» Balladur acede ao seu desejo e Chirac, soturno, comentou: «Simone, isso é mesmo uma ideia de Édouard.»

Sentada na bancada do governo, ela terá em breve de suportar o ataque do deputado R.P.R. da região de Seine-Saint-Denis, Robert Pandraud. Ele exige que os filhos de imigrantes clandestinos sejam expulsos das escolas públicas. Tão aterrado como ela, Philippe Séguin, o novo Presidente da Assembleia Nacional, manda-lhe um bilhete irónico: «Como pode constatar, *Madame*, este hemiciclo é cada vez mais progressista.»

Simone Veil-Édouard Balladur, par paradoxal cujo modo de funcionamento Étienne Garnier resume maravilhosamente: «O Primeiro-Ministro não tem preconceitos suficientes para a impedir de agir e ela deu-se conta disso. Ele ouviu-a... com a inteligência de alguém que não compreende aquilo de que Simone lhe fala.» A vida banal de pessoas banais, eis do que ela lhe fala e que provoca um espanto evidente no excelente Balladur.

Simone Veil-Charles Pasqua, par improvável formado por iniciativa do Primeiro-Ministro para

reconciliar a autoridade da segurança social com o humanismo social. Assim, muito poucos eleitores podem escapar à rede presidencial de Édouard. «Por mim, diz Chirac, estou persuadido de que Simone e Charles se entendem às mil maravilhas.» No entanto, por várias vezes, Simone ameaçou «pirar-se» por causa de Pasqua. O Primeiro-Ministro apoiou-a algumas vezes, nomeadamente por ocasião de uma emenda a um projeto de lei – a famosa emenda Marsaut – que autorizava a «caça à fisionomia» para melhor controlar a identidade dos imigrantes, esses famosos «elementos que permitiam presumir a qualidade de estrangeiro». Ela consegue a anulação. «Tive de me esforçar»,  
363 reconhece. Mas, pelo menos, essa função de vigia justifica a sua presença no governo. «O trágico, profetiza um próximo de Simone, é que ela terminará a sua aventura política com Balladur, tão correto, tão apumado. O seu contrário.» Teremos assim tanta certeza?

## 23

### Para memória

364 Devemos ler com atenção os bons jornalistas. Por exemplo François Caviglioli de *Le Nouvel Observateur* relatando a campanha europeia de 1984: «Simone Veil, esse monstro sagrado que as sondagens tornaram intocável, continua a ser detestada. Para a direita de base, continua a ser a inimiga, a estrangeira, a abortadora. Simone Veil continua a ser apenas tolerada.» Devemos ler com atenção os filósofos, Alain Finkielkraut, nomeadamente: «O ódio polariza-se com a mesma unanimidade sobre Simone Veil que sobre Léon Blum, outrora, ou, mais recentemente, sobre Mendès France. Porquê Simone Veil? Porque ela é uma deportada que conheceu a glória, e porque simboliza assim, em toda a sua pureza, o escândalo judaico moderno: essa vontade de lutar em todas as frentes, sendo simultaneamente o Poderoso e o Excluído, o Soberano e a Vítima – e até, maquiavelismo supremo, um através do outro.» Algumas palavras definem o destino de Simone. Ela própria concorda com isso, sem procurar a mínima desculpa: «Eu sinto-me pouco à vontade em todo o lado, tanto com as pessoas de direita como de esquerda, tanto com os ricos como com os pobres.» Aquilo que André Rousselet resume numa fórmula brilhante: «Simone aceitou ser um acidente.»

Acidente por ter sobrevivido a Auschwitz.

365 Acidente por ter acedido ao governo. «Algum tempo depois, eu tinha explicado a Yves Cannac, secretário-geral do Eliseu no tempo de Giscard, que o meu perfil era o pior possível: mulher, judia, abortadora, demasiado à esquerda.» O brilhante alto funcionário acrescenta: «A senhora é a vingança encarnada de maio de 68.»

Acidente por figurar, há já vinte anos, nos primeiros lugares das sondagens. Psicólogos e sociólogos avançam e inventam muitas explicações para justificar o fenómeno. A mais conformista? Simone tranquiliza, é o seu lado maternal. Vejamos a análise de Étienne Garnier: «Não podemos facilmente passar sem Simone. É uma mulher violenta mas generosa, com o coração nas mãos. Neste aspeto, as provações da vida ter-lhe-ão sido úteis.» É o que pretende dizer, de uma outra forma, Jacques Chirac: «Simone não é uma mulher de esquerda; é uma mulher de coração.» Uma sondagem, publicada no semanário católico *La Vie*, classifica-a como a segunda personalidade política que encarna os «valores cristãos», inclusivamente para os católicos praticantes. Absolvida, a abortadora?»

À questão: «Como reagiria se um dos seus filhos lhe dissesse que vivia com um homem?», Simone respondeu: «Convido-os para jantar.» «A deportação, confidencia, fez-me refletir muito sobre a homossexualidade. Se havia relações homossexuais no campo, ótimo. Era a prova de que subsistia um pouco de amor, um pouco de humanidade.»

Os burgueses nunca suportarão essa Simone, magnífica de insolência.

## Posfácio

367 É uma colaboradora de *Marianne*, o jornal que eu dirijo, um dos pilares da nossa comunidade. Cerca de quarenta anos, mãe de uma jovem, homossexual. Por vezes, com uma gargalhada, chamamos-lhe, para sua irritação, Louise Michel ou mesmo Rosa Luxembourg. Isto equivale a dizer o quanto as suas raízes culturais, familiares, políticas, geográficas – os subúrbios populares de Paris – estão ligadas à esquerda, uma esquerda da liberdade, uma esquerda anti-estalinista. As referências da minha amiga? Os seus referentes pessoais, aqueles que podem, por vezes, evitar que se perca? Pensaríamos imediatamente, uma vez que todo o seu percurso intelectual e até mesmo vital, parece indicá-lo, em Simone de Beauvoir, em Marguerite Duras, em Gisèle Halimi, em Marguerite Yourcenar, em Doris Lessing, na feminista americana Kate Millet, nessas mulheres tão essenciais ao século XX, para a causa das mulheres.

Não citei, evidentemente, nenhum destes nomes por acaso. Fazem todos parte do itinerário de I., guiaram-na no seu percurso, deram-lhe, entre outros, a coragem das ruturas, da libertação e da afirmação. Mas, já o compreenderam, evitei, até ao momento, debruçar-me sobre a figura simbólica essencial, para a minha amiga como para tantas outras, que reúne todas as outras, para lá das clivagens e das oposições, das gerações e das contradições: Simone Veil, claro.

368 Simone, a burguesa do *VII<sup>e</sup> arrondissement*, o mais abastado de Paris, Simone a mulher de direita que, se não sente simpatia e ternura pela política de Nicolas Sarkozy, pelo menos sente-as pela personalidade do Presidente, a sua força vital, o seu radicalismo psicológico; essa Simone, ao mesmo tempo, num mesmo movimento, afasta as resistências e as clivagens mais endurecidas. I. ama Simone; elas amam Simone; nós amamos Simone. Aliás, as páginas precedentes tinham esta única preocupação: ajudar a desenlear os nós dessa paixão.

Escrevi este livro, há já dezasseis anos. Foi para mim um momento essencial que me permitiu, num certo sentido, tornar-me adulto: tinha podido falar longamente de Auschwitz, do campo, da deportação, da condição das mulheres no campo, com uma deportada que, ao contrário da minha mãe, também regressada do campo, contava, explicava, nunca se escondia atrás do sempre eterno «*Vocês não conseguem compreender.*» Compreender, talvez não, mas ouvir, pelo menos, ouvir para refletir, ouvir para saber, um pouco. E Simone não procurou, nunca, desviar-se desse caminho iniciado e delineado por ambos, a deportada e o filho de deportada. Não estou evidentemente convencido de ter, por minha vez, conseguido essa transmissão neste livro. Mas Simone Veil ter-me-á permitido, a mim e a tantos outros, libertarmo-nos de um sentimento de infinita solidão. Não era eu, não éramos nós que tranquilizávamos a deportada Simone. Era ela que nos levava de volta para um embrião de serenidade,

369 que nos permitia caminhar de cabeça um pouco mais erguida, um pouco mais direita. Eu era o que estava em pior posição para fingir surpresa face a esta situação aparentemente paradoxal: já no campo, desafiando todas as regras da desumanização imposta pelos nazis, ela tinha tomado conta da vida dos outros, da vida da mãe, da vida da irmã, Milou. Em seguida, apenas continuou, corajosamente, sem nunca lamentar nada.

Porque ela soube dar prova, até hoje, de uma incomensurável valentia. O seu percurso político, logo depois da guerra, fornece uma demonstração sem falhas, nomeadamente face à Alemanha, ou mais precisamente face à reintegração dos Alemães na sociedade dos humanos. Foi, de resto, entre nós, uma zona de sombra durante as nossas conversas para este livro. Ela recordou-mo num almoço recente, no qual uma vez mais trocámos confidências sobre momentos importantes, quase íntimos, das nossas vidas, as raízes familiares, a relação (carnal? intelectual?) com a França. «*O senhor não compreendia, recordou, que logo depois de Auschwitz, eu estava convencida de que a Alemanha devia reencontrar o seu lugar na Europa, que o nosso destino, o dos Europeus, dependia em parte desse regresso. O senhor não compreendia a minha ausência de ódio, perguntava-me, sem cessar, como é que eu podia conceber uma tal iniciativa, tão pouco tempo depois de ter voltado do campo. E eu explicava-lhe que a minha mãe, lá, no campo, nunca se tinha afastado dessa certeza, que eu a tinha ouvido, que sabia que ela tinha razão, que a sua posição era justa, razoável.*» (Estranho, este adjetivo *razoável*, na boca de Simone, uma mulher tão pouco *razoável*, se nos livrarmos dos clichés, das ideias recebidas e sobretudo das conveniências, essas conveniências que ela abomina mesmo se as segue...)

370 A propósito da Alemanha, da ferida alemã, dessa (in)compreensão radical do mal, da necessidade da reintegração alemã, ela soube, na época, convencer-me, encontrar as palavras certas, falar deles sem ódio nem pieguice. Paixão, sim, certamente, aversão nunca. Mas eu não lhe disse nada da minha compreensão, do caminho que ela tinha conseguido, pouco a pouco, levar-me a percorrer. As crianças, teimosas, obstinadas, não se rendem assim tão facilmente.

Nesse almoço, foi, no fim de contas, uma Simone diferente que eu encontrei. «Estou velha, sabe», disse-me ela, com um brilho irónico no olhar. Acima de tudo, tinha-se tornado uma autora de (imenso) sucesso, uma autobiografia vendida em França (600 000 exemplares), traduções na Alemanha (que símbolo!) na China, na América Latina, e... membro da Academia Francesa, eleita pelos seus novos pares à primeira volta e com quase unanimidade, um processo raríssimo.

«*Portanto a senhora fez campanha, fez essas visitas ridículas aos Académicos, para se apresentar, para justificar a sua candidatura. Deve-lhe ter parecido estranho?*

– *Está a brincar, não está? ... Quando eles me abordaram, quando me informaram que me receberiam com gosto na sua confraria, senti-me lisonjeada, mas expliquei logo que, evidentemente,*

*não faria campanha...»*

Não se resiste a Simone Veil, os cavalheiros do Quai Conti não tardaram muito a compreendê-lo. «*Aquela que dizia sempre não*», resmungava o pai.

371 Alguns não vão deixar de se rir, de escarnecer, de mexericar. Simone Veil na Academia Francesa, essa velha casa durante muito tempo de extrema-direita, de reputação antissemítica. Sempre machista, raivosamente, visceralmente hostil às mulheres, mesmo se algumas – Marguerite Yourcenar, Jacqueline de Romilly, Hélène Carrère d'Encausse, Florence Delay, Assia Djebar, Simone a partir de agora – escaparam à regra implacável (não escrita, claro). Académicas alibi, académicas de segunda! Claro que vos disseram isso, essa Simone que, durante tantos anos, nos levou a acreditar que estava ao nosso lado na batalha pelo progresso, mulher de direita enaltecida, apoiada pela esquerda, e que acaba sob a cúpula da Academia Francesa. Vingança medíocre dos espíritos mesquinhos, dos corações insensíveis que já não sabem observar um destino, engrandecer um percurso, amar uma admirável travessia do século XX, esse século das barbáries. Nunca Simone Veil se deixou enganar, arrastar. O nazismo, desafiá-lo-á no campo; o comunismo, denunciá-lo-á imediatamente a seguir, insensível às seduções venenosas da ideologia dos camaradas. O resto, todo o resto, não falemos mais disso.

E quanto à Academia Francesa, quanto a Sarkozy, que alguns reúnem num mesmo movimento, numa igual desaprovação? Notemos em primeiro lugar – um mínimo de honestidade política assim o exige – que a Academia Francesa, há pelo menos duas décadas, deixou de ser um covil de espíritos estreitos, reacionários e, silenciosamente ou não, antissemíticas. Paul Morand, perante quem a conveniência cultural exige reverência porque era considerado um «grande escritor», Morand, portanto, esse antissemítico furioso – basta lançarmos uma olhadela ao seu diário para nos convenceremos disso mais uma vez – de qualquer modo desapareceu em 1976, já há trinta e três anos. Desde então, a Academia acolheu... alguns pares que não envergonham Simone Veil. Compreendo que lhe seja por vezes estranho sentar-se à mesma mesa com o velho hussardo Michel Déon ou ainda  
372 o tão respeitável Michel Mohrt que, tanto um como o outro, durante a ocupação, escreveram alguns artigos na imprensa colaboracionista. Mas, a respeito de tudo isso, ela nunca se deixou iludir.

Ela soube, desde os primeiros meses que se seguiram ao seu regresso de Auschwitz, que a grande máquina do branqueamento tinha sido posta em movimento com uma temível eficácia, que, excetuando os mais virulentos colaboracionistas da alta-roda cultural e económica de Paris, algumas figuras simbólicas que pagariam caro porque tinham apelado à denúncia dos Judeus e dos resistentes, à sua execução, que, excetuando esses, lhe seria necessário, não viver com os outros, evidentemente, mas a seu lado, numa sociedade francesa em reconstrução, que não sabia o que fazer com esses piolhosos regressados de Auschwitz. Tudo isso, Simone assumia-o. Ela deixou de chorar a partir desse

maldito dia em que, numa recepção no Quai d'Orsay, um diplomata francês lhe perguntou, com o ar mais sério do mundo, se o número gravado no braço correspondia ao do vestiário... Era também nessa França, com esses Franceses, que ela tinha de reaprender a viver. Ela decidiu-se, sem o mínimo ressentimento.

Que relação com a sua eleição para a Academia Francesa, cerca de sessenta anos mais tarde? Uma relação evidente, se nos dermos ao trabalho, nem que seja por um instante, de voltar muito atrás, de nos interessarmos, sem juízos pseudomoraes, pela psicologia, pelo percurso patriótico dessas famílias israelitas que, na aurora do século XX de Auschwitz e da rusga do Vel' d'hiv', exultavam de paixão, de amor, de entusiasmo pela França e, mais ainda, pela cultura francesa. Em casa dos Jacob tinham de ler os grandes autores e admirar os pintores mais importantes. André Jacob, o pai de  
373 Simone, esse pai arquiteto com quem ela não terá relações fáceis, estava persuadido, como todos os Israelitas, que a França, a sua França, a sua pátria, o seu amor encarnado numa terra e numa cultura, nunca poderia traí-los. André Jacob estava convencido que se era francês através das palavras, da língua, dos livros. No espírito de Simone Veil, o amor pela França passa também e antes de mais nada pelas palavras, pela língua, pelos livros. Poder-se-ia ver aí uma conceção judaica, bíblica, da pátria. Mas fiquemo-nos pelos factos: as filhas Jacob e a mãe, no campo, aguentam-se, resistem, não abandonam uma última esperança, agarram-se, juntas, a um ténue fio, nomeadamente recitando poemas. Os hipócritas, essa corja cheia de certezas, notarão precisamente que a Academia Francesa, depois de uma tal cavalgada na história... Sem dúvida, mas é preciso entender que, no espírito de Simone Veil, isso corresponde a uma espécie de unidade reencontrada, um destino reconstruído, um regresso à ética republicana e patriótica do pai. Isso merece, sem dúvida, a compreensão. E foi pensando nesse destino judaico-francês que Simone Veil entrou para a Academia Francesa em 2009.

Alguns dos seus fãs (à sua maneira, Simone é uma verdadeira *rock star*) tiveram dificuldade em aceitar essa posteridade literário-mundana. Acabaram por aceitar, admitindo que uma senhora de idade, tão excepcional, pudesse, também ela, ambicionar palmas académicas. Houve, por outro lado, muitos que ficaram perturbados, alguns furiosos, com o seu compromisso político a favor de Nicolas Sarkozy. «*Mas não havia surpresa possível, quase se enfurece. Eu nunca dissimulei, nunca, a natureza do meu compromisso político com o centro-direita liberal. Nunca dissimulei, nunca, as*  
374 *relações de amizade que se criaram entre Édouard Balladur, Nicolas Sarkozy e eu quando fazíamos parte, juntos, do governo de coabitação entre 1993 e 1995.*» Simone não se inocentará assim tão facilmente, argumentando com «a amizade». Nicolas Sarkozy, e ela sabe-o, não é um Presidente anódino, os seus compromissos, as suas decisões, as suas conceções parecem por vezes radicalmente contraditórias, antagonistas, em relação às suas iniciativas.



A presidente do comité nacional de apoio a Nicolas Sarkozy estremeceu, não pôde deixar de estremeecer, quando o «seu» candidato anunciou que, se fosse eleito, criaria um Ministério da Imigração e da Identidade Nacional. De resto, ela imediatamente fez saber que essa denominação – identidade nacional – lhe parecia, no mínimo, infeliz. Mas ficou-se por esta reprovação mínima, ao passo que alguns de nós, amigos, admiradores, aqueles que observaram, fascinados e maravilhados, esse destino sem igual, esperavam mais, ao menos uma admoestação à altura, talvez um gesto de rutura. Mas não, Simone amou durante alguns dias, depois voltou para junto de Nicolas Sarkozy, colhendo a sua parte da vitória. Que parte? Tranquilizar toda uma área da sociedade francesa, essa franja não negligenciável que lhe concedeu uma confiança cega: um candidato que Simone apoia não pode ser, por definição, assim tão «mau», tão «perigoso». Com uma temível eficácia, Simone Veil, de certo modo, «branqueou» Nicolas Sarkozy.

375 No entanto, entre os dois, também as discordâncias políticas, no sentido mais elevado da palavra, nunca se extinguiram. A conceção que cada um tem da laicidade à francesa, diverge. Simone, filha dessa laicidade estrita, sem compromisso, continua favorável ao respeito de algumas regras intocáveis, a um afastamento reforçado das religiões do campo escolar, por exemplo. Ela também não dissimulou a sua desaprovação quando Nicolas Sarkozy propôs, sem a mínima preparação, nem reflexão, que cada aluno de CM2 «apadrinhasse» uma criança desaparecida no inferno da deportação. Não duvidava de que o Presidente tivesse tido as melhores intenções pedagógicas; não o suspeitava capaz da banalização da Shoah, nem mesmo de ter tentado um «golpe». A revelação era-lhe insuportável, e ponto final. Porque, neste assunto de transmissão da Memória, ela exigiu, a cada instante, prudência, moderação, reflexão.

Por isso, ela foi pouco favorável à penalização da Memória, a esses processos repetidos (Barbie, Touvier, Papon) que confundiam justiça e história. Defendeu com obstinação, e razão, a primazia dos historiadores sobre os juízes, considerando, sempre com razão, que a Memória, essa Memória que ela tanto preza, à qual dedicou tanto tempo, tantos esforços e palavras, a transmissão dessa Memória só suportava o testemunho dos sobreviventes, a minúcia dos historiadores (Raul Hilberg, Henry Rousso, Jean-Pierre Azéma, ...) e o génio dos artistas, o *Shoah* de Claude Lanzmann, claro. Quanto ao resto, desconfiava. E então, a iniciativa Sarkozy... Aliás, ela conseguiu, sem qualquer dificuldade, que ele renunciasse. Mas, em relação a ele, continua a ter toda a indulgência. O elo misterioso que une duas personagens tão diferentes. Aparentemente, tão diferentes...

Têm um traço comum, para lá de múltiplas ligações políticas e de algumas divergências: o gosto pelo combate, a incapacidade de renúncia. Porque é essa a natureza, a verdadeira natureza de Simone Veil, essa vontade de ferro que a impede de passar por cima, de baixar a cabeça, de desafiar

376 imediatamente seja quem for que decida dar-lhe quaisquer ordens.

Ainda está para chegar aquele que fará vergar, recuar Simone Veil. Um livro, uma biografia, para compreender isso, simplesmente isso.

## **Agradecimentos**

Simone Veil recebeu-me de todas as vezes que o desejei. As minhas perguntas, demasiadas vezes, eram dolorosas. Ela sempre tentou responder.

Não me entregarei ao exercício, habitual e fastidioso, que consiste em citar todos os que falaram comigo. De facto, é inútil: os seus nomes, os seus testemunhos, as suas recordações, a sua memória figuram em cada linha deste livro.

Mas seria para mim um sacrilégio não recordar, aqui, quatro nomes: Tola Glowinski, Marceline Loridan, Anne-Lise Stern e Paul Schaffer. Eles deram-se ao trabalho de me contar Auschwitz, de me contar Simone Veil em Auschwitz.

### **3.2 – Registo de dificuldades encontradas**

*Ce renoncement seul permet de vivre, comme une déficience acceptée, l'impossibilité énoncée tout à l'heure, de servir deux maîtres : l'auteur et le lecteur.*

Paul Ricœur

A ideia do tradutor como mediador entre duas línguas/culturas surge frequentemente nos textos sobre o trabalho de tradução. Mas a impossibilidade (o paradoxo) a que Paul Ricœur (2004: 16) se refere expressa uma questão fundamental: o tradutor é mediador, sim, mas um mediador numa posição desconfortável, alguém que faz um voto de fidelidade mas, ao fazê-lo, sabe que a traição é inevitável. Qual agente duplo (espião), deve permanecer sempre atento aos dois lados, num contínuo e delicado equilíbrio. Por um lado, o estrangeiro – a obra, o autor e a língua deste – e, por outro, o leitor destinatário da obra traduzida. É fundamental que os dois se encontrem e, aqui, ousaria transformar o espião em diplomata, aquele que é responsável por um encontro de sucesso entre as partes envolvidas, ou seja, e continuando a socorrer-me de Paul Ricœur, procuraria «amener le lecteur à l'auteur ou amener l'auteur au lecteur.» (2004: 42)

Ainda que as duas línguas em presença pertençam à cultura ocidental – «[...] une vaste aire culturelle où les identités communautaires, y compris langagières, sont elles-mêmes le produit d'échanges de longue durée [...]» – (Ricœur, 2004: 62) e, no caso de França e Portugal, existam laços culturais específicos, nem sempre as soluções foram evidentes.

Em seguida serão apresentados alguns exemplos de tradução que foram alvo de uma reflexão particularmente atenta, assim como a justificação das opções tomadas.

## I – Efeito de estranheza

*Peut-être que certains lecteurs ne comprendraient pas le sens des termes pris isolément, mais ils saisiraient une connotation de gallicisme, et ils ressentiraient un doux murmure.*

Umberto Eco

O «*doux murmure*» a que se refere Umberto Eco (2006: 221) resulta da utilização de designadores culturais ou seja «des noms propres ou des noms communs renvoyant à des référents extralinguistiques spécifiques d'une civilisation ou d'une culture». (Wecksteen, 2008: 112)

Manter o referente cultural do TP é um enriquecimento, na medida em que o leitor do TC adquire ou reconhece informação pertinente para a caracterização dos ambientes ou das personagens. Maurice Szafran (pp. 221, 222) refere-se a Simone Veil e à sua amiga Marie-France Garaud com as seguintes palavras: *Oui, qu'ont-elles en commun, ces deux divas sur lesquelles les hommes se retournent, hormis un goût identique pour les **chignons** noués serrés et les **tailleurs Chanel bon chic bon genre** ?* A nossa primeira opção foi traduzir *chignon* por carrapito, o equivalente em português. Porém, a palavra carrapito adquiriu uma conotação popular que não corresponde à imagem de mulher elegante que o autor nos dá de Simone Veil. Optámos então por manter *chignon*, como um elemento de referência cultural, assim como *tailleurs Chanel bon chic bon genre*, obtendo a tradução seguinte: *Sim, que têm elas em comum, estas duas divas que atraem os olhares dos homens, exceto um gosto idêntico pelos **chignons** bem apertados e os **tailleurs Chanel bon chic bon genre** ?*. Se os designadores culturais *chignon* e *tailleur Chanel* não carecem de explicação, pois são usados, em português, na área da moda, já a expressão *bon chic bon genre*, considerei útil inseri-la no glossário. Foram igualmente mantidos os títulos de jornais: *Le Monde*, *Figaro*, *France-Soir*

(pp.263,264), assim como o nome de alguns locais: **Palais-Bourbon** (p.261), **Palais du Luxembourg** (p.265), **Hotel Matignon** (p.228) e a associação *Choisir* (p.254). No que concerne os jornais, não me pareceu necessário acrescentar qualquer informação, pois são nomes familiares aos leitores portugueses. Os locais e a associação são acompanhados de uma explicação no glossário. Os primeiros, por estarem ligados à vida política francesa (sede da Assembleia Nacional, sede do Senado e residência oficial do Primeiro-Ministro), constituindo referências importantes da cultura do país; a segunda, por se tratar de um marco social e histórico, uma vez que corresponde a um momento decisivo da luta das mulheres. Do mesmo modo, mantive o referente *les communardes* (p. 265), por ser um elemento cultural específico da história de França, incluindo a informação no glossário. Conservei igualmente os designadores *maquis* (p. 296) e *buffet* (p. 271). Se considero pertinente a inclusão do primeiro no glossário, tendo em conta a sua carga histórica, o mesmo não acontece com o segundo, o qual é correntemente utilizado, com mais frequência mesmo do que a sua forma portuguesa (bufete), motivo que se prende provavelmente com a tradição de utilizar vocábulos franceses na área da culinária.

Na página 335, surge uma frase (*Ils se ressemblent, ils s'assemblent*) que caracteriza a relação entre Robert Hersant, proprietário de Le Figaro e François Mitterrand, líder de um pequeno partido, a U.D.S.R. (*Union démocratique et socialiste de la Résistance*). Existe aqui uma clara alusão a um provérbio: *Qui se ressemble s'assemble*. Optei inicialmente por um idiomatismo: *São farinha do mesmo saco*. No entanto, após alguma reflexão, considerei mais adequado manter a expressão original, fornecendo informação ao leitor do TC, através de uma nota de rodapé.

## II – Transferências

*La signification est fonction d'un passé socio-historique et de réflexes partagés.*

George Steiner

O mundo atual, herdeiro de um passado partilhado, em maior ou menor grau, segundo as vicissitudes históricas, possui um mapa de informações comuns que, graças aos *media* e às novas tecnologias, estão acessíveis a uma grande maioria da população. As palavras de George Steiner, citadas em epígrafe, (1998: 624, 625) ilustram perfeitamente esta realidade. Nos exemplos apresentados a seguir, mantive o que se pode considerar um referente internacional com conotações perceptíveis.

Durante o debate sobre a legalização da I.V.G., o deputado Edgar Faure dirige-se a Simone: «*Moi aussi, je vais vous aider*», a promis le **souriant** Edgar Faure, éternel **bouddha** zozotant de notre théâtre politique. (p. 252) A personagem é aqui comparada com a figura de Buda, designador cultural que, na minha opinião, não carece de explicitação, por ser sobejamente conhecido na cultura ocidental, evocando de imediato uma certa corpulência e talvez também um aspeto pacífico, o que é confirmado pelo facto de ser *sorridente*: «*Eu também a vou ajudar*», prometeu o **sorridente** Edgar Faure, eterno **buda** ceceoso do nosso teatro político. Surge uma situação idêntica na alusão a Pôncio Pilatos (p. 264): À tous les députés **Ponce Pilates** suggérant de ne rien décider [...]. A conotação de indecisão/desresponsabilização ligada a esta personagem bíblica faz parte do mapa cultural da maioria dos portugueses, embora neste caso se possam colocar algumas restrições: um leitor jovem, sem educação religiosa, poderá não ser sensível à informação implícita no TP. Corinne Wecksteen (2008 :133) levanta a questão: «[...] le facteur diachronique peut venir opacifier l'énoncé ou modifier les connotations [...]» Não obstante, optei por mantê-la, não acrescentando informação,

pois a própria frase se encarrega de o fazer: *A todos os deputados Pôncio Pilatos que sugerem não decidir nada [...]*.

Surge, a dado passo, a expressão inglesa *happy few* : [...] *les ultimes estimations sont révélées à un public de happy few*. (p. 358) Decidi não a traduzir, por se tratar de uma expressão reconhecível em português: [...] *as últimas estimativas são reveladas a um público de happy few*. A tradução desrespeitaria a opção do autor que poderia ter procurado um equivalente em francês (*privilegiés*) para transmitir a ideia. É certo que a língua francesa absorveu muitos anglicismos que, em português, não são frequentemente usados. Porém, neste caso, trata-se de uma expressão que remete para um contexto literário, a peça *Henry V* de Shakespeare (*We few, we happy few, we band of brothers*), assim como para um filme recente (*Happy Few*, de Antony Cordier, 2010). Estas referências – «une sorte de clin d’oeil à l’éventuel lecteur compétent» (Eco, 2006: 271) – poderão não ser imediatamente captadas por todos os leitores, mas penso que é justificável a sua manutenção, como um elemento potencialmente enriquecedor.

Definimos como critério geral que os títulos de livros e de filmes, com tradução conhecida em português, seriam assim referidos, o que sucede neste excerto (p. 256), onde alguém evoca Aldous Huxley e o seu *Admirável Mundo Novo* (*Le meilleur des mondes*). Sendo um marco da literatura universal, não se justificaria manter a tradução francesa do título da obra, tanto mais que a tradução portuguesa está mais próxima do original (*Brave New World*). Um leitor português imediatamente reconhecerá o título em português, mas não em francês.

### III – Equivalentes culturais

[...] no cruzamento de duas línguas diferentes, ocorre, de igual modo, inevitavelmente, o cruzamento de duas culturas.

Conceição Lima

A autora supracitada (2010: 33) apresenta a definição do conceito de cultura, «como a totalidade de **conhecimentos, competência e percepção**», não esquecendo «a sua imediata ligação aos factores “comportamento” (ou acção) e “ocorrências”» e realçando «a sua dependência de **expectativas e normas** [...]».

Paul Ricœur (2004: 16), na sequência de uma reflexão sobre a constante insatisfação do tradutor relativamente ao seu trabalho, considera que é necessário «renoncer à l’idéal de la traduction parfaite.» Na tradução do texto aqui tratado, surgiram muitas situações em que, depois de uma aturada reflexão, tive de optar por uma solução que nem sempre se revelou ser totalmente satisfatória. No entanto, é inevitável aceitar essa perda, “fazer o luto” e continuar, procurando o equilíbrio entre o desejo de alcançar a perfeição e a aceitação dessa impossibilidade. Para ilustrar essa “luta”, gloriosa e inglória, apresento alguns exemplos, escolhidos entre as inúmeras dificuldades encontradas.

Em 1974, em vésperas de eleições presidenciais, Simone Veil apoia o marido na sua preferência pelo candidato Jacques Chaban-Delmas, em detrimento de Valéry Giscard d’Estaing. *Elle approuve donc Antoine qui, le 19 avril 1974, à quelques jours du scrutin, publie dans Le Monde **une tribune libre** où il se prononce en faveur de Jacques Chaban-Delmas [...].* (p. 219) A expressão sublinhada refere-se à manifestação da opinião de alguém que, oralmente ou por escrito, se dirige a um público. Então, não se tornou muito difícil encontrar o equivalente em português: *Concorda, pois, com Antoine que, a 19 de abril de 1974, a alguns dias do escrutínio, publica em Le Monde*



*um artigo de opinião onde se pronuncia a favor de Jacques Chaban-Delmas [...].* Referindo-se às relações de Simone Veil com Georges Pompidou, o autor comenta: *Pourtant ils ne sont pas faits du même métal [...].* (p. 220) De forma intuitiva, a tradução encontrada foi: *Contudo, não são feitos da mesma massa [...].*

A amiga Marie-France Garaud é caracterizada como [...] *cette grande bourgeoise arpentant à cheval ses terres du Poitou, Marie-France, cette splendide tueuse élevée, dressée plutôt, dans le catholicisme de province [...].* (p. 221) À primeira leitura, torna-se claro que Marie-France não é uma assassina. Referir-se-á ao facto de se dedicar à caça, nas suas propriedades da região do Poitou, que ela percorre a cavalo? É plausível, mas apenas uma hipótese não corroborada. Decidi então traduzir por *matadora*, em itálico, tendo a intenção de remeter para o vocábulo espanhol, com todas as suas associações: [...] *essa grande burguesa calcorreando a cavalo as suas terras da região de Poitou, Marie-France, essa esplêndida matadora criada, amestrada mesmo, no catolicismo de província [...].* O vocábulo sugere uma ambivalência: o perigo e a sedução, *eros* intimamente ligado a *thanatos*. (Inevitavelmente, surgem imagens do filme *Matador*, de Almodovar). Marie-France é uma mulher forte, indomável e que, apesar da sua educação conservadora, recusa a regra segundo a qual as meninas bem-nascidas e bem educadas devem calar-se. Tem em comum com Simone o facto de ambas serem apreciadas como [...] *deux divas sur lesquelles les hommes se retournent [...],* (p. 221) ou seja, no TC, [...] *duas divas que atraem os olhares dos homens [...].* Ambas têm consciência de que, no seu meio profissional (a magistratura) e no mundo da política, não podem ter o rótulo de *bonne femme* (p. 222). Quis realçar o facto de que, nesta época (anos 70), para ter sucesso numa atividade tradicionalmente masculina, uma mulher não pode ter os atributos que, também tradicionalmente, lhe são associados: *[Elles sont] conscientes qu'une «bonne femme» dans ces milieux-là n'a pas*

*le droit à l'erreur.* (p. 222) Tradução: [Estão] conscientes de que uma «**simples mulher**» naqueles meios não tem o direito de errar.

Sobre o tema da I.V.G., *Giscard [d'Estaing] sait qu'il ne peut plus en être question, que le **black-out** sur ce sujet est une turpitude [...]*. (p. 225) Apesar de o indicador linguístico (blackout) possuir uma entrada no dicionário e poder ter o sentido de «bloqueio informativo», não é uma designação corrente, pelo que optei por um equivalente: *Giscard [...] sabe que esta situação não pode continuar, que **abafar** este assunto é uma infâmia [...]*. O vocábulo *black-out* é um designador cultural em França, onde, por razões históricas (Segunda Guerra Mundial) se tornou termo corrente, o que não aconteceu em Portugal. Aqui, a preferência pela assimilação à cultura do TC privilegia a imediata compreensão, sacrificando a alusão aos factos históricos.

#### **IV – Equivalentes políticos e administrativos**

*Un traducteur, plutôt que de se poser des problèmes ontologiques ou de rêver de langues parfaites, exerce un polyglottisme raisonnable [...]*.

Umberto Eco

A citação de Umberto Eco (2006 : 452) evoca o bom senso e a “presciência” do tradutor, «[...] car *il sait déjà* que dans une autre langue, cette même chose se dit comme ceci ou comme cela [...]»

Ao traduzir cargos jurídicos e títulos político-administrativos, procurei encontrar equivalentes funcionais: alguns surgiram de forma imediata, outros resultaram de uma pesquisa em dicionários ou na Internet. Alguns exemplos: *siège – tribunal* (p. 219); *garde des Sceaux – ministro da Justiça; Chancellerie – Ministério da Justiça* (p. 255). A forma de tratamento usada com advogados/as (*maître*) foi traduzida por *doutora* no excerto que segue, uma vez que a palavra *avocate* surge na proximidade: *Maître Gisèle*

*Halimi, présidente du mouvement Choisir et avocate de l'inculpée [...].* (p. 226) (*A doutora Gisèle Halimi, presidente do movimento Choisir e advogada da ré [...]*) Numa outra ocorrência, tive a preocupação de deixar bem claro qual a função dessa pessoa: [...] *Me Gisèle Halimi, présidente de Choisir, a senti passer, précise-t-elle, le «souffle de l'Histoire».* (p. 254) Tradução: [...] *a advogada Gisèle Halimi, presidente de Choisir, sentiu passar, explica, «o sopro da História».* Ainda na mesma página, no tratamento dos axiônimos, houve o cuidado de traduzir *Madame* por **Senhora Ministra: Madame, je ne voterai pas votre texte.** Palavras proferidas por um deputado gaullista, opositor à legalização da IVG: *Senhora Ministra, não votarei o seu texto.* Temos um exemplo em que é crucial ter em conta as diferenças culturais. Em França, é permitido usar *Madame* ao dirigir a palavra a uma ministra mas, em Portugal, a forma de tratamento **Minha Senhora** seria inadequada na mesma situação.

## V – Expansões

*Une traduction ne doit pas dire plus que ce que dit l'original [...].*

Umberto Eco

Partindo da citação de Umberto Eco (2006 : 418), pretendo refletir sobre a necessidade que, por vezes, o tradutor sente de adicionar elementos, na LC. Nos casos em que recorri a esse processo, não pretendi que o TC “dissesse mais” que o original, mas somente clarificar o que poderia conter alguma obscuridade para o leitor alvo. Ao expandir a informação, transfere-se o designador cultural do TP, associando este a uma explicitação do sentido. Corinne Wecksteen (2008: 119) refere a «*incrémentialisation, qui consiste à intégrer le contenu d'une note dans la traduction à côté du désignateur.*» No texto tratado são referidos deputados de diversas regiões, como por exemplo: *Jean*

*Foyer, député U.D.R. de la Sarthe.* (p. 255) Tendo a preocupação de fornecer informação suficiente ao leitor do TC, sem recorrer a uma nota explicativa, optei por adicionar um elemento – região: *Jean Foyer, deputado U.D.R. da região de Sarthe.* No que diz respeito às siglas dos partidos, a opção foi a de as incluir no glossário, para não “carregar” excessivamente o texto com informação.

*De ces quarante-huit heures passées au Palais du Luxembourg, Simone Veil retient une lettre signée de l'épouse d'un sénateur [...] (p. 265).* Ao traduzir esta frase, colocou-se uma questão: o que Simone guardou foi a carta ou a memória dela? Tendo em conta o indicador temporal do início da frase, penso que se trata da segunda hipótese. Ora, em português, “guardar algo” significa realmente pôr um objeto num determinado lugar (gaveta, caixa...). Então, pareceu-me adequado adicionar uma explicitação: *[...] Simone Veil guarda na memória uma carta...».*

No final do capítulo 14 (p. 267), são reportadas as palavras do escritor Philippe Sollers que coloca a seguinte questão: *La majorité des Français aurait maintenant du goût?* Pareceu-me necessário acrescentar um elemento: *Teria a maioria dos Franceses começado a ter gosto pelo belo?* Esta expansão não se tornaria necessária, do ponto de vista da compreensão, uma vez que o próprio texto se encarrega de referir a ideia de beleza (*On l'espère. Simone Veil est belle, cela va sans dire.*), mas a sua função é a de tornar a frase mais equilibrada na LC.

*Le «nouveau», au début de l'année 1976, a hérité du Commerce extérieur.* (p. 281) A frase, que se refere a Raymond Barre, foi traduzida assim: *O «novo», no início do ano de 1976, herdou a pasta do Comércio Exterior.* Adicionei o vocábulo *pasta* ao indicador cultural *Comércio exterior*, para clarificar a ideia.

*À mesure que j'ai avancé dans la vie, j'ai non pas réconcilié mes passions et une exigence de rationalité, mais accepté parfois l'impossibilité de cette réconciliation.* (p.

319) Ao traduzir, senti a necessidade de inserir um elemento de reforço (uma expressão expletiva) para clarificar o sentido e tornar a sintaxe mais fluida: *À medida que avancei na vida, o que fiz não foi reconciliar as minhas paixões com uma exigência de racionalidade, mas sim aceitar por vezes a impossibilidade desta reconciliação.*

## VI - Omissões

*[...] plena liberdade em total responsabilidade, afirmação pessoal que nunca pode esquecer a existência do outro.*

João Barrento

João Barrento (2002: 241) assim caracteriza o ato de traduzir que, «quando conseguido» «é [...] a verdadeira encarnação de um espírito democrático [...]»

Conceição Lima (2010: 57) admite que o tradutor pode «escolher a omissão (de um determinado termo), de forma responsável», como uma das estratégias de tradução. Por responsabilidade entende-se que o tradutor só recorre a esse expediente quando o julgar imprescindível ou vantajoso e não para evitar as dificuldades inerentes a algo que não conhece. Neste texto, surgiu a necessidade de suprimir elementos, como é o caso de *les jeunes filles*, (p. 257) traduzido simplesmente por *as jovens*. Em português, o género é marcado através do artigo, pelo que a supressão de *filles* não implica perda de informação. Do mesmo modo, omitiu-se a abreviatura M. (*Monsieur*) que precede o nome dos políticos nomeados, como é o caso do deputado, M. Bernard-Raymond (p. 262), uma vez que, em português, o título senhor não é utilizado nesse contexto. Seria culturalmente estranho ouvir referir «o deputado centrista, **Senhor** Bernard-Raymond». A utilização de senhor/senhora (sem outro título, como doutor, engenheiro ou juiz) pode ser considerado socialmente inadequado, sendo preferível referir apenas o nome. (Seria impensável, em português, designar o Presidente da República como Sr. Cavaco Silva.)

Na página 265, é referida a atitude de dois intervenientes no debate sobre a I.V.G.: *Dans les couloirs, Michel Poniatowski et Jean Lecanuet veillent de bout en bout*. Em português: *Nos corredores, Michel Poniatowski e Jean Lecanuet estão vigilantes*. Ao omitir a expressão *de bout en bout*, (de uma ponta à outra), perde-se alguma expressividade (a imagem de alguém que percorre o corredor com o olhar), mas o sentido da frase mantém-se inalterado e, segundo Susan Sontag (2011:181), «a tradução [...] implica sempre alguma perda da substância original.»

«*En tremblant, raconte Anne-Lise Stern, j'ai arraché sur un kiosque à journaux la pub grand format pour Portier de Nuit.*» (p. 302) Anne-Lise, uma amiga de Simone, sente-se incomodada pela semelhança intencional, segundo ela, entre a atriz Charlotte Rampling que encarna uma personagem perturbadora e controversa, antiga deportada, e a ministra da Saúde, recentemente nomeada. Ao traduzir *la pub grand format* por *cartaz*, suprimi elementos informativos sobre a dimensão do mesmo mas, neste contexto, em português, o termo utilizado contém em si essa informação – as medidas de um cartaz de cinema oscilam entre 60 cm/70 cm x 90 cm/100 cm. A tradução evoca uma imagem familiar (os cartazes expostos em lugares públicos): *A tremar, conta Anne-Lise Stern, arranquei o cartaz de Portier de nuit, num quiosque de jornais.*

Em 1984, no momento em que o Front National obtém um resultado de 11% nas eleições europeias, o líder da extrema-direita Jean-Marie Le Pen dirige uma provocação a Simone Veil, numa emissão radiofónica de *Antenne 2*. O biógrafo anuncia a transcrição das palavras de Le Pen com o seguinte comentário: *Citation littérale, fautes de français incluses*. (p. 339) Umberto Eco (2006: 124) refere um caso em que o tradutor «a été contraint d'éliminer» uma parte do texto (um jogo de palavras) que, no TC «n'aurait eu aucune saveur». Também no caso presente, seria inútil, senão improdutivo, manter o comentário do biógrafo (*erros de francês incluídos*) quando, no

TC esses erros não seriam visíveis. Fazer uma domesticação, procurando erros de português que pudessem ser equivalentes, seria sem dúvida uma opção, mas certamente rebuscada e com resultados irrelevantes. No entanto, a crítica feita ao francês de Le Pen é bastante relevante: A sua filiação na extrema-direita, (o nacionalismo, a xenofobia, a defesa dos “verdadeiros Franceses”) torna-o um alvo apetecível para os seus opositores, quando não respeita as regras da língua materna. Para não deixar esse aspeto ignorado, forneci uma explicação em nota de rodapé.

No posfácio (p. 370), o autor reporta as suas impressões, a partir dos encontros que manteve com Simone: *À propos de l’Allemagne, de la béance allemande, [...] de la nécessité du **retour allemand parmi nous**, elle sut, à l’époque, me convaincre [...]*. Na transposição para a LC, suprimi a expressão *parmi nous* porque a tradução encontrada, **reintegração**, transmite a informação semântica completa – reintegrar é trazer de volta, para junto daqueles de quem se afastou (a França, a Europa?). Embora reconhecendo a perda de alguma “afetividade” na frase da LC, privilegiei a simplicidade da estrutura : *A propósito da Alemanha, da ferida alemã, [...] da necessidade da **reintegração alemã**, ela soube, na época, convencer-me [...]*.

## VII – Neologismos

*Se mouvoir entre les langues, traduire, même dans les bornes de la totalité, revient à découvrir le goût presque déroutant de l’esprit humain pour la liberté.*

George Steiner

Na minha condição de tradutora incipiente, receava tomar iniciativas demasiado ousadas, como poderia ser o caso de “inventar” palavras. A liberdade a que se refere Steiner (1998: 636), na citação supra, remete para um contexto muito mais abrangente

do que aquele que aqui nos ocupa, no entanto é como um farol que ilumina o caminho de um pequeno barco. Criar um novo vocábulo, de forma consciente e com um propósito determinado, é sem dúvida um ato de liberdade que acarreta uma enorme responsabilidade. Foi a leitura de um artigo de Ana Cristina Tavares (2009: 149, 150) sobre Claire Cayron, tradutora de Miguel Torga, que verdadeiramente me encorajou a enveredar por esse caminho: «Por vezes, a tradutora criou neologismos [...] quando se tratava de traduzir uma palavra que não tem equivalente em português. Por exemplo, para o vocábulo “convivência”, a tradutora [...] criou o neologismo “convivance”, segundo o modelo de “survivance”.

Durante uma intervenção de Simone Veil na Assembleia, há um momento em que são referidas as câmaras de televisão: *Elle s'est donc contentée d'être elle-même [...] sous l'oeil reptilien des caméras de télévision [...]*. (p. 254) Embora tenha havido o impulso imediato para traduzir *reptilien* por **reptilíneo**, quando confirmei a palavra portuguesa num dicionário atualizado, verifiquei que não existe essa entrada. Então, usando de uma liberdade poético-tradutória, ousei criar (ou fixar pela escrita algo já criado na oralidade) o termo **reptilíneo**, tendo como modelo vocábulos como curvilíneo ou longilíneo.

Do mesmo modo, surgiu a necessidade de criação de um “neologismo” para dar conta da intervenção de um deputado opositor ao projeto de legalização da I.V.G.: *Déjà des capitaux sont impatients de s'investir dans ces avortoirs qui seront des abattoirs*. (p. 255) Traduzi então a frase de modo a transmitir fielmente o sentido, mantendo o paralelismo fonético (v. metodologia, estrato fonológico): *Já há capitais impacientes pelo investimento nesses abortadouros que serão uns matadouros*. O termo francês já consta do dicionário, com um sentido pejorativo, ao passo que o equivalente português não foi encontrado em nenhum dos dicionários consultados. No entanto, surge em



artigos da Internet, com um tom claramente depreciativo.

Outras situações surgiram em que só era possível comunicar a ideia presente no texto de partida através de uma palavra “fabricada”. É o caso de deputado **giscardiano** (*giscardien*, p. 256), para exprimir a ideia de adepto de Giscard. Ainda que, em português, este vocábulo não conste do dicionário, o seu processo de formação é comum, sobretudo na área da literatura (por exemplo, a obra pessoana).

## VIII - Palavras marginais

*Il est essentiel d'étudier la fonction qu'exerce une traduction dans la culture d'arrivée.*

Umberto Eco

A designação (palavras marginais) deste ponto refere-se ao léxico que não está dentro dos parâmetros da correção social ou que se situa nas margens da norma. As palavras em epígrafe de Umberto Eco (2006: 217), na sua abrangência, aplicam-se também a este caso. Os exemplos aqui apresentados poderiam inserir-se no item «equivalente cultural» uma vez que, para bem os compreender e traduzir, é importante um contacto próximo do seu uso ou, pelo menos, ter tido acesso a leituras que explicitam a sua pertinência em determinadas situações de utilização. No entanto, preferi situá-los num ponto à parte, dadas as características de “marginalidade” das expressões em causa.

A expressão *chic type* surge duas vezes para caracterizar Jacques Chirac (p. 263). No primeiro exemplo (p. 238), pretende-se realçar a personalidade complexa da personagem: *Chirac, dans toutes ses dimensions, à la fois réducteur et chic type*. Tradução: *Chirac, em todas as suas dimensões, simultaneamente redutor e tipo porreiro*. Segundo exemplo (p. 263): «*Place du Palais-Bourbon, des égreneurs de*

*chapelet m'attendaient pour me couvrir de crachats. À la maison, j'ai trouvé une sublime gerbe de fleurs. C'était Chirac.» Chirac, le chic type.* Aqui, a intenção é salientar a solidariedade do Primeiro-Ministro para com a ministra da Saúde: «*Na place du Palais-Bourbon, uns ratos de sacristia esperavam-me para me cuspir em cima. Em casa encontrei um sublime ramo de flores. Era de Chirac.» Chirac, o tipo porreiro.* Em ambos os casos, o comentário é da responsabilidade do narrador, sendo claro que há uma nota de ironia na utilização da expressão, pois sabe-se que Chirac não é muito favorável à legalização da I.V.G.. No entanto, como bom político, apoia a sua ministra, ao longo do debate na Assembleia. A escolha do adjetivo *porreiro* pareceu-me óbvia desde o primeiro momento: talvez tenha havido influência da famosa intervenção de um Primeiro-Ministro português, no encerramento do Tratado de Lisboa, em 2007. Nesse momento, sabe-se que os jornalistas estrangeiros precisaram da ajuda dos colegas portugueses para tentar perceber qual a melhor forma de traduzir aquela expressão (*Porreiro, pá!*).

Durante o debate para a legalização da I.V.G., Simone Veil é agredida verbalmente, nos corredores da Assembleia, por alguns deputados: “*Salope, Juive, et comment elle en est revenue d’Auschwitz.*” (p. 260) Em 1977, na tentativa de “salvar” a Segurança Social, toma algumas medidas impopulares e, ao receber uma delegação sindical, *quelques anonymes la traitent de «salope».* (p. 277) Em ambos os contextos optei por utilizar o equivalente *cabra* que reúne a conotação de imoralidade (implícita na alusão aos motivos que lhe permitiram regressar com vida de Auschwitz) e de *mauvais caractère* (p. 276), por hostilizar, nomeadamente, a classe médica.

Pierre Lelong, secretário de Estado do governo de Chirac, ficou tristemente célebre, devido a uma gafe, cometida ao falar do movimento reivindicativo dos trabalhadores dos Correios: «*Normal, ils font un métier de cons!*» (p. 269) O insulto, se

não muito forte, é suficientemente depreciativo para lhe custar a demissão, por parte do Primeiro-Ministro. A equivalência encontrada (*É normal, têm um trabalho de palermas!*) surgiu, talvez por influência do título de um filme de Francis Weber, estreado em 1998, *Le dîner de cons (Jantar de palermas)*.

## **IX – Referências históricas**

*O jogo do acaso decorre na arena da história.*

António José Saraiva

Ao traduzir um texto que se assume como documento, há que ter um cuidado particular na verificação dos factos históricos: pesquisar para compreender «o jogo do acaso» a que se refere António José Saraiva (1993:42). A biografia de Simone Veil está inextricavelmente ligada à História do século XX pois ela foi, não só testemunha atenta, mas interveniente, tanto passiva como ativa. A sua “descida ao inferno”, a vivência da deportação, terá certamente contribuído para a emergência dos traços de personalidade que a tornaram uma cidadã politicamente ativa. No corpus aqui tratado é desta emergência que se trata: a jovem magistrada que recusa o papel de esposa submissa e que se empenha na luta por causas em que acredita. O seu papel na História é inquestionável, embora polémico. Não me alongarei sobre a sua atuação no palco da política francesa e europeia – algumas informações estão presentes no capítulo Temática. Por outro lado, aspetos factuais mencionados em vários contextos serão explicitados no glossário, assim como siglas diversas e termos não traduzidos. Devido à heterogeneidade de informações, não organizarei o glossário por temas, preferindo a sua apresentação por ordem alfabética.

### **3.3 – Glossário**

**Apelo de Cochin** – A 26 de novembro de 1978, Chirac foi vítima de acidente numa estrada de Corrèze e transportado para o Hospital Cochin, em Paris. Do hospital, lançou o “Apelo de Cochin” que denunciava o “partido do estrangeiro”, ou seja a U.D.F.

**Arrondissement** – Circunscrição administrativa de Paris.

**Bon chic bon genre** – Esta expressão refere-se a um comportamento convencional, burguês. Também se designa pelas iniciais, BCBG.

**B.N.P.** – *Banque Nationale de Paris*.

**C.D.S.** – *Centre des Démocrates Sociaux*.

**C.F.D.T.** – *Confédération française démocratique du travail*.

**C.R.S.-SS.** – *Compagnies Républicaines de Sécurité – Schutz-Staffel*.

**Choisir** (*Choisir la cause des femmes*) – Movimento que foi o motor da luta pela despenalização do aborto. É atualmente uma Organização Não Governamental (ONG) que se especializou nos direitos das mulheres.

**Cité des 40000** – Bairro suburbano de Paris.

**Communardes** – Mulheres que participaram na Comuna de Paris em 1871.

**Département** – Divisão administrativa de França.

**E.N.A.** – *École Nationale d'Administration*, onde se formam os tecnocratas.

**F.N. (Front National)** – partido de extrema-direita, conotado com valores e atitudes xenófobos e racistas.

**Guerra dos seis dias** – Conflito armado que, em 1967, opôs Israel a uma frente de países árabes (Egito, Jordânia e Síria), apoiados por Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. Israel impôs a sua superioridade militar, ocupando também a Cisjordânia, o setor oriental de Jerusalém e os montes Golã, na Síria.

**Izieu** – *Les Enfants d'Izieu* foi uma colónia de crianças judias refugiadas. Foi criada em

1943, durante a Segunda Guerra Mundial, na comuna francesa de Izieu. A 6 de abril de 1944, as tropas da Gestapo, sob o comando de Klaus Barbie, invadem a colónia e prendem as 44 crianças residentes, juntamente com os 7 adultos presentes. São enviados para Drancy e depois para os campos de extermínio.

**Louise Michel** – (1830 – 1905) Professora, poetisa, enfermeira, escritora e blanquista de França. Durante a Comuna de Paris, foi uma das mais importantes *communardes*. Foi também a primeira a hastear a bandeira negra como símbolo dos ideais libertários, popular nos séculos seguintes entre os adeptos do Anarquismo.

**Manifesto das 343** – Petição francesa que surgiu a 5 de abril de 1971, na revista *Le Nouvel Observateur*, assinada por 343 mulheres que afirmavam ter feito um aborto.

**Maquis** – Designa o local onde os resistentes armados se escondiam para lutar contra a ocupação alemã em França; designa também a própria organização, composta pelos *maquisards*.

**Matignon** – Hôtel Matignon, situado no *VII<sup>e</sup> arrondissement* de Paris, é a residência oficial e o local de trabalho do Primeiro-Ministro.

**M.L.A.C.** – *Mouvement de Libération de l'Avortement et de la Contraception*.

**M.L.F.** – *Mouvement de Libération des Femmes*.

**O.R.T.F.** – *Office de radiodiffusion télévision française*: organismo encarregado do serviço público do audiovisual em França.

**O.L.P.** – Organização para a Libertação da Palestina, considerada pela Liga Árabe, desde 1974, a única representante legítima do Povo Palestino.

**Palais-Bourbon** – Sede da Assembleia Nacional Francesa, em Paris.

**Palais du Luxembourg** – Sede do Senado, em Paris.

**P.C.F.** – *Parti Communiste Français*.

**P.-D. G.** – *Président Directeur Général*

**Place Vendôme** – Praça de Paris onde se situa o Ministério da Justiça (*Chancellerie*), no Hôtel de Bourvallais.

**Pétroleuses** – Termo utilizado para qualificar as mulheres acusadas de provocar incêndios com petróleo, em 1871, durante os combates da Comuna de Paris.

**Préfet de région** – Cargo administrativo que representa o Estado francês na capital de cada região.

**Quay d'Orsay** – Cais na margem esquerda do rio Sena, em Paris, onde se situam a Assembleia Nacional Francesa e a residência oficial do Presidente da mesma.

**Rafle du Vel d'Hiv** (*Rafle du Vélodrome d'Hiver*) – Foi a maior prisão em massa de Judeus realizada em França durante a Segunda Guerra mundial (16 e 17 de julho de 1942).

**R.A.T.P.** – *Régie Autonome des Transports Parisiens*.

**R.P.R.** – *Rassemblement pour la République*.

**Rosa Luxemburg** – Róża Luksemburg (1871 – 1919) foi uma filósofa e economista marxista judeu-polaca naturalizada alemã. Tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia do Reino da Polónia e Lituânia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a tornar-se mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD).

**SIPO-SD** – A *Sicherheitspolizei*, abreviada SIPO, foi a Polícia de Segurança alemã criada em 1936 por Heinrich Himmler. Tinha dois órgãos: a Gestapo (*Geheime Staatspolizei*) e a Kripo (*Kriminal Polizei*).

**Sturmabfuhrer** – Posto das organizações paramilitares nazis, S.A. e S.S., equivalente a major.

***Terroir*** – Região rural, provincial, com grande influência sobre os seus habitantes.

**U.A.P.** – *Union des Assurances de Paris.*

**U.D.R.** – *Union des Démocrates pour la République.*

**U.D.S.R.** – *Union démocratique et socialiste de la Résistance.*

**U.T.A.** – *Union de Transports Aériens.*

**U.D.F.** – *Union pour la Démocratie Française.*

## Conclusão

*A tradução é porta [...] por onde o original entra para sair trans-figurado.*

João Barrento

João Barrento (2002: 132,133) recorre a uma metáfora do filósofo alemão Simmel (a *porta*), para realçar a importância «[desse] espaço novo, o da(s) *literatura(s) em rede* [...]», no qual «[cada] acto de tradução de uma obra [...] é como *um nó* desta rede [...]». O autor considera que cada tradutor é um leitor ativo que intervém num «grande sistema de hipertexto [...], proporcionando passagens para outros sistemas literários». Nessas passagens, e continuando com João Barrento (2002: 143), «[o] que se não pode traduzir para as palavras de uma língua [...], pode entrar nela nas palavras da outra, como sinal de abertura e factor de enriquecimento.» Estas «passagens» estão marcadas pela duplicidade/dualidade, pois realizam-se através de «portas» sempre abertas (as portas da guerra) e o tradutor deve permanecer alerta, olhar em duas direções, qual deus *Janus*, com as duas faces expostas e atentas. A metáfora da guerra refere-se, aqui, à permanente luta pela apropriação da “palavra perfeita”, em que o tradutor se digladiava entre a imposição do rigor e o apelo da liberdade. O estatuto do tradutor (a sua dignidade) exige o primeiro (a seriedade das regras); a sua «loucura serena» (Barrento, 2002: 260) não vive sem a segunda. Conciliar rigor e liberdade é a verdadeira “guerra”, combate inglório, a não ser que, como Umberto Eco (2006: 348), se tenha presente que «[quand] tout va bien, en traduisant, on dit presque la même chose.»

Retomando as ideias de «abertura» e «enriquecimento» antes referidas, não resisto a citar Susan Sontag (2011: 176): «Naquilo a que chamo “incentivo evangélico”,



o propósito da tradução é alargar o número de leitores de um livro considerado importante.» Também aqui poderíamos encontrar a dualidade (o bem versus o mal), dependendo do ponto de vista: o agente da evangelização detém a convicção de uma ideia (o bem) que o destinatário poderá receber como algo destruidor (o mal), ainda que a aceite e lhe agrade. No ato de evangelizar há sempre destruição de algo já existente e a substituição por “outra coisa”. Tomemos um exemplo hipotético: um livro que defende os direitos da mulher é traduzido para uma língua de um país onde esses direitos não são respeitados. As cidadãs desse país têm acesso a essa leitura, conduzindo à luta pela alteração dos comportamentos o que, do ponto de vista do tradutor (evangelizador) é “o bem”. Essa luta vai romper uma estabilidade familiar e social, vai gerar sofrimento e, eventualmente, um reforço da repressão. Do ponto de vista do destinatário, pelo menos a curto prazo, isso é “o mal”. Claro que poderemos alegar que se trata de um preço a pagar por um “bem” futuro ou que, nos tempos atuais o “peso” de um livro é negligenciável, quando comparado com os outros meios de informação e de divulgação de ideias. *E pur si muove.*

Não obstante a alegada “crise da leitura”, nunca tantos livros se venderam, nunca tantos escritores se revelaram. Também aqui poderemos ver um paradoxo e uma dualidade. As livrarias já não podem conservar o stock *ad aeternum*, pois as novidades chegam todos os dias; livros são queimados (curioso auto de fé da abundância) para dar lugar a outros. Esta plethora de publicação vive igualmente da atividade do tradutor que, assim, tem acesso a mais trabalho. Mas será esse trabalho dignificado? Sem dúvida que muitos leitores não procuram o nome de quem traduz. Ao comprar livros *on line*, não se tem acesso ao nome do tradutor. A Sextante Editora, já referida na introdução deste trabalho, apresenta a indicação do nome do/da tradutor(a) na capa. É prática pouco comum, ousaria dizer única. Mas esta notoriedade acarreta também uma maior

responsabilidade: ao ter o nome exposto, quase a par com o autor, o tradutor adquire igualmente um estatuto de *auctor*, o que o retira desse lugar “passivo” de simples mediador.

Conduzindo a reflexão noutro sentido, coloco a questão seguinte: um bom tradutor deverá ser também um tradutólogo? Para Umberto Eco (2006 : 451), «[le traducteur] ne se pose pas de problèmes ontologiques, métaphysiques ou éthiques [...]. Il se limite à mettre [les] langues en comparaison, et à négocier des solutions qui n’offensent pas le bon sens [...]». Este pragmatismo não pode, no entanto, conduzir a uma isenção de consciência dos problemas. E ainda que «[cada] tradução [seja][...] um acto inaugural que nega a possibilidade de estabelecer teorias gerais da tradução» (Barrento, 2002: 121), o sujeito que traduz, ao fazê-lo, aplica regras e teorias, conhecimentos que possui interiorizados, tanto de forma consciente como a um nível profundo e in/subconsciente. Por outro lado, «[...] um bom conhecimento da natureza da língua, à luz de teorias linguísticas diferentes, pode ser de grande utilidade para o tradutor.» (Lima, 2010: 41)

*Traduzir é ser duplo* – foi o título escolhido para este trabalho, de forma um tanto intuitiva, certamente resultado de alguma leitura feita *à vol d’oiseau*, numa fase em que ainda não tinha havido nem tempo nem oportunidade para leituras atentas e refletidas. À medida que as leituras se efetuavam, esta ideia da duplicidade ia-se estruturando e clarificando. Vários autores (citados neste trabalho) se debruçam sobre este tópico: João Barrento (2002: 109,125) refere a «situação esquizofrénica da tradução» e as «marcas de uma duplicidade [...] entre um Mesmo e um Outro, entre um original e a rede possível das suas traduções»; George Steiner (1998: 101) refere «la dualité de l’existence humaine», ao propor-se analisar as antinomias e as relações dialéticas da linguagem. Não pretendi fazer um levantamento de todos os autores que

refletiram sobre este tema, mas somente realçar o fio condutor deste trabalho, encaminhando-me assim para a “porta de saída”, porta que fecharei por momentos, permitindo a *Janus* que repouse e aprecie a fugacidade dos tempos de paz.

# Bibliografia

## 1. Bibliografia ativa

SZAFRAN, Maurice. (1996). *Simone Veil: Destin*. Éditions J'ai Lu. Paris.

## 2. Bibliografia passiva

BARRENTO, João. (2002). *O Poço de Babel*. Relógio d'água. Lisboa.

BARTHES, Roland. (1979). *Lição*. Tradução de Ana Mafalda Leite. Edições 70. Lisboa.

BARTHES, Roland. (1983). *O Prazer do Texto*. Tradução de Maria Margarida Barahona. Edições 70. Lisboa.

CEIA, Carlos (2010). *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*. Editorial Presença. Lisboa.

ECO, Umberto. (2006). *Dire presque la même chose*. Tradução de Myrien Bouzaher. Grasset. Paris.

KATAN, David (1999). «What is it that's going on here?»: Mediating Cultural Frames in Translation. *Textus XII*, ISSN 1824-3967, pp.409-426. Acedido em maio de 2011.

LIMA, Conceição. (2010). *Manual de Teoria da Tradução*. Edições Colibri. Lisboa.

PEREIRA, Lindjiane dos Santos. (2008). «A Biografia no Âmbito do jornalismo Literário». *Revista Eletrônica TEMÁTICA*. Acedido em maio de 2011, em <http://www.insite.pro.br/index2.html>.

RICOEUR, Paul. (2004). *Sur la traduction*. Bayard. Paris.

- SARAIVA, António José. (1993). *Cultura*. Difusão Cultural. Lisboa.
- SONTAG, Susan. (1986). *Ensaio Sobre Fotografia*. Tradução de José Afonso Furtado. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- SONTAG, Susan. (2011). «O mundo enquanto Índia». *Ao Mesmo Tempo*. Tradução de José Lima. Quetzal. Lisboa.
- STEINER, George. (2002). *Gramáticas da Criação*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Relógio d'Água. Lisboa.
- STEINER, George. (1998). *Après Babel*. Tradução de Lucienne Lotringer e Pierre Emmanuel Dausat. Albin Michel. Paris.
- TAVARES, Ana Cristina (2009). «Reflexões sobre o Perfil do Tradutor». Babilónia. Revista Lusófona de Línguas, Cultura e Tradução, nº 6/7 (pp.145-155).
- VEIL, Simone (2007). *Discours 2002 – 2007*. Éditions Le Manuscrit. Paris.
- VEIL, Simone. (2008). *Uma vida*. Tradução de Sara Canelhas. Livros de Seda. Lisboa.
- WECKSTEEN, Corinne. (2008). «La traduction des connotations culturelles: entre préservation de l'Étranger et acclimatation». Plume. (pp. 111-138). Acedido em março de 2011, em [http://www.sid.ir/en/VEWSSID/J\\_pdf/110120070407.pdf](http://www.sid.ir/en/VEWSSID/J_pdf/110120070407.pdf).
- WILLIAMS, Raymond (1998). «The Analysis of Culture». Storey, John (ed.). *Cultural Theory and Popular Culture, A Reader*. 2nd edition. Essex: Prentice Hall. Acedido em maio de 2011.

### **3. Dicionários**

- Dicionário da Língua Portuguesa. (2011). Porto Editora. Porto.
- Dicionário Francês-Português / Português-Francês. (2009). Porto Editora. Porto.
- Dictionnaire des Expressions et Locutions. (1989). Le Robert. Paris.

Dictionnaire Le Petit Robert. (1984). Le Robert. Paris.

Francês-Português Dicionário do Tradutor. (2003). Editor Noémio Ramos. Faro.